

ANA LÍVIA KASSEBOEHMER

**RESTRIÇÕES E IMPACTOS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
APLICADA NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, no Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Crespo Silva
Co-orientador: Prof. Dr. Roberto Rochadelli

CURITIBA

2007

Os que lutam

“Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Mas há aqueles que lutam a vida toda:
esses são os imprescindíveis”.

Bertold Brecht

Àqueles que lutam por um mundo melhor

DEDICO

Agradecimentos

Aos guaraqueçabanos que contribuíram com a pesquisa, me recebendo em suas casas, em suas roças, em suas vidas, abrindo caminhos, acendendo luzes e me ensinando todo o tempo (não citarei nome algum para não correr o risco de deixar alguém esquecido);

Aos guaraqueçabanos que não contribuíram com a pesquisa, mas que me conquistaram ao oferecerem os dois sentimentos mais importantes pra mim: o amor e a amizade;

Aos plânctons, aos pôres-do-sol, aos botos, às batuíras, aos talhamares, aos papagaios, aos tiés, aos beija-flores, às fragatas, aos micos, aos guapuruvus, às helicônias, às bromélias, aos guapês, às cachoeiras, às tainhas, aos grãos de areia, aos sorrisos e “bons-dias” que recebi, ao mangue, aos caranguejos de Guaraqueçaba, por proporcionar paz, luz e felicidade à minha vida, e por me darem força para continuar seguindo em frente;

À minha família, em especial minha mãe (que me encoraja, acredita em mim e me dá tanto amor, mesmo nas adversidades) e minha irmã (motivo de orgulho e de esperança no futuro) pela força, apoio, compreensão, carinho, companhia e paciência;

Aos meus amigos, os verdadeiros amigos, também pela força, apoio, compreensão, carinho, companhia, paciência e momentos únicos de risadas e reflexões (também não posso citar nomes, não quero deixar ninguém de fora);

Ao CNPq e ao curso de Pós-graduação em Engenharia Florestal e seus funcionários, pela viabilização da pesquisa no período do mestrado;

Aos servidores do IBAMA de Guaraqueçaba pelo apoio logístico e demais contribuições;

Ao Departamento de Unidades de Conservação do IAP, pelas informações sobre ICMS ecológico;

Aos que colaboraram com sugestões, com auxílio em dúvidas em todas as etapas;

Aos professores do curso de Pós-graduação em Engenharia Florestal pelo auxílio e aprendizado em todos os momentos;

Ao meu iluminado orientador, com quem aprendo a ver o azul da vida além da cor.

SUMÁRIO

	LISTA DE TABELAS.....	vi
	LISTA DE FIGURAS.....	vii
	LISTA DE SIGLAS.....	viii
	RESUMO.....	x
	ABSTRACT.....	xi
1	INTRODUÇÃO.....	01
1.1	PROBLEMA.....	02
1.2	JUSTIFICATIVA.....	03
1.3	HIPÓTESES.....	04
2	OBJETIVOS.....	05
2.1	OBJETIVO GERAL.....	05
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	05
3	REVISÃO DE LITERATURA.....	06
3.1	A PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL MUNDIAL.....	06
3.2	POLÍTICA E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO BRASIL.....	09
3.3	A INSERÇÃO DA VERTENTE SOCIAL NA QUESTÃO AMBIENTAL: RELAÇÕES, DIÁLOGOS E CONFLITOS.....	18
3.4	FLORESTA ATLÂNTICA: BIOMA SÍMBOLO DA NECESSIDADE DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO GERAL E RELAÇÃO COM GUARAQUEÇABA.....	21
3.4.1	A Floresta Atlântica em Guaraqueçaba.....	22
3.5	O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA: GEOGRAFIA, VEGETAÇÃO E OCUPAÇÃO HUMANA.....	23
3.6	A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA.....	28
3.6.1	A APA de Guaraqueçaba.....	29
3.6.2	O Parque Nacional do Superagüi.....	33
3.6.3	A Estação Ecológica de Guaraqueçaba.....	34
3.6.4	Outras Formas de Proteção.....	35
4	MATERIAL E MÉTODOS.....	36
4.1	DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO.....	36
4.1.1	Comunidades Humanas Visitadas.....	37
4.1.1.1	Batuva.....	37
4.1.1.2	Morato.....	38
4.1.1.3	Serra Negra.....	39
4.1.1.4	Tagaçaba.....	39
4.1.1.5	Vila das Peças.....	40
4.1.1.6	Barra do Superagüi.....	41
4.1.1.7	A sede do município de Guaraqueçaba.....	43
4.1.1.8	Outras comunidades.....	43
4.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	44
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	49
5.1	PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO LOCAL.....	49
5.1.1	Perfil geral dos entrevistados.....	52
5.1.2	Origem dos entrevistados.....	54
5.1.3	Grau de Satisfação com a Atividade (Razão para Adoção da	

	Atividade).....	56
5.1.4	Relação dos Comunitários com a Sede do Município e com sua Comunidade.....	59
5.1.5	Expectativas quanto ao Futuro.....	60
5.1.6	Atuação dos Órgãos Fiscalizadores.....	63
5.1.7	Conhecimento Local sobre as Unidades de Conservação.....	68
5.1.8	A Relevância da Questão Ambiental.....	71
5.1.9	Opinião sobre as Unidades de Conservação.....	73
5.1.10	Impacto das UCs e Outros Instrumentos Restritivos sobre a População.....	76
5.1.11	Sugestões da População para Melhoria da Qualidade de Vida..	80
5.1.12	O Turismo.....	83
5.1.13	Atuação das ONGs.....	87
5.2	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS COMUNIDADES VISITADAS.....	91
5.3	PERCEÇÃO DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS ENVOLVIDOS	94
5.3.1	A Pesca.....	94
5.3.2	A Agricultura.....	96
5.3.3	Demais Segmentos.....	101
5.4	EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL NA APA.....	109
6	CONCLUSÕES.....	115
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
	ANEXOS.....	128
	A1- QUESTIONÁRIO DE CAMPO.....	129

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA	28
TABELA 02	COMUNIDADES VISITADAS E NÚMERO DE VISITAS...	45
TABELA 03	NÚMERO DE ENTREVISTAS REALIZADAS POR COMUNIDADE.....	49
TABELA 04	NÚMERO DE ENTREVISTAS REALIZADAS POR SETOR DE ATIVIDADE.....	52
TABELA 05	GÊNERO DOS ENTREVISTADOS.....	53
TABELA 06	ESTADO CIVIL DOS ENTREVISTADOS.....	53
TABELA 07	RELIGIÃO PRATICADA PELOS ENTREVISTADOS.....	54
TABELA 08	ORIGEM DOS ENTREVISTADOS.....	55
TABELA 09	FATOR DE ORIGEM DA ATIVIDADE PRODUTIVA.....	56
TABELA 10	DESEJO DE PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE ATUAL.....	57
TABELA 11	SATISFAÇÃO COM A CONDIÇÃO DE VIDA.....	58
TABELA 12	GOSTA DE GUARAQUEÇABA PARA MORAR?.....	59
TABELA 13	GOSTA DE MORAR EM SUA COMUNIDADE?.....	60
TABELA 14	DESEJO DE PERMANÊNCIA OU ABANDONO DO LOCAL ONDE MORA.....	60
TABELA 15	FUTURO DOS FILHOS NA REGIÃO.....	61
TABELA 16	RELAÇÃO FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL x POPULAÇÃO....	63
TABELA 17	FONTE DE CONHECIMENTO SOBRE A CRIAÇÃO DAS UCS.....	70
TABELA 18	SUGESTÕES PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.....	80
TABELA 19	O TURISMO COMO OPÇÃO PARA GUARAQUEÇABA.....	84
TABELA 20	SIGNIFICADO DAS ONGS PARA A POPULAÇÃO.....	90
TABELA 21	REPASSE ANUAL DE ICMS ECOLÓGICO PARA O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA (VALOR EM R\$).....	107
TABELA 22	COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO EM 1952, 1963, 1980, 1996 NA BACIA DO RIO TAGAÇABA (ESTENDE-SE PARA TODA APA).....	111

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DAS COMUNIDADES VISITADAS.....	36
FIGURA 02	LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE GUARAQUEÇABA.....	37
FIGURA 03	PONTO DE VISTA LOCAL SOBRE A PRESENÇA E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS FISCALIZADORES DA REGIÃO (%).....	64
FIGURA 04	CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE APA / PARQUE (%).....	69
FIGURA 05	PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE (%).....	71
FIGURA 06	OPINIÃO DA POPULAÇÃO SOBRE APA/PARQUE (%)..	74
FIGURA 07	O MUNICÍPIO, ANTERIOR E POSTERIORMENTE A APA E O PARQUE (%).....	79
FIGURA 08	PROTESTO DE MORADOR LOCAL.....	88
FIGURA 09	AGRICULTOR FAMILIAR DE TAGAÇABA.....	100

LISTA DE SIGLAS

AEIT	Área de Especial Interesse Turístico
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APROSENE	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Serra Negra
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
BPFlo	Batalhão de Polícia Florestal
CEM	Centro de Estudos do Mar
CIFOR	<i>International Center for Forestry Research</i>
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DIBAP	Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas
DUC	Departamento de Unidades de Conservação
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FBPN	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
FLONA	Floresta Nacional
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
GIA	Grupo Integrado de Aqüicultura
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
KfW	<i>Kredit für Wiederaufbau</i>
MAB	<i>Man and Biosphere</i>
ONG	Organização Não Governamental
PARNA	Parque Nacional
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RL	Reserva Legal
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNANP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UC	Unidade de Conservação
UFPR	Universidade Federal do Paraná

UNCED	Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	<i>United Nations Educational Scientific and Cultural Organization</i>
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

RESUMO

O município de Guaraqueçaba, localizado no litoral norte do estado do Paraná, possui aspectos de notável relevância ambiental no contexto brasileiro, especialmente por apresentar uma considerável quantidade de Unidades de Conservação cujo objetivo é proteger o terceiro mais importante complexo lagunar-estuarino do mundo e sua vasta cobertura de Floresta Atlântica, com elevada biodiversidade. Por outro lado, a região abriga comunidades tradicionais caiçaras com séculos de tradição cultural e um cenário de graves problemas sociais. A questão dos conflitos socioambientais nas áreas protegidas de Guaraqueçaba vem, nos últimos anos, merecendo destaque por parte dos pesquisadores. No entanto, há dificuldades em se tratar o tema de modo participativo, ou seja, de modo que inclua integralmente a percepção da população local em sua realidade. Além disso, carecem trabalhos que abordem esse processo conflituoso de maneira a integrar as diferentes interfaces apresentadas pelo mesmo. O objetivo deste trabalho foi diagnosticar e analisar os diferentes impactos decorrentes das restrições geradas pelas Unidades de Conservação, tomando-se a APA de Guaraqueçaba como centro de análise, bem como outros diversos instrumentos legais de conservação atuantes no município, considerando a situação emblemática da região. O estudo foi desenvolvido em comunidades agrícolas e pesqueiras tradicionais em todo o município por meio de visitas, aplicação de questionários abertos, entrevistas informais, observações participantes e relatos de convivência, durante o período de agosto de 2003 a julho de 2006. Também foram investigados atores como pequenos comerciantes e educadores. Ao todo foram entrevistados oitenta moradores com questionário, tendo este abrangido questões como origem dos entrevistados, religião praticada, grau de satisfação com a atividade atual, expectativas quanto ao futuro, a relação da fiscalização ambiental com a população local, o conhecimento local sobre as UCs e a opinião sobre as mesmas, a percepção sobre a importância do meio ambiente, o ponto de vista sobre a presença de ONGs ambientalistas na região, o turismo como alternativa econômica e outros aspectos. A população também contribuiu com sugestões para a melhoria da qualidade de vida na região. Foram identificados impactos sociais, culturais e econômicos sobre a população de Guaraqueçaba, decorrentes dos instrumentos legais existentes, principalmente a APA de Guaraqueçaba e o Parque Nacional do Superagüi. Conclui-se que os instrumentos restritivos da legislação ambiental, juntamente com as UCs existentes, criaram instabilidade entre os munícipes e forjaram conflitos ambientais; tendo sido desfavoráveis à melhoria da qualidade de vida da população local. A descon sideração do contexto local, na forma de saberes, condições sociais e econômicas, cultura, tradições e perspectivas contribuiu para o agravamento dos conflitos identificados.

Palavras-chave: Guaraqueçaba, Unidades de Conservação, Legislação Ambiental

ABSTRACT

The city of Guaraqueçaba, located in the north coast of Paraná State presents notable environmental aspects at the national context, especially when it comes to a considerable list of protected areas aiming to protect one of the most important sea ecosystems of the world and its vast coverage of Atlantic Forest. On the other hand, the region shelters traditional communities with centuries of cultural tradition, and scenery, however, of serious social problems. The conflicts concerning environment *versus* society at the protected areas of Guaraqueçaba, has gained importance, in recent years, by the scientific researches. However, there are difficulties in dealing with the subject in a way that includes the perception of the local population in different contexts. The present work had as objective to identify and to analyze the different recurrent impacts of the restrictions generated by the protected areas, taking the APA of Guaraqueçaba as analysis center, as well as the other legal instruments of conservation in the city, considering its emblematic situation. The study was developed in agricultural and fishing human communities all over the city through visits, informal interviews, application of open questionnaires, participant observation and other techniques, during the period of August 2003 the October 2006. Other actors were also investigated such as small traders and educators. The survey included question about practiced religion, the origin of the inhabitants, level of satisfaction with the current activity, expectations about the future, relation of the environmental fiscalization with the local population, local knowledge about the UCs and their opinion about the ones, perception on the importance of the environment, points of view about the presence of environmentalist ONGs in the region, tourism as economic alternative and other aspects. The population also contributed with suggestions for the improvement of the quality of life in the region. Social, cultural and economic impacts were identified on the population of Guaraqueçaba having origin on the legal instruments, particularly the APA of Guaraqueçaba and the National Park of Superagüi. One conclusion is that the restrictive instruments of the laws, also with the existent UCs, has created instability among the townspeople and had forged environmental conflicts; and it was not favorable to the improvement of the quality of life of the local population. The disrespect of the local context, as local knowledge, social and economic conditions, culture, traditions and its perspectives has also contributed for the aggravation of the conflicts.

Key-words: Guaraqueçaba; protected areas; environmental laws.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de o litoral brasileiro apresentar um elevado grau de alteração devido ao desenvolvimento econômico e à ocupação urbana, é possível encontrar exceções dentro desse cenário.

O município de Guaraqueçaba, localizado no litoral norte do estado do Paraná, possui aspectos de notável relevância socioambiental no contexto brasileiro. Abriga o terceiro mais importante complexo lagunar-estuarino do mundo, é detentor de uma vasta cobertura de Floresta Atlântica, com elevada biodiversidade, sendo internacionalmente reconhecida por isso. Além disso, evidencia a presença de comunidades tradicionais caiçaras com séculos de tradição cultural e um cenário, contudo, de graves problemas sociais.

Com o objetivo principal de proteger um dos maiores remanescentes de Floresta Atlântica do país, foi criada pelo decreto nº 90.883 do Governo Federal em 31 de Janeiro de 1985 a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, que abrange todo o município de Guaraqueçaba e parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul.

Dentro do mesmo contexto, foram criadas outras Unidades de Conservação (UCs), em nível federal e estadual, com diferentes objetivos, como o Parque Nacional (PARNA) do Superagüi, criado em 25 de abril de 1989 pelo Decreto 97.688/1989 e ampliado pela Lei 9.513 de 1997, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, criada pelo Decreto no 87.222 de 31 de maio de 1982. O uso do ambiente na região também é disciplinado por instrumentos legais como o Código Florestal de 1965 e o Decreto nº 750, de 1993 (Lei da Mata Atlântica).

A criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação no Brasil têm sido na maioria dos casos processos bastante traumáticos ao longo da história da conservação da natureza no país, visto que, sendo áreas habitadas por populações humanas, a existência de conflito entre as demandas de conservação ambiental, de desenvolvimento e ao mesmo tempo do anseio individual por melhoria de qualidade de vida se torna praticamente inevitável.

No caso específico de APAs, que possuem terras de particulares, a implantação desta Unidade de Conservação interfere no exercício pleno da propriedade privada. Sobre essa questão, a Constituição Federal de 1988 refere-se à garantia da propriedade privada e da sua função social em seus artigos 5º (incisos XXII, XXIII e XXIV), 170º (incisos II e III) e 186º (BRASIL, 1988a). As dificuldades não se restringem ao meio jurídico: estendem-se também às dificuldades culturais, técnicas e econômicas.

Com este trabalho, pretende-se diagnosticar e analisar os diferentes impactos decorrentes das restrições geradas pelas Unidades de Conservação, tomando-se a APA de Guaraqueçaba como centro de análise, bem como outros diversos instrumentos legais de conservação atuantes no município, considerando a situação emblemática da região.

1.1 PROBLEMA

Questões como aspectos restritivos de instrumentos legais de conservação da natureza, uso do ambiente e suas conseqüências estão no centro dos conflitos evidenciados entre as populações residentes em Unidades de Conservação.

Outros aspectos importantes decorrentes dessas conseqüências são as relações entre as condições de vida das comunidades locais e as formas organizacionais pelas quais se pretende conservar a biodiversidade local, bem como a compatibilização dos objetivos de criação de uma Área de Proteção Ambiental e de um Parque Nacional com os interesses da população existente na área.

Outro problema é que a falta de informação e orientação, e por sua vez a falta consideração sobre a percepção dos atores locais durante seu cotidiano denuncia a qualidade das políticas públicas formuladas e executadas.

A criação e a implantação de áreas protegidas em regiões onde habitam seres humanos potencializam conflitos de natureza social e ambiental.

Um exemplo disso é o dado por Diegues¹ *apud* Arruda (1997), sobre o Parque Estadual do Cardoso, localizado na ilha de mesmo nome, cujo plano de manejo sequer menciona a presença de centenas de famílias de moradores tradicionais caiçaras, proibindo as atividades de subsistência deles e obrigando-os assim a migrar para a cidade de Cananéia, onde, certamente, contribuirão para aumentar o número de moradores pobres dos bairros periféricos.

No entanto, o outro lado do processo evidencia exemplos bem sucedidos, como o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, na Amazônia (QUEIROZ, 2005), onde a participação da população humana local foi e continua sendo decisiva no êxito da gestão daquela UC e no cumprimento dos seus objetivos.

1.2 JUSTIFICATIVA

Em função das peculiaridades ecológicas e sócio-culturais que apresenta, o município de Guaraqueçaba atrai fortemente o segmento de pesquisa científica. Pode-se dizer que a região se apresenta como uma das áreas de maior volume de produção científica, abrangendo praticamente todas as áreas de conhecimento e destacando-se inclusive no quadro internacional.

A questão dos conflitos sócio-ambientais nas áreas protegidas de Guaraqueçaba, em particular, também vem merecendo destaque por parte dos pesquisadores nos últimos anos. No entanto, há dificuldades em se tratar o tema de modo participativo, ou seja, de modo que inclua integralmente a percepção da população local nos diferentes contextos. Além disso, carecem trabalhos que abordem esse processo conflituoso de maneira a integrar as diferentes interfaces apresentadas pelo mesmo.

Pretendeu-se com este trabalho identificar e evidenciar o grau de influência exercido em grupos sociais distintos de Guaraqueçaba e no seu modo de vida pela aplicação da legislação ambiental, em especial pelo

¹DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 1996. 163 p

processo de gestão da APA e do PARNA, a partir da percepção dos próprios habitantes.

1.3 HIPÓTESES

Quatro hipóteses nortearam este trabalho, segundo o contexto da legislação ambiental aplicada no município:

- 1) A implantação da APA de Guaraqueçaba em 1985 e do PARNA do Superagüi em 1989, principalmente, restringindo e proibindo atividades necessárias ao cotidiano dos moradores locais, criou instabilidade entre os municípios e forjou conflitos ambientais.
- 2) A criação e a implantação da APA de Guaraqueçaba e do PARNA do Superagüi foram desfavoráveis à melhoria da qualidade de vida da população local, na região continental e nas ilhas, respectivas áreas de influência, sob influência das UCs.
- 3) A APA e o PARNA foram efetivos na manutenção e expansão da cobertura florestal da região, bem como na conservação dos recursos naturais correlatos.
- 4) A manutenção e expansão da cobertura florestal da região, bem como a conservação dos demais recursos correlatos, incluindo os recursos pesqueiros ocorreram em detrimento da qualidade de vida e bem-estar das comunidades humanas locais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar e avaliar as conseqüências e o significado, em seu sentido amplo, das restrições legais e a percepção da população local sobre esse aspecto.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos foram:

1. Obter informações sobre aspectos históricos, culturais (ênfase aos saberes locais), sócio-econômicos e ambientais de grupos sociais da região.
2. Caracterizar a evolução do município de Guaraqueçaba (economia, cobertura florestal, qualidade de vida, cultura, formas de organização social) e sua relação com a APA e com o PARNA, especialmente, a partir do ponto de vista dos grupos sociais estudados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL MUNDIAL

A escassez de recursos não é, nem de longe, uma questão atual. Há muito tempo, as autoridades têm conhecimento da necessidade de otimizar o uso dos recursos naturais para atender sua demanda (MILDER, 2004).

Leis (2004) infere que as abordagens mais tradicionais do ambientalismo tendem a enquadrá-lo de três formas diferentes: como grupo de pressão ou interesse, como novo movimento social ou como movimento histórico.

De acordo com a primeira perspectiva, utilizada especialmente nos Estados Unidos, o ambientalismo seria um grupo que se constitui basicamente como *lobby*, para exercer suas demandas no interior do sistema político. Neste caso, presume-se que as demandas de proteção ambiental não representam um grande desafio para o funcionamento da sociedade, nem uma ameaça do ponto de vista normativo. Segundo alguns autores, estas circunstâncias levariam ao ambientalismo a ter características elitistas.

O ambientalismo entendido como novo movimento social foi um conceito elaborado principalmente na Europa. Segundo esta perspectiva, relativamente contrariando a anterior, o ambientalismo é percebido como um ator crítico e alternativo em relação à ordem capitalista existente, tendo suas ações uma orientação fortemente ética e normativa (diferenciando-se, neste sentido, dos movimentos e grupos sociais tradicionais, e aproximando-se dos movimentos pacifista e feminista).

Esta visão dá um destaque especial aos setores radicais do ambientalismo (auto-identificados normalmente como ecologistas) e associa seu desenvolvimento político à emergência dos partidos verdes.

A terceira perspectiva caracteriza o ambientalismo como movimento histórico, assumindo a sociedade atual como insustentável a médio ou longo prazo. Isto significa que não apenas se considera insustentável o modelo de desenvolvimento econômico, mas também as instituições e valores predominantes (especialmente aqueles que propiciam o consumismo e o

crescimento econômico sem limites). De acordo com este enfoque, o ambientalismo aponta na direção de mudanças em várias dimensões da vida social.

A interpretação que trata o ambientalismo como movimento histórico é a que mais se aproxima da compreensão de sua complexidade, estabelecendo uma clivagem, no conjunto da sociedade contemporânea, entre forças conservadoras predatórias e forças transformadoras que apontam na direção de um mundo ecologicamente sustentável.

Apesar disso, a problemática da degradação ambiental e depauperação dos recursos naturais começa a se tornar evidente em nível mundial a partir do século XX, especificamente a partir de década de 1960.

Ferreira (2006) aponta que historicamente os Estados Unidos apresentam um ligeiro avanço em relação a Europa. Um exemplo disso seria a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, em 1962, denunciando a “deterioração química” do planeta através do uso dos pesticidas, o que conduz, dez anos depois, à proibição do DDT nos Estados Unidos e em vários países da Europa.

Em 1968, na França, a palavra “ecologia” jorraria bruscamente no rastro do histórico mês de maio, sendo a partir de então adotada por diversas vozes contestadoras da sociedade industrial. No mesmo ano, é estabelecido o chamado “Clube de Roma”, uma organização internacional formada por diversas lideranças mundiais, tendo publicado em 1972 o Relatório “Limites do Crescimento”, que apresentou a idéia de que o planeta seria um sistema finito de recursos, submetido às pressões do crescimento exponencial da população e da produção econômica.

Ainda em 1972 realiza-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, marcada pelo confronto entre as perspectivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

Em 1973 a palavra “ecodesenvolvimento” é utilizada pela primeira vez por Maurice Strong na primeira reunião do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), criado em 1972. Os princípios do termo “ecodesenvolvimento” são formulados em 1984 por Ignacy Sachs (CAVALCANTI, 1994).

Resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento (UNCTAD) e do PNUMA, em 1974, a Declaração de *Cocoyok* contribui para a discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente lançando as seguintes hipóteses: a explosão populacional tem como uma das suas causas a falta de recursos de qualquer tipo; pobreza gera o desequilíbrio demográfico; a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina é também o resultado da pobreza que leva a população carente à superutilização do solo e dos recursos vegetais; os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo (BRÜSEKE, 1994).

O ano de 1987 é marcado pela apresentação de um documento denominado *Our Common Future*, mais conhecido por relatório *Brundtland*, pela Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). O relatório define o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que seria o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (UNCED, 1987).

Em 1992 é realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesta Conferência, popularmente conhecida como Rio-92, ao contrário de Estocolmo, a cooperação prevaleceu sobre o conflito, significando possibilidades de compreensão em um mundo livre de antagonismo ideológico, ao abrir novos caminhos para o diálogo multilateral e ao colocar os interesses globais como sua principal preocupação.

Os compromissos específicos adotados pela Rio-92 incluem duas convenções, uma sobre Mudança do Clima e outra sobre Biodiversidade, e também uma Declaração sobre Florestas. A Conferência aprovou, igualmente, documentos de objetivos mais abrangentes e de natureza mais política: a Declaração do Rio e a Agenda 21, ambos endossando o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável.

Dez anos após a Rio-92, as Nações Unidas novamente patrocinaram, em agosto de 2002, uma reunião global em Jonhanesburg, na África do Sul. A Cúpula Mundial daquele ano, batizada de “Rio+10”,

proporcionou aos líderes mundiais uma oportunidade histórica de um novo acordo para um mundo social, ambiental e economicamente sustentável. No entanto, apesar da grande expectativa gerada, pouco se avançou em relação ao tema, gerando frustrações em meio ao movimento ambientalista mundial.

3.2 POLÍTICA E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO BRASIL

Primeiramente, faz-se necessário estabelecer uma distinção conceitual entre política e legislação. O conceito de “Política” refere-se a orientação ou a atitude de um governo em relação a certos assuntos e problemas de interesse público e legislação, por sua vez, refere-se ao conjunto de regras para a conduta humana, imposta e ministrada aos cidadãos de um dado Estado.

Ao longo do processo, a legislação e a política ambiental do Brasil evoluíram dinamicamente no cenário nacional, conforme o desenvolvimento do país e das conseqüentes demandas internas e externas.

De acordo com Swioklo (1990), o primeiro regulamento referente à exploração de recursos naturais no Brasil é datado de 11 de julho de 1797, abrangendo do sistema de corte até a comercialização de madeira das florestas brasileiras. Três anos mais tarde, em 1800, é criada a “Patrulha Montada”, com o objetivo de fiscalizar a exploração madeireira e promover a manutenção dos recursos florestais da coroa portuguesa no Brasil.

Em 1811 é criado o primeiro Jardim Botânico do Brasil e em 1821 é promulgada a primeira legislação de uso da terra, prevendo a manutenção de reservas florestais em 1/6 das áreas vendidas ou doadas (KENGEN, 2001). De acordo com este autor (*ibidem*), no período da República Velha não houve muita atenção à questão florestal e ambiental, sendo que a Constituição Republicana de 1891 garantia tanto aos Estados quanto aos proprietários poder ilimitado sobre a propriedade. No entanto, o avanço do desmatamento despertou certa preocupação do Governo quanto à necessidade de conservação dos recursos, criando, em 1921, o Serviço Florestal do Brasil.

A criação do primeiro Código Florestal brasileiro deu-se em 1934 (Decreto Federal nº 23.973). O Código classificava as florestas em categorias,

como florestas protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. Além disso, limitações foram determinadas às propriedades privadas, regulação de exploração das florestas de domínio público e privado e a estrutura de fiscalização das atividades florestais (KENGEN, 2001).

O ano de 1937 é marcado pela criação do primeiro Parque Nacional do país, o Parque Nacional de Itatiaia, tendo sido o segundo parque - Parque Nacional do Iguaçu - criado dois anos mais tarde.

Em 1958 é estabelecida a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, cuja iniciativa de criação é considerada pioneira pelo fato de ainda não haver na época a conservação a visibilidade que tem nos dias atuais.

O Serviço Florestal do Brasil é extinto em 1962, sucedendo uma profunda reorganização da gestão pública dos recursos naturais. Pode-se apontar o Novo Código Florestal (Lei nº 4771 de 1965) como um marco das mudanças ocorridas. O novo Código representou um importante instrumento disciplinador das atividades florestais, ao declarar as florestas existentes no território nacional como bens de interesse comum a toda a população, permitindo ao Estado intervir em defesa dos interesses coletivos (KENGEN, 2001).

As principais políticas conservacionistas introduzidas pelo Código são o estabelecimento de Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Florestal Legal (RL) e UCs.

As APPs constituem-se nas florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, respeitadas as larguras dos respectivos; ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais; nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água"; no topo de morros, montes, montanhas e serras; nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°; nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo; em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação (BRASIL, 1965).

A RL é entendida pela Lei, como a área de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, devendo ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada, a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área (BRASIL, 1965). A porcentagem da propriedade a compor a RL depende da região ou ecossistema onde a propriedade está situada. No caso da Amazônia, por exemplo, a área a ser reservada deve ser 80% da propriedade.

A partir dos anos 1970, o movimento ambientalista passa a ganhar visibilidade e também a organizar-se no Brasil. Em resposta à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em Estocolmo em 1972, o Governo Federal cria em 1973 a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), com o objetivo de gerir os recursos ambientais em nível federal.

A década de 1980 é marcada pela instituição da Política Nacional de Meio Ambiente, através da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, apresentando um conjunto de medidas voltadas para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, bem como a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com o respeito à dignidade da vida humana.

As APAs foram instituídas no Brasil pela lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981 e regulamentadas pelo Decreto nº 88.351/83 como Unidades de Conservação, tendo como objetivos primários a preservação da biodiversidade, dos recursos naturais e do patrimônio cultural, associados ao uso sustentado desses recursos e ao bem-estar das populações humanas. A Lei, em seu artigo 8º, autoriza a criação de APAs da seguinte forma: “O Poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a *proteção ambiental*, a fim de *assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais*” (BRASIL, 1981b).

Mais tarde, a Lei do SNUC, de 2000, conceituaria a categoria APA como “... uma área geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2000).

Existem algumas categorias que mantêm forte correlação com as APAs, entre elas a Reserva da Biosfera. Estas se constituem em uma categoria internacional, sendo conceituadas como “zonas de ecossistemas terrestres ou costeiros/marinhos, ou uma combinação dos mesmos, reconhecidas no plano internacional no marco do Programa *Man and Biosphere* (MAB), da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)”. Trata-se de áreas localizadas em “diferentes países para conservar amostras representativas da fauna e flora e seus ecossistemas (naturais e modificados), onde se busca promover um equilíbrio harmonioso entre a natureza e os habitantes da reserva que utilizam parte de seus recursos.

A definição da “missão”, no caso das APAs, fundamenta-se nos objetivos de sua criação, ou seja, na proteção de sua biodiversidade e dos processos naturais, por um lado, e de outro, nas estratégias de desenvolvimento, em bases sustentáveis, e nas questões relevantes, definidas a partir da análise e discussão relativas aos conflitos de uso do solo e de manejo dos recursos naturais, assim como dos impactos ambientais resultantes. Não deve ser esquecido que as expectativas dos agentes ou usuários, também devem ser incorporadas para que haja um ajuste na missão, estratégias e ações (IBAMA, 2001).

Decorridas mais de duas décadas, as APAs foram universalizadas a vários recantos do Brasil, tendo adotado a sua criação as esferas federais, estaduais e municipais de governo.

Gouveia (1993) aponta que o processo de planejamento e gestão em terras de propriedade privada, em especial quando se trata da proteção de áreas relevantes pela sua biodiversidade e demais atributos e recursos

naturais, implicam na imposição de limitações administrativas ao direito de propriedade. Assim, restringe o exercício de determinadas atividades e impõe algumas obrigações a quem detém a propriedade da terra.

No caso das APAs, o estabelecimento de controles e restrições com os objetivos de conservar os atributos naturais, disciplinar o uso e ocupação do solo e a utilização dos recursos naturais, tem base na aplicação das disposições dos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 6.902/81 e da Lei nº 6.938/81.

Devido a esse fato, a APA acabou se tornando a categoria de manejo mais problemática dentre as Unidades de Conservação previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sofrendo sérias resistências de ordem sócio-econômica e cultural pelas populações residentes.

Por não se exigir a desapropriação das terras, o proprietário deve se adequar às novas regras de uso do solo instituídas pelo Plano de Manejo da Unidade. Esta adequação exige tempo, informação e recursos financeiros.

Dessa forma, a Lei 6.902 estabelece que, em cada APA, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais; o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas; o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional.

A Lei também define que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ou órgão equivalente no âmbito estadual fiscalizará e supervisionará as APAs e que, o não-cumprimento das normas disciplinadoras previstas sujeitará os infratores ao embargo das iniciativas irregulares, à medida cautelar de apreensão do material e das máquinas usadas nessas atividades, à obrigação de reposição e reconstituição, tanto quanto possível, da situação anterior e à imposição de multas graduadas

aplicáveis, diariamente, em caso de infração continuada, e reajustáveis, constituindo as multas receita da União.

A mesma Lei autorizou a criação das Estações Ecológicas, com a seguinte definição: “Estações Ecológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, a proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista” (BRASIL, 1981b).

A Lei evidencia que para esta unidade de conservação de proteção integral noventa por cento (90%) ou mais da área será destinada, em caráter permanente, e definida em ato do Poder Executivo, à preservação integral da biota e na área restante, desde que haja um plano de zoneamento aprovado, poderá ser autorizada a realização de pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural.

Nas Estações Ecológicas é proibida a presença de rebanho de animais domésticos de propriedade particular; a exploração de recursos naturais, exceto para fins experimentais, que não importem em prejuízo para a manutenção da biota nativa; porte e uso de armas de qualquer tipo, de instrumentos de corte de árvores e de redes de apanha de animais e outros artefatos de captura.

No seu artigo 3º, a Lei 6.902 aponta que, nas áreas vizinhas às Estações Ecológicas serão observados, para a proteção da biota local, os cuidados a serem estabelecidos em regulamento, e na forma prevista nas Leis 4771, de 15 de Setembro de 1965, 5.197, de 03 de Janeiro de 1967.

A nova Constituição Federal, lançada em 1988, trata sobre a proteção ao meio ambiente em seu artigo 225: “todos tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988a).

A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços sociais positivos, em especial no que se refere à conservação ambiental. Embora garanta o direito de propriedade, estabelece que a mesma atenderá à sua função social. Além disso, nos seus “Princípios Gerais da Atividade Econômica”, destaca a função social da propriedade e a defesa do meio ambiente.

No mesmo ano, a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 10 regulamenta as APAs, proíbe diversas atividades dentro dos limites das mesmas e regulamenta as atividades no seu entorno, mediante licenciamento especial pela entidade administradora, definindo-as como Unidades de Conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais (BRASIL, 1988b).

A Resolução define que as APAs terão sempre um zoneamento ecológico-econômico, que estabelecerá normas de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agro-pastoris, extrativistas, culturais e outras. Todas as APAs deverão ter zona de vida silvestre nas quais será proibido ou regulado o uso dos sistemas naturais. Onde existam ou possam existir atividades agrícolas ou pecuárias, haverá a Zona de Uso Agropecuário, nas quais serão proibidos ou regulados os usos ou práticas capazes de causar sensível degradação do meio ambiente, não sendo admitida a utilização de agrotóxicos.

O cultivo da terra será feito de acordo com as práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão agrícola em afinidade com as instituições gestoras. Também não será admitido o pastoreio excessivo, considerando-se como tal aquele capaz de acelerar sensivelmente os processos de erosão, tampouco as atividades de terraplanagem, mineração, dragagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para pessoas ou para a biota.

Qualquer atividade industrial potencialmente capaz de causar poluição, além da licença ambiental prevista na Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, deverá também ter uma licença especial emitida pela entidade administradora da APA. Por fim, nenhum projeto de urbanização poderá ser implantado numa APA, sem a prévia autorização de sua entidade administradora.

Ao IBAMA, criado em 22 de fevereiro de 1989 pela Lei nº 7.735, a partir da extinção de antigos órgãos, como SEMA e Superintendência do

Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), consiste aplicar penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor, bem como aplicação das penalidades relacionadas aos danos e infrações sobre o meio ambiente (BRASIL, 1999).

Em 1993 é instituído o importante Decreto nº 750, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Floresta Atlântica. De acordo com o Decreto, ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração.

Excepcionalmente, a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração poderia ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com anuência prévia do IBAMA.

A exploração seletiva de espécies nativas nas áreas cobertas por vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração poderá ser efetuada desde que não promova a supressão de outras espécies; haja elaboração de projetos, fundamentados, entre outros aspectos, em estudos prévios técnico-científicos de estoque e de garantia de capacidade de manutenção da espécie; seja estabelecida área e retirada máxima anual; haja prévia autorização do órgão estadual competente, de acordo com as diretrizes e critérios técnicos por ele estabelecidos (BRASIL, 1993). No entanto, o Decreto estabelece que esses requisitos não se aplicam à exploração eventual de espécies da flora, utilizadas para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais, mas ficando sujeita à autorização pelo órgão estadual competente.

O artigo 4º do referido Decreto aponta que a supressão e a exploração da vegetação secundária, em estágio inicial de regeneração, devem ser regulamentadas por ato do IBAMA, ouvidos o órgão estadual competente e o Conselho Estadual do Meio Ambiente respectivo, informando-se ao CONAMA (BRASIL, 1993). Pelo Decreto, fica também proibida a exploração de vegetação que tenha a função de proteger espécies da flora e fauna silvestre ameaçadas de extinção, de formar corredores entre remanescentes de

vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração, ou ainda de proteger o entorno de UCs, bem como a utilização das APPs.

Para o estado do Paraná, a Resolução nº 02 do CONAMA, de 18 de março de 1994 define as formações vegetais primárias, bem como os estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa na Floresta Atlântica (BRASIL, 1994).

Em 12 de fevereiro de 1998, é sancionada a Lei 9.605, conhecida como “Lei dos Crimes Ambientais”, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, como por exemplo, crimes contra a fauna e a flora, poluição, crimes contra o patrimônio e outros. Segundo esta Lei, para imposição da penalidade, a autoridade competente deve observar a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação ambiental e a situação econômica do infrator em caso de multa. Uma circunstância que atenua a pena é o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente (BRASIL, 1998).

Em 18 de julho de 2000 é sancionada a Lei 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, introduzindo modificações importantes na política de criação e gestão das mesmas, no sentido de assegurar uma maior e efetiva participação da sociedade nesses processos.

A Lei do SNUC define Unidade de Conservação como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

As UCs integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei e Unidades de Uso

Sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Dentre as inovações da Lei do SNUC, ressalta-se a consulta pública para a criação de UCs (com atenção à população local) e os conselhos de gestão das unidades criadas (de caráter consultivo ou deliberativo, conforme a categoria da unidade).

Os artigos da Lei do SNUC concernentes ao Conselho Gestor foram regulamentados em 2002, com o Decreto nº 4.340.

3.3 A INSERÇÃO DA VERTENTE SOCIAL NA QUESTÃO AMBIENTAL: RELAÇÕES, DIÁLOGOS E CONFLITOS

O Homem está presente em praticamente todos os lugares do planeta, mas a forma de apropriação que as diferentes sociedades fazem dos recursos naturais é diferenciada. Os homens, não só enquanto elos da cadeia trófica, mas como seres sociais, participam dos processos de formação dos meios que ocupam (UFPR, 2003).

Conforme UFPR (2003), pode-se identificar, tanto no âmbito das investigações científicas como na formulação das políticas de intervenção social, duas grandes correntes predominantes. A primeira considera o problema antes de tudo ecológico, sendo que a ameaça constaria nos danos aos quais as ações dos homens submetem a Terra. A “sustentabilidade” a ser procurada, portanto, seria a ecológica, sendo esta tendência denominada “protecionista” e “conservacionista” rígida.

A segunda corrente considera que a sustentabilidade não se coloca apenas em termos ecológicos, mas também em termos sociais: para alguns autores, porque não há resposta aos problemas ambientais sem tratamento dos problemas sociais; para outros, porque a natureza não tem valor intrínseco, mas que este valor origina-se da própria existência dos homens e dos usos que eles fazem dela, sendo esta a tendência “antropocentrista”.

No âmbito governamental, esforços são desenvolvidos para conseguir um equilíbrio ótimo entre a gestão do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e as demandas sociais para responder as necessidades da sociedade em uma base sustentável, especialmente no que se refere a florestas, conforme apontam Davey *et al.* (2003).

Por outro lado, o princípio fundamental resultante da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 e considerada uma extensão da Declaração Universal dos Direitos do Homem, define que as pessoas têm o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene da obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras (VASCONCELLOS, 1989).

CIFOR (1999), por sua vez, aponta que “as pessoas que têm segurança de acesso aos recursos florestais locais tendem a cuidar mais dessas florestas tanto para si, quanto para seus descendentes”.

No contexto brasileiro, são as áreas protegidas, que por lei englobam as reservas indígenas, áreas de RL, APPs e UCs, a base da política ambiental executada no país.

Por sua vez, as UCs são definidas como: “porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração e às quais se aplicam garantias de proteção” (FUNATURA, 1989).

A Lei nº 9985 de 2000, em seu artigo 5º, prevê que o SNUC seja regido por diretrizes que assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das UCs; assegurem que o processo de criação e a gestão das mesmas sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades socioeconômicas locais; considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais; garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as UCs possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos.

O processo prático de gestão de UCs de uso sustentável é muitas vezes problemático, principalmente em países em vias de desenvolvimento. Thelen (1990) cita que poucos países latino-americanos têm políticas integradas em respeito à participação da comunidade no planejamento e no manejo de áreas protegidas. Não obstante, a maioria das autoridades reconhece que este é um dos aspectos mais importantes que as instituições encarregadas das áreas protegidas devem encarar.

Lai (2003) afirma que, para alcançar efetivamente os objetivos de conservação e as finalidades do estabelecimento de reservas, é preciso estabelecer uma relação adequada com as comunidades que vivem no interior ou no entorno das reservas naturais e levar em conta suas necessidades de produtos florestais para o seu sustento.

IBAMA (2001) define participação social como atividade organizada, racional e consciente, por parte de um determinado grupo social, com o objetivo de expressar iniciativas, necessidades ou demandas, de defender interesses e valores comuns, de alcançar fins econômicos, sociais ou políticos e de influir, direta ou indiretamente, na tomada de decisão, para melhorar a qualidade de vida da comunidade.

É importante ressaltar que, a criação de áreas protegidas no Brasil na forma de UCs deu-se de maneira a seguir o modelo estadunidense

*Wilderness*². De difícil tradução para qualquer língua latina, Junqueira (2001) explica que a palavra *wilderness* apareceu primeiramente para relacionar o espaço da floresta aos perigos e temores referentes à sobrevivência humana, trazendo consigo sentimentos como desorientamento, perplexidade e estranhamento, podendo significar diversas idéias, como um complexo geográfico ainda intocado pelo homem; ou uma espécie de estado mental que toma o indivíduo quando da observação de um determinado lugar. A relação é de permanência do homem num ambiente estranho, onde a civilização que normalmente ordena e controla a sua vida está ausente.

3.4 FLORESTA ATLÂNTICA: BIOMA SÍMBOLO DA NECESSIDADE DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO GERAL E RELAÇÃO COM GUARAQUEÇABA

A Floresta Ombrófila Densa Atlântica é considerada a terceira floresta tropical mais ameaçada do mundo, depois da Floresta da Nova Caledônia, na Oceania, e Madagascar, na África (PRIMACK, 1993). O bioma é considerado um *hotspot* de biodiversidade, ou seja, uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original. Dos 1.585.000 km² originais da Floresta Atlântica brasileira, restam apenas 7% de sua área original, o que justifica a necessidade de conservação do bioma.

O estado do Paraná, por sua vez, apresenta 97% de sua área inserida dentro do Domínio da Floresta Atlântica definido pelo Decreto Federal no 750 de 1993. Existem no Estado, quase quatro milhões de hectares de remanescentes de Floresta Atlântica ou 20,24% da sua cobertura original, o que faz do Paraná um dos três maiores detentores de remanescentes de Floresta Atlântica do país (SOS MATA ATLÂNTICA e INPE, 2002). A Floresta Ombrófila Densa apresenta remanescentes de grande interesse para a conservação da natureza no Estado.

² A partir desse modelo surgiu o primeiro PARNA do mundo, o PARNA *Yellowstone*, criado em 1872.

Atualmente a Floresta Atlântica também faz parte da Reserva da Biosfera “Serra da Graciosa - Vale do Ribeira” e também é protegida sob diversas formas ao longo de seu território. Fernandes (1997) listou 707 UCs para a Floresta Atlântica até aquele ano. Alguns exemplos de UCs são: o PARNA da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro; a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, no Paraná; Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo; Reserva Biológica (REBIO) Marinha do Arvoredo, em Santa Catarina; Parque Estadual de Itaúnas, no Espírito Santo e Parque Nacional Monte Pascoal, na Bahia.

3.4.1 A Floresta Atlântica em Guaraqueçaba

Dentro do contexto histórico, Leandro (1999) infere que as matas litorâneas do Paraná foram palco de intenso desmatamento no século XIX, tendo sido o tráfico da madeira uma atividade com forte atuação na área. O autor também afirma que a derrubada para comercialização de certas espécies da Floresta Atlântica era uma atividade corriqueira e de forte impacto na região.

Leandro (1999) descreve que um documento de 1862 afirmava que o emprego de parte da população de Guaraqueçaba no corte de madeiras, além de causar um dano insanável às matas lhes era prejudicial, visto que alimentava a ociosidade e a distraía dos trabalhos agrícolas para os quais o solo oferecia todas as condições. Concluía o mesmo documento que “*o resultado conhecido do corte de madeiras em Guaraqueçaba era a miséria ambulante que digo dos homens que se empregam nele*”.

Amend (2001) afirma que a região de Guaraqueçaba representa hoje um dos últimos e mais significativos remanescentes da Floresta Atlântica e dos ecossistemas associados, englobando a Serra do Mar, a Planície Litorânea, as ilhas e extensos manguezais. Em Guaraqueçaba encontram-se 111.945 hectares de Floresta Atlântica do Paraná.

3.5 O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA: GEOGRAFIA, VEGETAÇÃO E OCUPAÇÃO HUMANA

O município de Guaraqueçaba está localizado na porção norte do litoral do Paraná e possui uma extensão de 2.025,86 km². Limita-se ao leste com o Oceano Atlântico; ao oeste com os municípios de Antonina e Campina Grande do Sul; ao norte com estado de São Paulo pelo Rio Ararapira, Canal do Varadouro e Serras do Taquari e Negra, e ao sul com o município de Paranaguá, pela baía de Laranjeiras. O acesso à região pode ser feito, partindo de Curitiba pela rodovia BR-227 até o município de Antonina e depois pelas PR-440 e PR-405 até Guaraqueçaba, percorrendo-se um total de 180 Km; ou pela BR-227 até o município de Paranaguá e de lá por via marítima até a região.

Para o estado do Paraná, o município de Guaraqueçaba se estende até o primeiro planalto paranaense, mais especificamente, até o vale do rio Turvo, bacia do rio Ribeira, o que confere a ele esta dimensão. No entanto, esta porção localizada ao norte, junto à BR-116 é motivo de litígio com São Paulo e as divisas entre os dois estados ainda não estão esclarecidas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera esta área como São Paulo e adota para o município a medida de 202.590 hectares (DOMINGUES, 2004).

A região é constituída por uma considerável variedade de ambientes continentais, costeiros e estuarinos, entre eles a Serra do Mar, a Planície Costeira e um imenso contingente de ilhas e manguezais.

As baías de Laranjeiras e dos Pinheiros formam um complexo estuarino composto por ilhas como a Ilha das Peças, Superagüi e Rasa, a última localizada no setor noroeste da Baía de Laranjeiras. As profundidades das baías são variáveis, sendo que nas áreas mais rasas, interiorizadas (estuarinas) não ultrapassam cinco metros (BIGARELLA *et al.*³ *apud* ANTUNES, 1996).

³ BIGARELLA, J. J. *et al.* Natureza dos Sedimentos de fundos das baías de Paranaguá e Antonina. Curitiba: Revista do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, no 15, p. 30-33, 1970.

Entre os principais rios do município, estão os rios Guaraqueçaba, Serra Negra, Tagaçaba e Açungui que desembocam na baía das Laranjeiras.

O relevo, por sua vez, vem a ser muito acidentado, tornando-se sinônimo de complicações no uso do solo para muitos estudiosos. Um dos exemplos da complexidade do relevo são as extensas serras que atravessam o município: Taquari, Negra, Gigante, Virgem Maria, Morato, Utinga, Itaqui, Ariri e outras. Entre os morros, destacam-se o Morro do Quitumbê, Bico Torto, Tromomô, Bronze, Grande e do Costa.

A umidade média anual é de 84,8%, sendo fevereiro o mês de maiores chuvas e julho o mês mais seco (média anual de 2.400 mm e 207 dias de chuva por ano). O clima configura-se como subtropical úmido, do tipo Cfa, segundo a classificação de *Koepfen*. A temperatura média anual gira em torno de 20° C.

A diversidade biológica existente na região é de grande expressão e importância, pois além de possuir na sua área de serra o maior complexo de Floresta Atlântica em estado primitivo – o mais representativo do território brasileiro, abriga um grande número de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção (IPARDES, 2001).

A cobertura vegetal de Guaraqueçaba é composta por Floresta Ombrófila Densa (Aluvial, de Terras Baixas, Sub-Montana e Montana) alterada e primária e por Formações Pioneiras de Influência Marinha (Restinga), Fluvio-marinha (Manguezal) e Fluvial, que compõem o complexo estuarino lagunar da região.

Grandes áreas de cobertura vegetal da APA de Guaraqueçaba foram devastadas para dar lugar à pecuária e agricultura sendo posteriormente abandonadas. A vegetação secundária surgida de forma natural após a devastação se denomina capoeirinha. Nas fases sucessionais seguintes, de capoeira e capoeirão, uma maior diversidade florística e complexidade estrutural é observada (IBGE, 1992).

O estágio seguinte de sucessão é a floresta secundária, que em seus diferentes níveis de evolução, está diretamente relacionada com as oscilações das atividades agropecuárias da região. Na Ilha do Superagüi e nos vales do Rio Guaraqueçaba encontram-se várias áreas de capoeirinha e

capoeira, resultantes de áreas de pastagem e culturas abandonadas (IPARDES, 1995).

Quanto ao uso atual do ambiente podem ser identificados no município e também na APA, segundo IPARDES (2001), os seguintes padrões:

- a) Floresta Primária ou primitiva, sem intervenção humana;
- b) Floresta Secundária, sendo esta uma vegetação heterogênea que sofreu intervenção antrópica;
- c) Capoeira, que vem a ser um conjunto de comunidades vegetais que surgem com o abandono da terra após seu uso agropecuário constituindo diversas fases de sucessão secundária;
- d) Manguezal, localizadas principalmente em áreas protegidas das baías, desenvolvendo-se aí uma vegetação especializada; Brejo, que são áreas alagadas ocupando depressões rasas;
- e) Áreas Desmatadas, sendo estas áreas sem vegetação ou com indefinição em relação ao uso atual do solo; Reflorestamento, pequenas áreas com monoculturas de espécies exóticas;
- f) Agricultura, sendo áreas com cultivo ocorrendo na sub-região de planície;
- g) Agricultura+capoeira, caracterizando-se por plantações de banana em associações com capoeiras;
- h) Pastagem, incluindo pastos plantados e nativos;
- i) Pastagem+arbusto, que abrange áreas antigas de pastoreio intensivo com abandono de pastagens ou pastagens com baixíssima densidade de cabeças por hectare;
- j) Várzea, tratando-se de áreas cobertas por vegetação pioneira com influência fluvial.

O patrimônio cultural do município de Guaraqueçaba vem a ser de destaque no cenário nacional devido à riqueza de sítios arqueológicos existentes na área, entre os quais se destacam os sambaquis.

O município abriga populações tradicionais de pescadores artesanais e agricultores familiares, presentes na região há aproximadamente 450 anos, conforme contam os próprios habitantes. Em 2000, segundo o Censo Demográfico do IBGE do mesmo ano, o município de Guaraqueçaba possuía 8.288 habitantes, sendo 2.582 habitantes residentes na área urbana e 5.706 localizados na área rural (IBGE, 2000). Sua população estimada em 2004 era de 8.558 habitantes, em 2005 de 8.618 e em 2006 foi estimada em 8.677 habitantes (IBGE, 2006).

Esta população rural agrupa-se em comunidades situadas no continente e nas ilhas. As comunidades continentais, além daquela localizada na sede do município são: Potinga, Itaqui, Tagaçaba, Tagaçaba de Cima e Mirim, Açungui, Serra Negra, Pedra Chata, Bananal, Morato, Ipanema, Ipanema do Norte, Rio Guaraqueçaba, Utinga, Rio Verde, Batuva, Poruquara, Cerco Grande, Cerquinho, Sebuí, Saco da Rita, Abacateiro, Varadouro Velho e outras localidades. As comunidades insulares compreendem Barra do Ararapira, Bertioga, Saco do Morro, Tibicanga, Vila Fátima, Canudal, Barra do Superagüi, Guapicum, Vila das Peças, Laranjeiras, Ilha Rasa, Almeida, Ponta do Lanço, Mariana, Benito, Barbados, Pinheiros, entre outras.

Segundo IPARDES (2000), Guaraqueçaba apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) entre os vinte mais baixos do estado do Paraná.

Quanto à sua história, nas primeiras décadas do século XX, ocorreu o período de maior prosperidade em Guaraqueçaba. Navios abastecidos com banana e madeira faziam linhas comerciais até a Argentina e Paraguai. Neste mesmo período, agricultores paulistas do litoral sul do Estado de São Paulo, cruzam para o litoral norte do Paraná, em busca de terras férteis e baratas, criando as comunidades de Pedra Chata e Batuva.

Na década de 1940, fugindo dos reflexos da segunda Guerra Mundial, chegam os colonos alemães, consolidando Serra Negra e a ocupação do vale do Rio Bananal (SPVS, 1994). As comunidades do Rio Verde e Rio Guaraqueçaba se estabeleceram na bacia hidrográfica do Rio Guaraqueçaba, produzindo e também intermediando a comercialização da banana originária da comunidade de Batuva, localizada rio acima.

Nos anos 1950, instalaram-se as primeiras fábricas de palmito na região. A consequência imediata é a redução da área agricultável comercial para a de subsistência. A demanda das indústrias atraiu muitos agricultores para o corte de palmito na floresta.

Na década de 1960 a 1970 ocorre a segunda migração interna, decorrente do processo de ocupação de terras por especuladores imobiliários e por muitos latifúndios. Com a abertura da rodovia, ligando Guaraqueçaba a Antonina (PR-405), única via de acesso terrestre à região, um novo processo de ocupação foi iniciado. Uma das estratégias de ocupação foi pela pressão e expulsão dos pequenos produtores de suas terras e favorecimento da ocupação das terras pelos incentivos fiscais: o governo federal liberou créditos subsidiados e redução de impostos aos empresários interessados no cultivo de café, plantio de palmito e criação de búfalos. Com esses créditos, foram muitos os que abriram suas áreas, venderam as madeiras, introduziram o búfalo e não produziram nem manejaram o café e o palmito. O crescimento da atividade bubalinocultora aconteceu sem que considerassem as características ecológicas da região, provocando rápida degradação nas florestas da planície litorânea.

Quanto à tradição cultural das práticas agrícolas, os habitantes da região praticavam a “coivara”, agricultura de pousio cuja característica herdada dos indígenas que seguia o processo de desmate de floresta ou capoeira através do corte e queima da vegetação, para a semeadura (LIMA *et al.* 1994). Utilizavam-se destas áreas por um a três anos seguidos, posteriormente abandonando-as para a recuperação por dez a quinze anos. Nas áreas de boa drenagem e nas encostas cultivavam banana, mandioca, milho, feijão e café. Nas áreas úmidas, arroz e cana-de-açúcar (SPVS, 1994).

O elevado número de personagens do folclore registrados nas comunidades estudadas permite acreditar que estas comunidades conviveram muito tempo integradas aos ciclos biológicos, como as fases da lua para retiradas de madeira, épocas de caçadas, defesos na pesca, e outros (LIMA, 1996).

Segundo relatos locais, o preparo da terra e o plantio eram realizados por meio do mutirão, uma forma de trabalho cooperativo adotado em

comunidades tradicionais. Em Guaraqueçaba, o mutirão ocorria atendendo o chamado de uma pessoa conhecida dentro da comunidade. O “dono” do mutirão, como forma de agradecimento, mandava celebrar uma festa de fandango (dança típica caiçara) para os participantes do mutirão. Pode-se dizer que o mutirão com fandango era a maior manifestação social do povo tradicional caiçara.

3.6 A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

O processo de conservação da natureza em Guaraqueçaba ganhou contornos fortemente definidos e conflitantes com a criação de áreas protegidas.

A maior das Unidades de Conservação presentes no município é a APA de Guaraqueçaba, além do PARNA do Superagüi, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, a ARIE das Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho, e as RPPNs de Salto Morato e Sebuí (IPARDES, 2001).

No interior do município de Guaraqueçaba estão inseridas Unidades de Conservação, listadas na tabela a seguir (tabela 01).

TABELA 01. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

Nome da UC	Categoria (SNUC)	Ato e data de criação	Área (ha)
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Proteção integral	Decreto no 87.222/1982	13.638,90
APA de Guaraqueçaba (federal)	Uso sustentável	Decreto no 90.883/1985	291.498,00
ARIE de Pinheiro e Pinheirinho	Uso sustentável	Decreto no 91.888/1985	109,00
Parque Nacional do Superagüi	Proteção integral	Decreto no 97.688/1989 Lei 9.513/1997	34.254,00
APA (estadual) de	Uso sustentável	Decreto no 1228/1992	191.595,50

Guaraqueçaba RPPN Salto Morato	Uso sustentável	Portaria no132/94 – N	2.340
RPPN Reserva Ecológica de Sebuí	Uso sustentável	Portaria no 99/1999 - N	400,78

Fonte: adaptado de DOMINGUES (2004).

Lucas (1992), descrevendo a categoria de manejo V de áreas protegidas da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) considera que áreas de proteção (*protected landscapes*) devem prover o bem-estar econômico de seus residentes, preservar a identidade cultural das comunidades, ser social e espiritualmente satisfatória e esteticamente agradável. Devem ser exemplos reais de uso sustentável dos recursos, dos quais o futuro do mundo e das pessoas depende e, para tanto, demonstram princípios de estratégias de conservação em nível regional e local.

As áreas de proteção se enquadram em um nicho distinto do espectro de áreas protegidas. Possuem um papel importante por si só e complementam outras categorias. Seriam, nesse sentido, uma ponte entre paisagens predominantemente naturais e fortemente modificadas.

Antes da criação da APA em 1985, foi criado, em 1984 o Conselho de Desenvolvimento Territorial do litoral paranaense, destinado a impedir o processo de ocupação desordenada do litoral paranaense e buscar o cumprimento da lei.

3.6.1 A APA de Guaraqueçaba

A APA de Guaraqueçaba foi criada em 31 de janeiro de 1985 através do Decreto Federal nº 90.883, com extensão de 3.134 km² (313.400 hectares) abrangendo o município de Guaraqueçaba em sua totalidade (excluindo a sede e as áreas do Parque Nacional) e parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul, entre as coordenadas 48°45' e 48°00'W e 24°50' 25°30'. A APA de Guaraqueçaba é uma das três unidades

ambientais federais selecionadas para fazer parte do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), conforme IPARDES (2001).

O Decreto nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985, dispõe sobre a implantação da APA de Guaraqueçaba, com o objetivo de assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde se encontram espécies raras e ameaçadas de extinção, o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis), as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional, bem como controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região (BRASIL, 1985).

Além disso, o Decreto define que a APA de Guaraqueçaba tem também por finalidade proteger o entorno da Estação Ecológica de Guaraqueçaba. Unidades de Conservação como o Parque Estadual de Jacupiranga; o Parque Estadual do Marumbi e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso fazem limite com a APA, e ficam incluídas na mesma, as seguintes Ilhas: Ilha do Lessa, Ilha do Corisco, Ilha do Pastinho, Ilha Baixa Grande, Ilha das Rosas, Ilha Guamiranga de Fora, Ilha Guamiranga de Dentro, Ilha da Ponta Grossa, Ilha do Gerere, Ilha do Lamin, Ilha Guará, Ilha Biguá, Ilha das Cobras, Ilha das Bananas, Ilha Grande, Ilha dos Porcos, Ilha do Benito, Ilha Rasa, Ilhas das Gamelas, Ilha das Peças e Ilha do Superagüi.

Pelo Decreto, a cidade de Guaraqueçaba fica excluída do domínio da APA. Na implantação e funcionamento da APA, deveriam ser adotadas medidas como o procedimento de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) da APA (plano de uso), indicando as atividades a serem encorajadas ou incentivadas em cada zona, bem como as que deverão ser limitadas, restringidas ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável; a utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção de Zonas de Vida Silvestre, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais; a aplicação, quando for necessária, de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade

ambiental; a divulgação das medidas previstas no Decreto objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e as suas finalidades.

O Artigo 6º do Decreto aponta que na APA de Guaraqueçaba ficam proibidas ou restringidas: implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais, principalmente das Zonas de Vida Silvestre, onde a biota será protegida com mais rigor; o exercício de atividades capazes de provocar aceleração da erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas; o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota regional.

A proposta de zoneamento da APA foi apresentada em dezembro de 1997 em um workshop, tendo sido elaborada mediante uma parceria entre o IPARDES, o IBAMA, PNMA, o Banco Mundial e o Banco Alemão "*Kredit für Wiederaufbau*" (KfW). Aos órgãos ambientais oficiais coube o estabelecimento de normas e limitações no uso da propriedade, adequando-as e assegurando o cumprimento das proibições e restrições ao uso dos recursos naturais (IPARDES, 2001).

Em 1992, foi criada a Área de Proteção Estadual de Guaraqueçaba, através do Decreto nº 1.228. De acordo com Domingues (2004) a APA estadual nunca chegou a ser assumida pelo poder público estadual. Na época corriam rumores que com sua criação o governo do estado pretendeu apenas ter um instrumento de pressão sobre o IBAMA, que considerava ter uma ação aquém das necessidades do local.

A população da APA de Guaraqueçaba sendo reconhecida como população tradicional pode ser assim descrita, conforme Diegues (1996): "Grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do ambiente. São segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos".

Os exemplos de populações tradicionais (ou vestígios dela) encontradas na região da APA seriam as comunidades caiçaras, que englobam os roceiros tradicionais, comunidades ribeirinhas que praticam agricultura de subsistência e os pescadores artesanais e outros elementos da diversidade cultural caiçara, como curandeiros, parteiras, artesãos. Entre 50 e 60% da população da APA de Guaraqueçaba tem na pesca artesanal a base de sua sobrevivência. A pequena produção agrícola é a segunda atividade de maior destaque na região.

As populações tradicionais de Guaraqueçaba, no transcorrer das últimas três décadas, vêm sendo permanentemente atingidas por processos de transformações econômicas, sociais e culturais, como a decadência de suas atividades produtivas, devido a agentes externos à região, que se apropriaram de suas terras e no transcorrer da década de 1980 decorrentes das restrições ambientais, de acordo com IPARDES (2001).

Também de acordo com IPARDES (2001), em todas as comunidades e em todas as categorias sociais de produtores rurais, as maiores áreas das propriedades são ocupadas por formações florestais em estágio final de sucessão secundária ou com remanescentes de floresta primária, sendo que nas propriedades que obtêm sua renda principalmente do cultivo da banana e da mandioca, as áreas com floresta clímax ocupam de 21,3% até 46,5% da área total. Essas áreas se localizam em geral nas encostas e topos de morros, sendo as mesmas um reflexo das restrições ao uso agrícola impostas pela criação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

A APA de Guaraqueçaba possui cerca de 570 estabelecimentos situados no meio rural, na sua porção principal – o Município de Guaraqueçaba, possuindo a comunidade de Cachoeira, no Município de Antonina, mais 24 unidades, totalizando 594 estabelecimentos rurais.

Os pequenos produtores, conforme diagnóstico do IPARDES (2001), são a maioria. Os empresários rurais, minoria no território, são em grande parte criadores de búfalos e detentores de outros empreendimentos.

A banana e a mandioca são os principais produtos dos sistemas agrícolas dos pequenos produtores da APA de Guaraqueçaba, sendo que para os empresários rurais a produção animal é a atividade de destaque.

No setor da pesca, este é desenvolvido na APA de forma essencialmente artesanal, havendo aproveitamento comercial do excedente da produção apenas em algumas comunidades como Barra do Superagüi e Vila das Peças. Neste caso, os produtos comercializados nos mercados de Paranaguá, com relativo grau de intermediação.

Ao todo, a APA abrange cinquenta e sete comunidades, sendo que os habitantes dos Municípios de Antonina e Paranaguá são um total de mil.

3.6.2 O Parque Nacional do Superagüi

Abrangendo uma área de 21.400 hectares, o Parque Nacional de Superagüi foi criado pelo Decreto 97.688, em 25 de abril de 1989 e ampliado pela Lei nº 9.513, de 20 de novembro de 1997, sendo assim formado pela Ilha das Peças, pela Ilha artificial do Superagüi e por uma porção continental incluída após a ampliação. O Parque, sendo uma UC federal, está subordinado ao IBAMA.

Com o objetivo de proteger e preservar amostra dos ecossistemas existentes no território delimitado, assegurando a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica, o PARNA do Superagüi é um dos mais notáveis ecossistemas costeiros do planeta.

O artigo 3º do referido Decreto estabelece um prazo de cinco anos para a elaboração do Plano de Manejo do Parque, o que até o presente momento, não foi elaborado. Além disso, conforme a categoria de proteção integral do SNUC, ficou estabelecido que as terras e benfeitorias localizadas dentro dos limites do Parque ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação.

Com a ampliação dos limites em 1997, as comunidades de Barra do Ararapira, Ararapira, Vila Fátima, Canudal, Barbados, Saco do Morro (localizadas na Ilha do Superagüi) e Laranjeiras (localizada na Ilha das Peças) foram incluídas no Parque e uma área continental passou a englobar o Parque Nacional (Vale do Rio dos Patos), além das ilhas do Pinheiro e Pinheirinho.

A Lei 9.513, que redefine os limites da unidade, aponta que são excluídas da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e da Estação Ecológica de Guaraqueçaba, todas as áreas pertencentes originalmente a essas unidades incluídas nos novos limites do Parque Nacional do Superagüi, bem como as porções das ilhas do Superagüi e das Peças não integrantes do PARNA (BRASIL, 1997).

Conforme IBAMA (2005) a Ilha do Superagüi foi reconhecida e tombada como Patrimônio Natural e Histórico em 1985, colocando-se uma série de proibições em relação a várias atividades potencialmente danosas ao meio ambiente. Em 1991 a região foi abrangida pela Reserva da Biosfera Vale do Ribeira-Serra da Graciosa e em 1998 foi intitulada pela UNESCO como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade. Antes de ser criado o Parque, em 1989, a Ilha do Superagüi havia sido tombada como patrimônio natural pela Secretaria de Estado da Cultura em 1983.

3.6.3 A Estação Ecológica de Guaraqueçaba

A Estação Ecológica de Guaraqueçaba foi criada pelo Decreto nº 87.222, de 31 de maio de 1982 e é formada por 14 áreas de manguezais, sendo sua área total de 4.831 hectares. É uma importante área de reprodução e crescimento de peixes, aves, crustáceos e moluscos. No aspecto social, as áreas de mangue eram importantes pontos de extrativismo de caranguejo.

O ecossistema da Estação Ecológica consiste principalmente em manguezal, englobando ilhas de terra firme, que apresentam cobertura florestal típica de mata pluvial atlântica, áreas continentais de mangue e matas de transição, situadas na Baía dos Pinheiros, de Guaraqueçaba e do Benito (IBAMA, 2004).

3.6.4 Outras Formas de Proteção

Além das UCs citadas, tem-se a RPPN “Reserva Natural Salto Morato”, pertencente à Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN),

com 2.340 hectares e a RPPN “Reserva Ecológica do Sebuí”, vizinha ao PARNA e de propriedade de um morador local, abrangendo cerca de 400 hectares. Segundo IBAMA (s/d) a RPPN é uma UC criada em área privada, gravada em caráter de perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, sendo a criação um ato voluntário do proprietário, que decide constituir sua propriedade, ou parte dela, em uma RPPN, sem que isto ocasione perda do direito de propriedade.

A organização não-governamental (ONG) SPVS administra na APA de Guaraqueçaba três áreas naturais, abrangendo juntas 18,5 mil hectares e viabilizadas a partir dos seus projetos de ação contra o aquecimento global. As áreas foram adquiridas a partir de 1999, e estão sendo transformadas em RPPN. No município de Antonina localizam-se as áreas “Reserva do Morro da Mina” e “Reserva do Cachoeira”. A Reserva Natural Serra do Itaqui fica no município de Guaraqueçaba e ocupa 6.653 hectares. Localiza-se próxima à comunidade humana de mesmo nome.

Além disso, as áreas protegidas do município também incluem regiões tombadas, como mais de um terço da Serra do Mar, conforme Silva (2001). Como em outras áreas ambientalmente especiais, toda a legislação concernente à proteção ambiental contempla a região, como o Código Florestal, a Lei de Crimes Ambientais (9.605/99), o Decreto da Mata Atlântica (750/93), os instrumentos da política ambiental, entre outros.

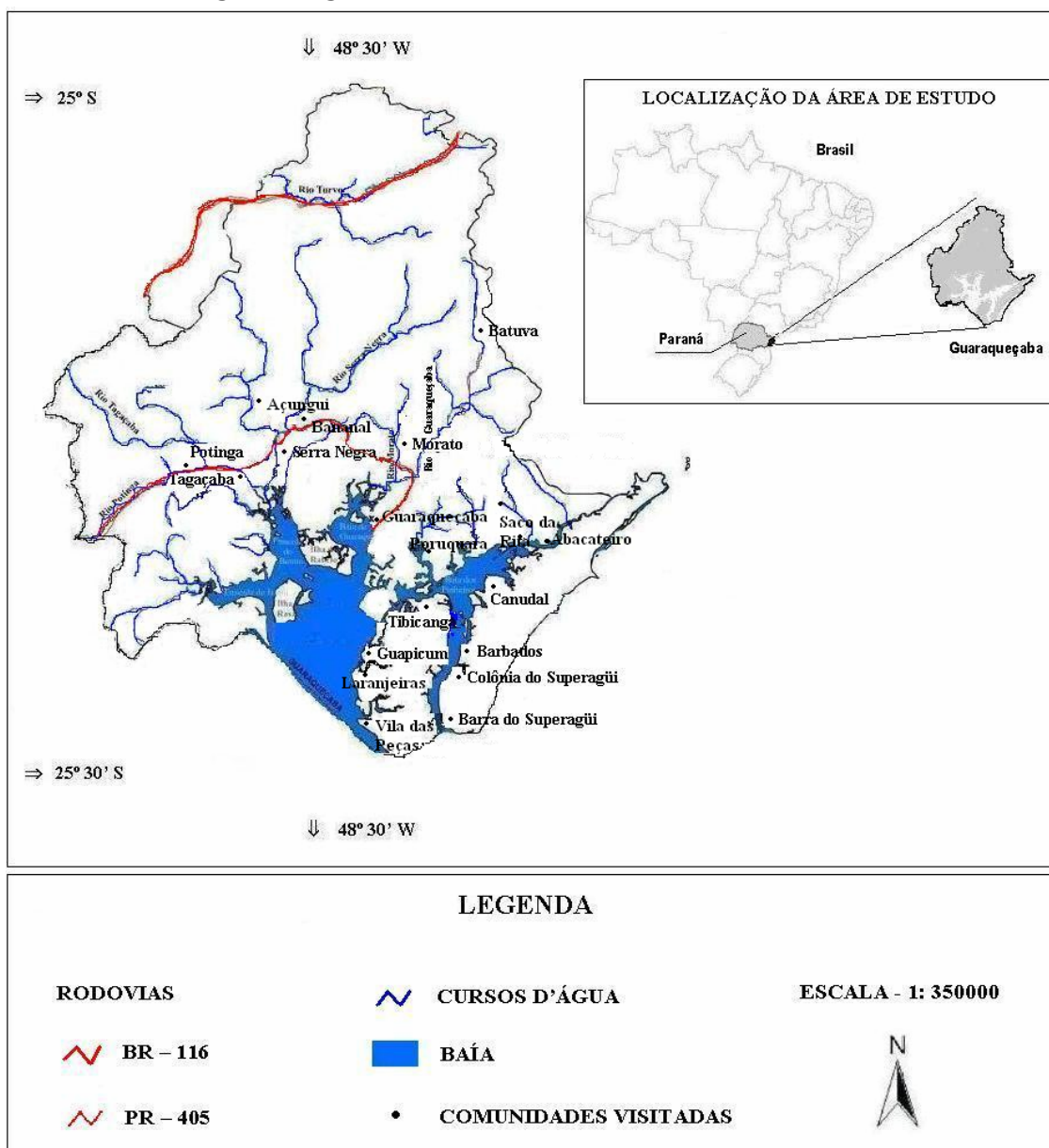
Por fim, ressalta-se que essas UCs fazem limite com outras áreas protegidas, como o Parque Estadual do Jacupiranga no estado de São Paulo, ao norte; o Parque Estadual da Ilha do Cardoso e a APA Federal de Cananéia-Iguape-Peruíbe, também em São Paulo, a nordeste; AEIT do Marumbi, no Paraná, a oeste; e Estação Ecológica da Ilha do Mel, ao sul.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi desenvolvido em dezesseis comunidades rurais e pesqueiras tradicionais (em um inverso de cerca de cinquenta comunidades) distribuídas por todo o município de Guaraqueçaba (figura 01).

FIGURA 01. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DAS COMUNIDADES VISITADAS



Fonte: IPARDES (adaptado por Débora Lopes e Renato Siqueira)

As UCs existentes no município são identificadas na figura 02.

FIGURA 02. LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE GUARAQUEÇABA



Fonte: Google Earth (adaptado por Renato Siqueira)

4.1.1 Comunidades Humanas Visitadas

4.1.1.1 Batuva

Situada entre as coordenadas 25°06'06"S e 48°12'32"W a 70 m a.n.m., a comunidade do Batuva dista 24 km da sede do município, como da linha da costa, e 20 km da Baía de Guaraqueçaba (RACHWAL e CURCIO, 2001). A partir da rodovia PR-405, tem início à esquerda o trecho até Batuva, de aproximadamente 18 km.

Está sob influência do Rio Guaraqueçaba, porção norte do município, que faz parte da bacia hidrográfica da Baía das Laranjeiras. Ocupa o vale formado pelas Serras da Utinga, Negra, Gigante e Morato.

A comunidade de Batuva é constituída aproximadamente 260 pessoas, na sua maioria descendentes de oito famílias “*que fizeram Batuva*” (SILVA, 2001). As famílias batuvenses são compostas na sua maioria de pequenos produtores rurais, ficando próxima à Comunidade do Rio Verde, esta com cerca de 40 famílias e 170 habitantes.

São tradicionais as lavouras de arroz, feijão, milho e mandioca, todas para subsistência, sendo a banana e o palmito nativo importantes para a comercialização.

Batuva possui uma fábrica de processamento de banana, resultado de um programa de extensão da UFPR e convênios internacionais.

Há um pequeno mercado, um telefone público, quatro igrejas pentecostais, uma escola de 1º grau com professores locais.

4.1.1.2 Morato

A comunidade do Morato situa-se próxima às coordenadas UTM 7.215.400 e 775.100, de acordo com Pellin e Caiut (2003). A comunidade distribui-se em um trecho que dista 19 km da sede do município, à esquerda, sentido sede, a partir da rodovia PR-405.

O censo realizado na comunidade do Morato em 1999 pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza indicou a presença de 38 famílias moradoras do local, número que passou para 34 famílias em 2002. Apesar dessa diminuição no número de famílias, o número de pessoas que moram na vila quase não variou passando de 204 no ano de 1999 para 202 em 2001 (PELLIN e CAIUT, 2003).

As principais atividades praticadas são o artesanato, a pequena produção agrícola familiar e a pecuária.

Desde 1994, a comunidade vislumbra a Reserva Natural Salto Morato, pertencente a FBPN, como vizinho geográfico de suas pequenas propriedades.

Possui uma escola municipal de 1^a a 4^a série e uma professora local. Até o momento, parcerias da FBPN viabilizaram cursos de alfabetização de adultos para os comunitários. Além disso, há um telefone público, um campo de futebol e a sede da Associação dos Artesãos do Morato, estrutura que engloba uma cozinha comunitária.

4.1.1.3 Serra Negra

Localiza-se na região central da zona rural do município de Guaraqueçaba, à beira da rodovia PR-405 e às margens do rio Serra Negra.

Serra Negra possui cerca de 200 habitantes, distribuídos na sede do distrito e em diversas localidades.

Há uma escola de 1^a a 4^a série, liderada por professores locais. A comunidade conta com um posto de saúde, que funciona para distribuição de remédios e orientações básicas, além de correio e posto telefônico. Há uma associação de pequenos produtores rurais, a APROSENE e um campo de futebol. Há quatro igrejas na comunidade: Católica, Deus é Amor, Igreja Batista e a Congregação Cristã no Brasil, além de vários estabelecimentos comerciais (MARANGON, 2003). Também possui uma cozinha comunitária em construção na localidade de Bananal.

A atividade principal de Serra Negra é a agricultura, podendo ser contabilizados 47 estabelecimentos rurais, nos quais 61,1% da mão-de-obra é familiar (UFPR, 2000).

Em termos metodológicos, as comunidades de Açungui e Bananal foram consideradas com parte da comunidade de Serra Negra, tendo sido entrevistados moradores também destas localidades.

4.1.1.4 Tagaçaba

Localizada também em região central da zona rural de Guaraqueçaba, a 37 km do início da rodovia PR-405, entre as comunidades de Potinga e Serra Negra, às margens do rio Tagaçaba.

Com 423 habitantes (UFPR, 2003), vem nos últimos anos despertando a atenção de turistas ligados à pesca desportiva que estão comprando terras e construindo casas de veraneio ao longo do rio. A SPVS estima que a população suba para 1.035 pessoas durante a temporada (DOMINGUES, 2004).

Possui uma escola de 1º grau, posto telefônico, vários estabelecimentos comerciais, uma pousada, dois restaurantes, um posto de saúde, uma associação de produtores.

A comunidade é predominantemente católica, porém com algumas igrejas evangélicas, como Batista, Assembléia de Deus e Congregação Cristã.

Constitui-se na terceira maior comunidade e segundo maior distrito eleitoral do município.

4.1.1.5 Vila das Peças

Situada na região sudoeste de Ilha das Peças, na Baía de Laranjeiras, a vila das Peças é uma das comunidades humanas que faz parte do entorno do Parque Nacional do Superagüi.

Possui cerca de 350 habitantes, uma escola estadual e municipal de 1º grau e um supletivo de 2º grau (funcionando na mesma estrutura); vários estabelecimentos comerciais; duas pousadas; seis restaurantes, sendo quatro em funcionamento (dois restaurantes são comunitários), uma igreja católica, uma igreja Batista e uma Assembléia de Deus, um posto de saúde, um campo de futebol, duas associações de mulheres, onde funcionam as cozinhas e os restaurantes comunitários; uma associação de moradores, e uma associação de condutores de ecoturismo. Possui energia elétrica e água encanada tratada.

A maioria dos moradores vive da pesca artesanal e da comercialização do excedente. Nos últimos anos tem aumentado consideravelmente o interesse pelo turismo ecológico na vila, através da prática de observação de Boto-cinza (*Sotalia fluviatilis*) e de espécies ameaçadas de extinção, como o papagaio da cara roxa (*Amazona brasiliensis*).

Atualmente vem sendo desenvolvido o turismo de base comunitária, envolvendo roteiros culturais, buscando divulgar a cultura caiçara.

Vila das Peças pode ser considerada como uma das mais bem auto-organizadas comunidades guaraqueçabanas. Também é uma das comunidades que despertam grande interesse em desenvolvimento de projetos por parte de ONGs e universidades, por isso é uma das comunidades que mais recebem pesquisadores e diferentes projetos de pesquisa e extensão. Dentre os principais projetos, pode-se destacar o Projeto de Conservação do Papagaio de Cara Roxa da SPVS, presente na região há mais de 10 anos; o projeto *Cultimar*, financiado pela Petrobrás e executado pelo Grupo Integrado de Aqüicultura (GIA) da UFPR, que visa o desenvolvimento de ações de geração de renda, revitalização da cultura local e educação ambiental; e um projeto de reciclagem de lixo desenvolvido pelo Centro de Estudos do Mar (CEM) da UFPR e pela Associação de Moradores local, com o apoio do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Devido a esse último projeto, a Vila das Peças é a única a ser beneficiada com coleta de lixo em toda a região de Guaraqueçaba.

4.1.1.6 Barra do Superagüi

A comunidade da Barra do Superagüi situa-se nas coordenadas UTM 800.109,94S; 7210.535,58W (Extremo Norte) e 767.246,27S; 7178.358,07W (Extremo Sul), na Ilha artificial do Superagüi. A economia local baseia-se principalmente na pesca artesanal, também com comercialização do excedente, porém há uma crescente procura da região para a prática do turismo.

A comunidade possui cerca de 1.200 habitantes. Seu entorno possui características de relevante interesse ambiental: assim como as outras comunidades insulares do município, a região onde está localizada possui florestas de restingas que abrigam grande biodiversidade, destacando-se o mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus chrysopygus caissara*). As praias da ilha estão entre as últimas preservadas com características originais.

Até três décadas atrás, seus habitantes combinavam a atividade pesqueira com a agrícola. Desde o final da década de 1960 até meados da

década de 1980, a comunidade teve sérios conflitos pela posse da terra com uma empresa agropastoril. Nesse período foi criada a Associação de Moradores local, que, juntamente com outros movimentos, lutou pelos direitos da comunidade até a saída da empresa da região. A associação de moradores, em meados dos anos 1990, passou a reivindicar o fornecimento de energia elétrica, conquistando o serviço em 1998. A transmissão é feita através de cabo submarino que percorre o trecho entre Pontal do Sul, Ilha do Mel, Ilha das Peças e Ilha do Superagüi.

O abastecimento de água é feito através de ligação executada pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), proveniente de uma fonte represada localizada no Morro das Pacas, próxima à Aldeia Guarani, não sofrendo nenhum tratamento.

Não existe um sistema de tratamento de esgoto na vila e tampouco coleta de lixo, sendo estes alguns dos maiores problemas no local.

Por ser a maior comunidade de Guaraqueçaba (excluindo-se a sede do município), Barra do Superagüi possui em termos quantitativos uma maior infra-estrutura: uma escola estadual de 1º grau e um supletivo de 2º grau, uma igreja católica, quatro igrejas evangélicas: uma Assembléia de Deus, uma Congregação Cristã, uma Igreja Batista e uma Igreja Quadrangular. Além disso, possui vários estabelecimentos comerciais, restaurantes e pousadas, um posto de saúde, dois campos de futebol e uma associação de mulheres que produzem artesanato.

Assim como na Vila das Peças, o crescente interesse turístico por áreas naturais preservadas apresenta-se como uma alternativa de revitalização da economia local, uma vez que o setor pesqueiro tem se encontrado em decréscimo. No entanto, Barra do Superagüi não possui nenhum esquema local organizado em conjunto que vise trabalhar as potencialidades ecoturísticas da região: o que existe são apenas ações isoladas de alguns moradores durante a temporada.

4.1.1.7 A sede do município de Guaraqueçaba

A sede do município de Guaraqueçaba situa-se entre 25° 17' de latitude sul e 48° 21' de longitude oeste. Diversas ilhas são encontradas próximas ao município, entre elas as Ilhas das Gamelas, Benito, Grande, Rasa, Pavoça, Pinto, Retiro e Pontal.

Ângulo (1992) referindo-se ao Bairro Costão aponta que o mesmo está a 10 m de altitude, com chuva anual de 2668 mm e 186 dias de chuva por ano.

A cidade possui pouco mais de 2.000 habitantes e apresenta diversos pontos comerciais, pousadas, restaurantes, posto bancário, um hospital, uma escola estadual de 1° e 2° graus, uma igreja católica, diversas igrejas evangélicas, um posto do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), diversas estruturas da administração local, uma sede do IBAMA e um Centro de Visitantes comuns as três UCs federais existentes no municípios, entre outros.

4.1.1.8 Outras comunidades

Outras comunidades visitadas são brevemente descritas a seguir:

- Poruquara, localizada próxima à sede do município, possui atualmente cerca de 50 moradores, uma igreja batista e uma associação de moradores. Há algum tempo a própria comunidade iniciou o cultivo de ostras, sendo esta atividade praticada até os dias atuais, com comercialização do produto em Cananéia. Tem semelhanças com as outras 21 vilas pesqueiras de Guaraqueçaba.
- Saco do Morro, localizada no Morro das Pacas, na Ilha do Superagüi, foi a base da colonização da ilha pelo suíço William Michaud. Possui cerca de 30 habitantes e nenhum tipo de infra-estrutura, apenas uma igreja católica.
- Saco da Rita, a mais isolada das comunidades, localizada no Canal do Varadouro, é a que guarda mais fielmente os traços culturais tradicionais

da região, sendo essencialmente familiar. Não possui infra-estrutura alguma.

- Potinga, cujas coordenadas geográficas são 25° 14'S e 48° 30'W, localiza-se próxima à comunidade de Tagaçaba, na região continental. Possui cerca de 200 habitantes, uma igreja católica, uma Assembléia de Deus, uma Igreja Batista e uma igreja Deus é amor, uma associação de pequenos produtores rurais.

Nas outras comunidades visitadas como Abacateiro, Tibicanga, Laranjeiras, Guapicum e Barbados não houve aplicação de questionário.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia baseou-se preliminarmente na revisão e análise crítica da literatura existente sobre o município de Guaraqueçaba e sobre as Ucs existentes no seu território. Posteriormente, realizaram-se visitas às comunidades locais para realização de entrevistas, seguindo um questionário semi-estruturado como roteiro; observações da dinâmica social e relatos de convivência.

Foram visitadas oito comunidades continentais: Batuva, Morato, Poruquara, Potinga, Saco da Rita, Sede do município, Serra Negra e Tagaçaba; e três comunidades insulares - Vila das Peças, Saco do Morro e Barra do Superagüi. Outras comunidades também foram visitadas, como Abacateiro, Tibicanga, Laranjeiras, Guapicum e Barbados, porém sem aplicação de questionário. Neste caso foram realizadas observações apenas com intuito de agregar mais substância cognitiva sobre o cotidiano das pessoas, relativo aos efeitos decorrentes da implantação das UCs, de maneira a captar manifestações espontâneas dos comunitários (sem exercer nenhum tipo de indução).

As comunidades foram visitadas diversas vezes durante o período da pesquisa, conforme a necessidade e a possibilidade de acesso geográfico e social, com intensa observação e participação no convívio geral dos moradores. Atividades como visita à roça, preparo de refeições e passeios pela

comunidade eram realizadas junto aos entrevistados. As visitas compreenderam o período de agosto de 2003 a outubro de 2006 (Tabela 02).

TABELA 02. COMUNIDADES VISITADAS E NÚMERO DE VISITAS

Comunidade	N. de visitas	Entrevistas	Observações
Batuva	3	x*	X
Morato	2	x	X
Serra Negra	4	x	X
Tagaçaba	2	x	X
Vila das Peças	3	x	X
Barra do Superagüi	3	x	X
Cidade de Guaraqueçaba	4	x	X
Poruquara	3	x	X
Saco da Rita	2	x	X
Saco do Morro	3	x	X
Potinga	1	x	X
Abacateiro	2	-	X
Tibicanga	1	-	X
Laranjeiras	1	-	X
Guapicum	1	-	X
Barbados	2	-	X

Fonte: Pesquisa de campo

x* comunidades visitadas e/ ou entrevistadas; - comunidades sem entrevista

Vieira (1995) afirma que as informações relativas a necessidades, aspirações e estilos de vida das populações devem ser obtidos por meio de diagnósticos participativos. Assim, a identificação de problemas e alternativas de soluções deve ser feita com base no registro de percepções, atitudes e valores dos segmentos sociais envolvidos.

Gasparetto *et al.* (1986) explicam que de uma perspectiva científica e sociológica, particularmente, é imprescindível que o diagnóstico possibilite uma compreensão clara e adequada da realidade social a que está se referindo.

Em relação ao uso do questionário aberto, tem-se que quanto mais aberta a pergunta, ou seja, quanto menos restritiva, maior é a liberdade deixada ao narrador para responder segundo sua própria lógica e conceito.

A esse respeito, Viertler (2002) aponta que as técnicas de pesquisa qualitativas, em termos ideais, deveriam sempre ser complementadas com abordagens de cunho quantitativo e vice-versa. Assim, a técnica mais fechada de lidar com as falas dos informantes corresponde ao questionário,

sendo que no outro extremo estaria a técnica da observação participante. Por meio desta técnica, o pesquisador se entregaria à rotina e à participação nas várias atividades de interesse dos pesquisados, fazendo com que os “nós de incompreensão” do pesquisador sejam dissolvidos pouco a pouco. A compreensão dos sentidos até então não detectados passa a ser mais aprofundada.

Entre esses dois extremos haveria técnicas onde a relação de comunicação é mais equilibrada, entre elas a entrevista. Esta técnica vem a ser bem mais flexível do que o questionário, pelo tipo de linguagem empregada e pode ser organizada em inteiramente estruturada, semi-estruturada e não estruturada, conforme a pré-definição dos tópicos a serem abordados.

No caso do presente trabalho, quando se cita a realização de entrevista, esta se refere à semi-estruturada. Na coleta de dados com observação e relato de convivência, utilizou-se também a técnica da entrevista não estruturada, devido ao diálogo livre que ocorria com o entrevistado.

Viertler (2002) chega a afirmar que os aspectos mais profundos de uma sociedade humana só logram serem descobertos quando ocorre um envolvimento não só racional, mas também afetivo entre os pesquisadores e seus informantes. Neste contexto de profunda amizade e respeito é que os informantes permitem falar de seus segredos, sofrimentos e suas fraquezas em sua humanidade. Dentro dessa premissa, transcorreu a coleta de informações desta pesquisa.

Em relação à natureza dos grupos avaliados, critérios diferenciados foram adotados em virtude das peculiaridades de cada um. Para o segmento da pesca, as comunidades selecionadas para a aplicação do questionário foram a Vila das Peças na Ilha das Peças, devido a sua facilidade de acesso marítimo; a Vila de Superagüi, na Ilha de Superagüi, pela mesma razão da escolha anterior; Saco do Morro, por possuir uma situação sócio-econômica mais discrepante em relação ao contexto histórico do conjunto das comunidades avaliadas, e por se encontrar no interior do Parque Nacional; Saco da Rita, por ter sido considerada uma comunidade que tem preservado fortemente suas características culturais e por ainda apresentar um elevado grau de isolamento.

É importante ressaltar que a região de Ilha Rasa não foi contemplada no estudo devido a dificuldades de acesso na época da pesquisa, não sendo contempladas conseqüentemente as questões sobre o extrativismo de caranguejo no estudo.

No segmento da agricultura as comunidades rurais visitadas foram: Serra Negra, pela sua importância econômica histórica; Tagaçaba, por ser atualmente uma das mais prósperas, além de Potinga, Batuva, por possuir um grau de isolamento maior do que as outras comunidades rurais e Morato, por possuir uma experiência mais forte de interação com uma outra categoria de UC: a Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Os demais segmentos pesquisados foram o comércio, e, em menor escala, a educação. Estes setores foram pesquisados tanto na sede do município quanto nas comunidades rurais e insulares. Estes segmentos foram contemplados face à influência que os mesmos desempenham no cotidiano da região.

Pelo fato da coleta de dados no campo basear-se também em observação participante na sua forma livre de expressão, convivência com os sujeitos, não foi estipulado um tempo de duração das entrevistas, ficando livre também o informante de questionário para empregar seu tempo disponível nas entrevistas. Dessa forma, a duração das entrevistas foi muito variável, e dependeu na maioria das vezes do grau de entrosamento com o informante, da necessidade segundo as informações obtidas e da disponibilidade do entrevistado.

Buscou-se com as entrevistas, dentre outros objetivos, captar a percepção da população sobre a sua situação antes da criação das UCs assim como do município em relação a categoria de atividade que exerce. Com o questionário procurou-se também detectar opiniões sobre alternativas para a melhoria da qualidade de vida em combinação com a conservação da natureza no município, segundo o entendimento da própria comunidade. Além desses aspectos, buscou-se identificar as potencialidades das comunidades, relativamente à agrossilvicultura, ecoturismo comunitário, agroecologia, associações e cooperativas.

De forma complementar foi avaliada a percepção de servidores de instituições públicas presentes no município (IBAMA, EMATER, Prefeitura e Secretaria de Educação).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO LOCAL

As entrevistas realizadas, envolvendo diferentes comunidades e também os diversos segmentos de trabalho presentes na região, permitiram definir um perfil geral da população alvo da pesquisa. A distribuição do número de entrevistas com questionário em cada comunidade é apresentada na tabela 03.

TABELA 03. NÚMERO DE ENTREVISTAS REALIZADAS POR COMUNIDADE

Comunidade	Entrevistas	% Entrevistas	População Estimada
Batuva	5	6,25	260
Morato	11	13,75	200
Vila das Peças	15	18,75	350
Poruquara	2	2,5	50
Potinga	2	2,5	200
Saco do Morro	1	1,25	50
Saco da Rita	1	1,25	15
Sede	7	8,75	2000
Serra Negra	13	16,25	200
Barra do Superagüi	11	13,75	1200
Tagaçaba	12	15	450
Total	80	100	-

Fonte: Pesquisa de campo

A variação do número de entrevistas com questionário entre as comunidades é explicada por diversos fatores, tais como a disponibilidade e disposição do informante, acesso geográfico, condições de acompanhamento no campo, condições de logística.

Dentre todas as comunidades visitadas, as que ofereceram as melhores oportunidades de acesso humano (disposição e desejo de responder ao questionário, disponibilidade de tempo, maior liberdade para creditar confiança ao pesquisador) e geográfico foram Serra Negra e Vila das Peças. A primeira está localizada na área central da PR-405 e alguns moradores estão habituados a receber pesquisadores para estadia em suas casas.

A comunidade de Tagaçaba, também localizada na área central rural e às margens da PR-405, porém sem a característica aparente de receber pesquisadores para estadia como acontece em Serra Negra, também teve um número maior de entrevistas. Houve nessa comunidade a dificuldade de se localizar alguns moradores de liderança para aplicação do questionário, fazendo com que o número de entrevistas fosse menor do que o esperado.

Barra do Superagüi teve um número de entrevistas com questionário menor do que o das comunidades já citadas pela maior dificuldade de acesso: os moradores dessa comunidade demonstram um elevado grau de desconfiança e receio em relação a pesquisadores e instituições “de fora”. Dessa forma, numerosas entrevistas e observações foram realizadas com os habitantes de Barra do Superagüi, com a detecção de diversos aspectos relevantes para a pesquisa, porém nesses casos sem aplicação de questionário.

A Vila do Morato foi bastante receptiva à pesquisa, apesar de quantitativamente possuir um número relevante de casas abandonadas (geralmente à venda) por seus proprietários.

A pesquisa na sede do município, por ter o intuito de avaliar o segmento do comércio, e por esse não possuir a representatividade dos segmentos da pesca e da agricultura, não apresentou um número elevado de entrevistas.

Em Batuva, foram realizadas apenas cinco entrevistas com questionário. Esta comunidade (juntamente com Barra do Superagüi) é a que apresenta maiores problemas de relacionamento com a comunidade externa, em especial a comunidade científica, devido a conflitos frequentemente mencionados pelos moradores. No presente estudo, porém a comunidade de Batuva mostrou-se mais espontânea para conversas informais, tendo em vista o contato prévio e a relação de confiança que foi desenvolvida, resultando predominantemente em entrevistas sem questionário.

Potinga, após algumas visitas durante a pesquisa, mostrou um perfil diferente do desejado para a coleta das informações: algumas das propriedades não apresentavam características da pequena propriedade familiar e várias propriedades encontravam-se abandonadas, cujos

proprietários não tinham sua origem no local. Foram também encontradas muitas casas fechadas durante o período da pesquisa, tornando difícil o prosseguimento da mesma na comunidade. Foram realizadas algumas tentativas de aplicação de questionário, porém os mesmos não puderam ser validados pela inconsistência das informações obtidas. Ao final, apenas dois questionários puderam ser validados para fins estatísticos.

A comunidade do Poruquara teve duas entrevistas com questionário por ser “pequena” e essencialmente familiar. No entanto, considerou-se interessante a inserção dessa comunidade na pesquisa por possuir algumas características diferenciadas das outras comunidades, como por exemplo, a liderança feminina.

Por fim, nas comunidades de Saco do Morro e Saco da Rita, foi feita uma entrevista com questionário em cada, sendo exatamente os líderes das comunidades os entrevistados, após a constatação de que estes expressavam as percepções e pontos de vista do restante da comunidade. Além disso, apenas os líderes foram entrevistados pelo fato de o tamanho da população de cada uma ser muito pequena. Se os líderes expressavam sem contradições ou controvérsias a opinião dos restantes dos moradores, não havia a necessidade de aplicação de questionário em outros moradores, apenas entrevistas informais e observação participante. Saco do Morro e Saco da Rita foram inseridas na pesquisa pela situação de isolamento geográfico e conservação de fortes traços culturais tradicionais que apresentam dentro do território natural e cultural guaraqueçabano.

De maneira geral, todas as comunidades apresentaram um número maior de pessoas entrevistadas informalmente, ou seja, as informações eram obtidas através de conversas, discussões, observações em torno da realidade e convivência contínua durante as visitas.

5.1.1 Perfil geral dos entrevistados

No total, foram entrevistados oitenta moradores, agrupados nos segmentos da agricultura familiar, pesca artesanal, comércio local, educação (professores) e outros (Tabela 04).

TABELA 04. NÚMERO DE ENTREVISTAS REALIZADAS POR SETOR DE ATIVIDADE

Segmentos	Número	%
Agricultura	31	38,75
Pesca	23	28,75
Comércio ⁴	11	13,75
Artesanato	7	8,75
Educação	5	6,25
Guarda-parque	1	1,25
Saúde	1	1,25
Político local	1	1,25
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo

Inicialmente, o segmento “artesanato” não estava previsto na pesquisa. Com a realização da pesquisa na comunidade do Morato, verificou-se a necessidade de sua inserção, uma vez que essa atividade passou a ser considerada como alternativa econômica. No entanto, as perguntas referentes à mudança da qualidade de vida eventualmente ocasionada pelos instrumentos restritivos de conservação se referiam à atividade original, ou seja, agricultura familiar e extrativismo.

No geral, eram entrevistados os chefes das famílias, sendo 78,75% deles pertencentes ao gênero masculino (Tabela 05). Algumas comunidades, como Poruquara e Saco do Morro, inclusive, foram consideradas matriarcais pela liderança de uma figura feminina (mais velha) da comunidade.

⁴O comércio refere-se a proprietários de bares e mercados (5), restaurantes (5) e pousadas (2).

TABELA 05. GÊNERO DOS ENTREVISTADOS

Gênero	Número	%
Homens	63	78,75
Mulheres ⁵	17	21,25
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo

Quanto ao estado civil dos entrevistados, tem-se que 76,25% são casados, e apenas 7,5% não têm filhos (Tabela 06). A média do número de filhos por família foi de 3,4 filhos. Essa informação representa a constituição básica tradicional da sociedade guaraqueçabana: a família. A idade média dos entrevistados foi de 50 anos, sendo a idade mínima de 19 e máxima de 82 anos.

TABELA 06. ESTADO CIVIL DOS ENTREVISTADOS

Estado Civil	Número	%
Casado (a)	61	76,25
Solteiro (a)	5	6,25
Separado (a)	5	6,25
Viúvo (a)	9	11,25
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo.

Quase a metade dos entrevistados pratica a religião católica, enquanto cerca de 30% fazem parte das religiões evangélicas (Tabela 07).

Faz-se necessário ressaltar o extenso número de igrejas existentes no município de Guaraqueçaba. Algumas comunidades com menos de 50 habitantes, como por exemplo Sebuí, chegam a possuir duas igrejas de diferentes religiões.

O número de frequentadores da igreja católica diminuiu e tem aumentado o número de igrejas evangélicas e seus frequentadores em toda a região. Esse fenômeno tem trazido conseqüências no setor cultural das populações, uma vez que essa nova ordem religiosa influencia costumes, valores e as próprias tradições locais, como por exemplo, a prática do fandango. Uma vez que um fandangueiro (membro do grupo de fandango da

⁵Mulheres: entrevistadas integralmente ou que participaram ativamente na entrevista dos parceiros.

comunidade) adere a religião evangélica, este se vê obrigado a abandonar o fandango, desestruturando todo o grupo.

O fenômeno do aumento dos seguidores de novas seitas religiosas, possivelmente está relacionado ao processo geral de fragilização das relações sociais resultantes das restrições impostas a dinâmica de produção local.

TABELA 07. RELIGIÃO PRATICADA PELOS ENTREVISTADOS

Religião	Número	%
Católica	37	46,30
Adventista	7	8,75
Assembléia de Deus	7	8,75
Batista	4	5,00
Evangélica não específica	3	3,75
Congregação Cristã	3	3,75
Sem resposta ⁶	19	23,80
Total	80	100

Fonte: Pesquisa de campo.

“Outro problema são os evangélicos, que estão fazendo um estrago assustador na cultura: aqui tem uma igreja católica e três evangélicas, mas tem vilas de 20 moradores com duas igrejas. É difícil lidar com isso, pois entra na liberdade de culto. Imagina uma comunidade que era fandanguera e aparece uma legião de evangélicos e converte um dos fandangueros: acabou o grupo. E mesmo o cara saindo da igreja ele não é mais digno da confiança do grupo. Ele fica sozinho, isolado e o alcoolismo é o caminho mais próximo”.

Liderança da Ilha das Peças.

5.1.2 Origem dos entrevistados

Quanto à origem dos entrevistados, a maioria (56%) mora na mesma comunidade onde nasceu (Tabela 8). Apenas 13,75% têm origem em outros estados, sendo eles Santa Catarina (cinco pessoas), São Paulo (quatro,

⁶O item “sem resposta” refere-se a pessoas que não praticam nenhuma religião e pessoas que preferiram não responder (provavelmente por este não se constituir um elemento de influência).

sendo um deles da comunidade de Marujá, na Ilha do Cardoso), Rio de Janeiro (uma pessoa) e Bahia (uma pessoa).

TABELA 08. ORIGEM DOS ENTREVISTADOS

Origem	Número	%
Mora na comunidade onde nasceu	45	56,25
Mora em comunidade diferente de onde nasceu	12	15,00
Origem no Paraná (outros municípios)	12	15,00
Origem em outros Estados	11	13,75
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo.

No geral, 57 entrevistados, ou 71% deles moram no município de Guaraqueçaba, tendo permanecido em seu local de origem ou apenas migrado para comunidades vizinhas dentro do município. Essas migrações para comunidades próximas ao seu local de nascimento dão-se principalmente em função de casamento, oportunidades de trabalho e decisão familiar. As comunidades de origem desses entrevistados foram Barra do Superagüi, Serra Negra, Rio Verde, Morato, Itaqui, Ilha Rasa, Ilha do Benito, sede de Guaraqueçaba, Guapicum e Açungui.

Em relação às comunidades, especificamente, tem-se que todos os entrevistados de Batuva moram no seu local de origem; 45,5% dos entrevistados do Morato moram no seu local de origem (outras origens: Guaraqueçaba, Paranaguá, Rio Verde, Batuva e Guapicum); 80% dos entrevistados de Vila das Peças moram em seu local de origem (outras origens: Serra Negra, Marujá e Superagüi); um morador de Poruquara tem sua origem em Batuva; os dois únicos entrevistados de Potinga não nasceram na comunidade (origens: Antonina e “norte” do Paraná); 43% dos entrevistados da sede do município têm sua origem em Curitiba, Lages e interior da Bahia.

Apenas 31% dos entrevistados de Serra Negra moravam no mesmo local de origem (outras origens: Morato, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e outras cidades do Paraná). 55% dos entrevistados de Barra do Superagüi nasceram em local diferente (Barra do Arapira, sede do município, Ilha Rasa, Ilha do Mel, Guaratuba, Santa Catarina). Apenas 25% dos entrevistados de Tagaçaba possuem na mesma o seu local de nascimento.

A origem dos entrevistados não influenciou as respostas centrais da pesquisa: os moradores são influenciados pelo cotidiano e acontecimentos de sua atual comunidade. No entanto, essa informação é interessante no sentido de retratar a composição e origem dos atuais moradores de uma área protegida.

5.1.3 Grau de Satisfação com a Atividade (Razão para Adoção da Atividade)

A atividade produtiva observada, baseada essencialmente na agricultura e na pesca de subsistência e na comercialização do excedente, é fruto de uma herança que subsiste de geração a geração (Tabela 9). Por exemplo: alguns jovens na agricultura, apesar de não realizarem práticas culturais em face das restrições legais, por ocasião da pesquisa de campo, explicaram com detalhes o processo da coivara, outrora praticada pelos pais. 60% dos entrevistados alegaram praticar suas atividades atuais por meio da herança transmitida por seus pais, seja pelo conhecimento adquirido, falta de opção ou herança de propriedade ou bem material (barco de pesca ou terra para cultivo, por exemplo).

TABELA 09. FATOR DE ORIGEM DA ATIVIDADE PRODUTIVA

Fator	Ocorrência	%
Herança familiar	48	60,0
Iniciativa própria ⁷	7	8,75
Estudos	6	7,5
Oportunidade	6	7,5
Alternativa oferecida	5	6,25
Única opção	5	6,25
Talento	3	3,75
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo

Constatou-se que 7,5% dos entrevistados alegaram que o que levou a desenvolver a atividade atual foram os estudos que obtiveram. Esta foi

⁷A resposta “iniciativa própria” corresponde essencialmente aos donos de estabelecimentos, como mercado, pousada e restaurante.

a resposta dada pelos professores e por um agente de saúde federal. A mesma porcentagem correspondeu a “oportunidade”, sendo também atribuído por donos de comércio, bem como um vereador.

Das pessoas entrevistadas, 6,25% consideram que desenvolvem a atividade atual devido à alternativa oferecida (extrínseca à sua vontade), sendo que o total de respostas veio dos artesãos da comunidade do Morato. 6,25% também admitiram que realizam a sua atividade (comércio, agricultura) por falta de opção e também de estudo na região. Por fim, 3,75% disseram que optaram pela atividade atual (no caso, artesanato) por causa do talento ou habilidade individual.

Aqueles que optaram pela atividade comercial (geralmente iniciativa própria; apenas um estabelecimento entrevistado havia sido herdado da família) explicam que esta vem a ser a alternativa mais rentável para a região.

Constatou-se durante a pesquisa de campo um número considerável de propriedades à venda, a maioria com os seus proprietários ainda morando na propriedade e anunciando a venda para todo e qualquer “visitante” da região.

Foi perguntado aos entrevistados sobre o desejo de continuar atuando na atividade atual, ou seja, permanecer com sua atividade tradicional, apesar dos diversos fatores de influência (Tabela 10).

TABELA 10. DESEJO DE PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE ATUAL

Permanecer na atividade	número	%
Sim	39	48,8
Não	31	38,8
Mais ou menos	9	11,3
Sem expectativas	1	1,25
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo

Quase 50% dos entrevistados assumem que desejam continuar na atividade atual, seja ela pesca, agricultura ou outra. 39% não mais desejam atuar na presente atividade, porém ainda o fazem porque não há alternativa, segundo suas perspectivas. Cerca de 10% das respostas foram ambíguas,

com o uso de expressões como “em termos”, “depende”, “mais ou menos”, no sentido de se visualizar vantagens e desvantagens na atividade que pratica e não estar certo sobre o eventual êxito de uma mudança de setor de atividade. Um entrevistado demonstrou não possuir qualquer tipo de expectativa sobre si e sua família quanto à atividade, tendo sido esta resposta considerada separadamente.

Esses aspectos decorrem da observação das conseqüências causadas pelo êxodo rural de parentes e amigos, que passaram a habitar o município de Paranaguá, em especial a Ilha dos Valadares. Os entrevistados que afirmam querer continuar no local e praticando as mesmas atividades justificam a opinião apontando a falta de estudos e de qualificação da mão-de-obra, fatores que para eles impossibilitariam o êxito em qualquer área urbana. Apesar dos problemas e dificuldades enfrentados pelos moradores, vários deles têm consciência de que a vida na “cidade grande” apresenta situações adversas das comumente enfrentadas no campo, como por exemplo, a violência, o grande número de taxas e impostos, a impossibilidade de cultivo e outros.

Em um segundo momento da entrevista, quando eram abordadas questões sobre a história de vida, a família e a profissão do entrevistado, foi solicitado que o mesmo avaliasse sua satisfação quanto à sua condição de vida de um modo geral (Tabela 11).

TABELA 11. SATISFAÇÃO COM A CONDIÇÃO DE VIDA

Satisfação	Número	%
Sim	57	71,25
Não	23	28,75
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo

Diferente da questão anterior, o presente aspecto visa revelar o nível de satisfação com sua atividade, uma vez que pode haver variação na percepção individual sobre a sua condição de vida. Um exemplo dessa variação seria o indivíduo que possui o desejo de permanecer na sua atividade apesar de não estar satisfeito com a mesma, visto que se vê incapacitado para

realizar outra atividade, principalmente por falta de instrução e escolaridade, ou ainda o caso do indivíduo desejar atuar em outra área de atividade, mas apesar disso alegar estar satisfeito com a situação atual.

Dentro desse questionamento, há uma visível consciência de suas oportunidades em um local fora do seu berço de origem, principalmente devido à falta de escolaridade. A imagem violenta das grandes cidades também é um fator que influencia a resposta dos entrevistados. É importante lembrar que, apesar desse cenário, a região sofreu e sofre com o fenômeno do êxodo rural, sendo a Ilha dos Valadares, município de Paranaguá, o principal local escolhido pelos guaraqueçabanos para se estabelecer.

5.1.4 Relação dos Comunitários com a Sede do Município e com sua Comunidade

Por meio da pergunta “o senhor gosta da cidade de Guaraqueçaba, como cidade para morar?”, foi possível entender a imagem que a sede do município possui e a sua relação com os entrevistados, sejam eles moradores da própria sede ou de comunidades próximas ou distantes à ela (Tabela 12).

TABELA 12. GOSTA DE GUARAQUEÇABA PARA MORAR?

Parâmetro	Frequência	%
Sim	55	68,75
Não	22	27,50
Indiferente	2	2,5
Mais ou menos	1	1,25
TOTAL	80	100

Fonte: pesquisa de campo.

A maioria dos entrevistados que afirma que apesar de gostar do município de uma maneira geral, não moraria na sede do mesmo, e sim permaneceria em sua comunidade (Tabela 13). Essa última informação foi obtida com a pergunta do questionário “o senhor gosta de morar em sua comunidade?”.

TABELA 13: GOSTA DE MORAR EM SUA COMUNIDADE?

Resposta	Número	%
Sim	67	83,75
Não	13	16,25
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo

5.1.5 Expectativas quanto ao Futuro

Foi questionado aos entrevistados sobre o desejo de permanecer no local onde vive ou ir embora em busca de melhores oportunidades e de mudança de vida (Tabela 14).

TABELA 14. DESEJO DE PERMANÊNCIA OU ABANDONO DO LOCAL ONDE MORA

Resposta	Número	%
Ficar	64	80
Ir embora	15	18,75
Indiferente	1	1,25
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo

Os entrevistados expressaram um claro desejo de permanecer morando e trabalhando no local onde vive, apesar de todas as dificuldades apontadas. Apenas 18,75% dos entrevistados o desejo de abandonar o atual local de moradia. A única resposta “indiferente” refere-se a um morador não nascido na região.

“Eu já tive uma par de vontade de sair daqui. Esse ano mesmo era pra eu sair daqui, mas por enquanto ainda tô agüentando”.

Artesão e ex-agricultor do Morato.

Em relação ao futuro dos filhos, foram identificadas cinco categorias de respostas, sendo elas: “prefere que vá embora do local atual em

busca de oportunidade de trabalho e estudo; prefere que os filhos permaneçam no local onde vivem”; “prefere que saiam para estudar e depois retornem”; e por último “não sabe” ou “não tem opinião” (Tabela 15).

“Eu digo aos jovens: Este não é o lugar do futuro”.
Pequeno agricultor de Açungui (Serra Negra).

TABELA 15. FUTURO DOS FILHOS NA REGIÃO

Respostas	Número	%
Ir embora (trabalhar e estudar)	54	67,5
Permanecer no local de origem	24	30
Estudar e voltar	1	1,25
Não sabe/sem opinião	1	1,25
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo

“Aqui não é lugar pros filhos”.
Pequeno agricultor de Serra Negra.

Apenas 30% dos entrevistados alegaram desejar a permanência dos filhos na terra, mesmo com a falta de acesso à educação e trabalho. As categorias “estudar e voltar” e “sair para estudar” configuram-se em situações duvidosas para os próprios entrevistados. A cidade emerge na utopia social do migrante como o lugar onde se daria a reorganização da família e a ascensão social do grupo, como por exemplo, através do trabalho e da escola para os filhos.

“Gostaria que meus filhos ficassem aqui, pois a vida aqui é melhor do que na cidade”.
Comerciante e pequena produtora de Batuva.

“Pra viver, permanecer aqui não pode ter grandes ambições, aspirações. Criar filho aqui é complicado”.

Professora de Serra Negra.

De acordo com os resultados da pesquisa de campo, percebe-se uma clara variação quanto as perspectivas de futuro em relação à permanência ou abandono da região. Entrevistados de algumas comunidades, como Batuva demonstraram clara intenção de permanência na comunidade.

Principalmente nas ilhas, existe clara consciência da importância da educação quanto instrumento transformador da realidade, havendo uma intenção também clara no prosseguimento dos estudos dos filhos e das conseqüências que o êxodo rural pode trazer para o indivíduo. Alguns entrevistados informais anseiam inclusive que os filhos prossigam nos estudos (fora do município) e retornem para aplicação dos conhecimentos nas terras da família.

“Os meus filhos até queriam me levar embora daqui, mas eu não quis. Pelos meus filhos, eu já teria abandonado o sítio faz tempo. Eu quero mesmo é ficar aqui, porque esse é o lugar que eu gosto”.

Pequeno agricultor de Bananal (Serra Negra).

“No futuro vai ficar só o Boticário aqui”.

Pequeno agricultor do Morato.

Esta última opinião expressa a preocupação de um morador da comunidade vizinha a RPPN Salto Morato sobre o êxodo rural em sua região. Segundo informações dos locais, a impossibilidade de se praticar atividades anteriormente desenvolvidas é uma das principais causas de abandono da região. Por ocasião das visitas na comunidade do Morato, observou-se um grande número de casas fechadas ou para venda. Em outros locais como

Serra Negra, Tagaçaba e Potinga, as propriedades eram oferecidas a qualquer valor ou negociação.

5.1.6 Atuação dos Órgãos Fiscalizadores

O questionamento sobre a forma de ação dos órgãos fiscalizadores que atuam em Guaraqueçaba, fiscalizando as atividades na região e suas relações com os moradores (usuários dos recursos) procurou retratar uma visão crítica da população em relação aos órgãos ambientais - IBAMA, IAP, Batalhão da Polícia Florestal (BPFlo), que possuem poder de fiscalizar as atividades dentro da APA, do Parque e do entorno das mesmas (Tabela 16).

TABELA 16. RELAÇÃO FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL x POPULAÇÃO

Relação	Número	%
Negativa	69	86,25
Meio termo	7	8,75
Neutro	3	3,75
Positiva	1	1,25
Total	80	100

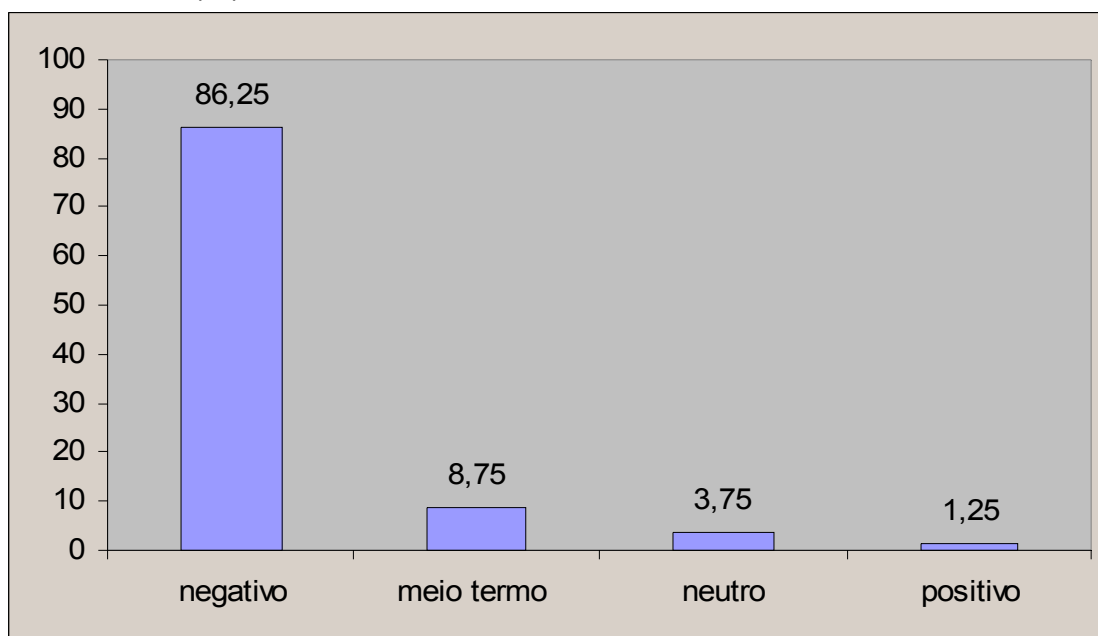
Fonte: pesquisa de campo.

Pouco mais de 85% dos entrevistados opinaram negativamente sobre os órgãos ambientais atuantes em Guaraqueçaba. 8,75% deles avaliaram que a relação entre os dois atores é de “meio-termo”, visualizando eventuais benefícios na intervenção dos órgãos fiscalizadores nas propriedades, como por exemplo, o combate ao roubo do palmito. 3,75% apontaram que a relação é neutra entre os atores. No entanto, chama a atenção o fato de que apenas um entrevistado opinou ser positiva a relação entre os atores (Figura 03).

“Os grandes produtores recebem cobertura dos órgãos ambientais. São esses grandes que destroem a natureza”.

Pequeno agricultor de Tagaçaba.

FIGURA 03. PONTO DE VISTA LOCAL SOBRE A PRESENÇA E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS FISCALIZADORES DA REGIÃO (%).



Fonte: pesquisa de campo

Mesmo nas respostas “meio termo”, “neutro” e “positivo”, praticamente todo o universo entrevistado condena a forma de trabalho, a começar pela abordagem, conduzida pelos órgãos ambientais fiscalizadores na região da APA, sendo estes IBAMA e BPFlo. O IAP também estaria incluído entre os órgãos de repressão, porém em menor intensidade. Isso provavelmente se deve ao fato de a sigla desta instituição ser relacionado com outras siglas, como APP e APA e perdendo dessa forma a instituição a sua visibilidade perante os moradores locais. Milder (2004) também verificou o equívoco de atores locais com as mesmas siglas (APP e APA) na APA estadual do Rio Verde (Paraná).

Os principais adjetivos citados pela população que descrevem o trabalho dessas instituições são: repressão, rigidez e até mesmo corrupção. Nesse sentido, boa parte dos entrevistados confessa que desconfia dos agentes fiscalizadores e do destino dos recursos financeiros gerados pelas multas aplicadas na APA.

Um aspecto abordado espontaneamente pela população foi em relação ao processo de criação e aplicação da legislação ambiental. Há um

consenso geral de que as leis são criadas e aplicadas de forma equivocada, ou seja, verticalizadas e fora do contexto real.

Outra questão bastante presente nas entrevistas (formalmente e informalmente) seria o grau de responsabilidade ambiental conferida a esses pequenos agricultores e pescadores quando comparada com a responsabilidade dos grandes detentores de terra e “devastadores” de áreas próximas dos entrevistados ou mesmo de áreas longínquas, como a Amazônia.

O mesmo ocorre quando o segmento da pesca é abordado, dessa vez com referência aos barcos “de fora”, como as grandes sardinheiras paulistas e catarinenses, exploradoras do território de pesca paranaense. Quanto a isso, é ressaltado que os grandes proprietários de terra de Guaraqueçaba, geralmente criadores de gado, não são alvo da fiscalização e da aplicação do rigor da lei, como acontece com os pequenos proprietários.

“O problema está com os grandes. Os grandes é que saem por aí, devastando tudo, fazendo pasto. Eles (IBAMA, Polícia Florestal) tinham que pegar eram os grandes; por que eles só vêm atrás dos pequenos?”.

Artesão e ex-agricultor do Morato.

Devido à falta de informação por parte da população, outra crítica comum remetida aos órgãos fiscalizadores ambientais é sua atuação restrita ao caráter fiscalizador sem nenhuma atuação com cunho educativo.

Na área do Parque Nacional, em termos práticos, o principal conflito vem a ser com relação à proibição total da roça de subsistência, atividade praticada tradicionalmente, devido à necessidade de eliminação de vegetação em crescimento. Segundo a população, os agricultores se vêm agora injustiçados por não poderem realizar o trabalho que anteriormente era praticado sem interferência alguma no meio ambiente.

Nas ilhas, uma das maiores preocupações vem a ser a época imposta para o chamado “defeso” do camarão, medida que serve para proteger a época de reprodução da espécie. A Portaria nº 74 do Ministério do Meio Ambiente proibia, anualmente, no período de 01º de março a 31 de maio, a

pesca de arrasto motorizado das espécies *Xeiphopnaeus kroyeri* (camarão-sete-barbas) e *Litopenaeus schimitti* (camarão branco), entre outras. A partir de 06 de fevereiro de 2006, com a Instrução Normativa nº 91 do IBAMA, o defeso específico para o camarão sete-barbas ficou reestabelecido para o período de 01º de outubro a 31 de dezembro.

Apesar do direito ao seguro-desemprego, o recebimento deste benefício decorre, segundo os pescadores, de um processo bastante burocrático e dificultoso. Os pescadores alegavam anteriormente que os meses da proibição da pesca do camarão estariam equivocados, pois seria esta época justamente em que o camarão ocorre em abundância e “desovado”. No entanto, a alteração do período de defeso do camarão não configurou mudança alguma para os pescadores, alterou-se apenas a época de recebimento do seguro-desemprego.

“Eles (IBAMA) fazem tudo errado, na minha opinião. Proíbem de pescar camarão justo quando dá camarão, e não só naqueles três meses de proibição. Quando o camarão está saindo da baía, a gente não mata! Se o camarão “tá ovado”, eu não pego, pois se eu pegar eu sei que eu estou matando mais de mil camarões. Eu sei que quando eu não posso pegar camarão, eu não pego”.

Pescador artesanal da Ilha das Peças.

“Já fui preso porque pesquei no defeso do camarão. Mas se não pescar morre de fome. Seguro-desemprego só recebe depois de 3, 4 meses, tem que meter a cara”.

Pescador artesanal da Ilha das Peças.

Além disso, existe para os pescadores a proibição do uso dos recursos oriundos da floresta. As principais proibições são quanto à retirada de madeira para confecção de canoas, remos e cercas para as suas casas.

Dessa forma, é possível verificar que os pescadores e agricultores referem-se à fiscalização com medo, submissão, revolta e muitas vezes com desconfiança. Nota-se ainda uma contradição por parte da população sobre a questão ambiental: vários depoimentos concordam que a população não

trabalha com “mato”, “palmito” ou “animais”. A própria população também afirma que a presença da polícia só acontece em caso de denúncia e geralmente da própria população.

Sobre o IBAMA, Antunes (2005) afirma que um dos graves problemas que remanescem no órgão é o excesso de atribuições. As competências de planejamento, gestão, fiscalização e execução seriam muito diferentes entre si e, gerariam conflitos muito graves no interior de um mesmo órgão. O autor afirma que a manutenção em uma mesma estrutura administrativa de atividades tão díspares quanto o licenciamento ambiental e a gestão de Unidades de Conservação, por exemplo, acarretam distorções que levam à prevalência de uma função sobre a outra, com prejuízo para o bom desempenho administrativo e a própria proteção ambiental.

“No fundo da minha roça uma onça matou um tatu. Agora vão lá e prendam a onça. Porque se eu não tenho direito de matar um tatu pra comer, ela também não tem”.

Moradora de Barra do Arapira, citado por um morador de Vila das Peças.

“Desde que veio IBAMA virou um inferno. Eles querem expulsar as pessoas daqui, mas não sabem como fazer”.

Pescador artesanal de Barra do Superagüi.

Pôde-se observar também que na maioria das vezes não há diferenciação nominal entre os órgãos ambientais, pertencendo estes, segundo os moradores, a uma mesma categoria de ação e apresentando os mesmos problemas. Porém é a sigla “IBAMA” que prevalece nos relatos dos moradores no que diz respeito a conflitos.

“Os órgãos mudam de nome: SUDEPE, IBAMA, IAP... mas é a mesma coisa: tudo errado!”

Pescador artesanal de Barra do Superagüi.

“A pior coisa que inventaram na vida foi esse tal de IBAMA. Eu e todo mundo pensamos assim. Acho que nem precisa fazer essa pergunta pros outros, todos pensam isso, acho que não existe outra coisa pior que IBAMA. Por exemplo, quem tem terreno grande vende um pedaço e ganha um dinheirinho. Eu por exemplo, se eu tivesse, eu venderia, compraria minha embarcação, mas o IBAMA não deixa vender. Os que venderam têm sua embarcação, sua casinha, agora quem não conseguiu vender está assim, como eu, pensando em embarcação dos outros. Em Superagüi derrubaram todas as casas de turista. É ruim porque turista paga salário pro pescador cuidar da casa”.

Pescador artesanal de Vila das Peças.

“A atuação do IBAMA é nula: são muito lentos, a licença pra roçar demora meses (os agricultores vão muito em cima da hora pedir a licença e quando chega a hora fica muito tarde, já passou a hora de plantar). Poderiam ser mais ágeis. Polícia Florestal: são os vilões da história, polícia é um órgão repressor por natureza. Mas só vêm quando tem denúncia, e são as próprias pessoas daqui que denunciam”.

Professora de Serra Negra.

5.1.7 Conhecimento Local sobre as Unidades de Conservação

Foi avaliado o conhecimento pré-existente dos moradores sobre as Ucs presentes em seu território (figura 04).

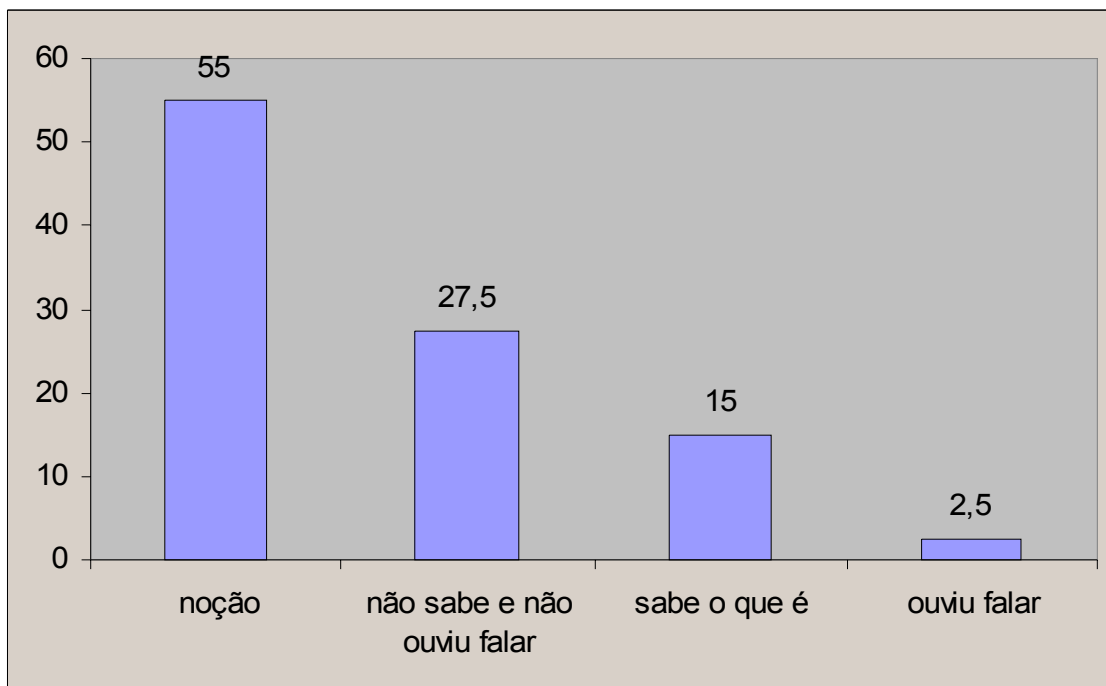


FIGURA 04. CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE APA / PARQUE (%)
Fonte: Pesquisa de campo

Dos 80 entrevistados, 55% possuem uma noção de que as Ucs (independente da categoria) são áreas de “reserva”, de “proteger a natureza”, “áreas ecológicas”. No entanto, o conhecimento encerra-se nesses conceitos. 30% não sabem elaborar qualquer tipo de definição para as Ucs, apesar de ter muitas vezes ouvido a respeito das mesmas. Essas pessoas geralmente sofrem as restrições provocadas pela presença das UCs mas não relacionam essas restrições com os espaços protegidos.

Sobre os primeiros contatos com idéia de criação ou existência de uma APA, alguns entrevistados demonstraram possuir conhecimento sobre as ações para a criação das áreas protegidas de Guaraqueçaba. Para alguns, essas ações transmitiram na época a idéia de melhoria de qualidade de vida, o que não se confirmou após a efetivação da ação.

Os meios pelos quais a criação das UCs foram conhecidas são as próprias instituições ligadas à meio ambiente que são diretamente relacionadas com o fato, como o IBAMA, a Polícia Florestal e as ONGs ambientais; comentários de parentes, amigos e visitantes do local; reuniões de associação

de moradores, produtores e cultos de igrejas; os políticos locais ou freqüentadores; universidades e outros (tabela 17).

TABELA 17. FONTE DE CONHECIMENTO SOBRE A CRIAÇÃO DAS UCS

Fonte	Número	%
IBAMA, PF, ONGs ambientais	22	27,5
Família, amigos	17	21,25
Associações, igreja, reuniões	7	8,75
Governo, políticos	4	5
Universidades	2	2,5
Mídia	1	1,25
Não sabe/não ouviu falar	27	33,75
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo

“Sei o que é APA, é para preservar. É tipo um parque ecológico, tudo aqui é. Mas quem preservou e preserva o lugar são os nativos. Somos nós que preservamos”.

Pequeno agricultor de Serra Negra.

“Eu era bem pequeno, mas me lembro que antes de se falar em APA, falou-se em tombamento, em tomar a área. O governador Richa disse que ia fazer um tombamento, como um Parque Nacional. Nós pensamos que com isso ia melhorar, iam asfaltar a estrada. Pensamos: o Parque vai ter que ser fiscalizado, vai ter que asfaltar a estrada, vai ter progresso então”.

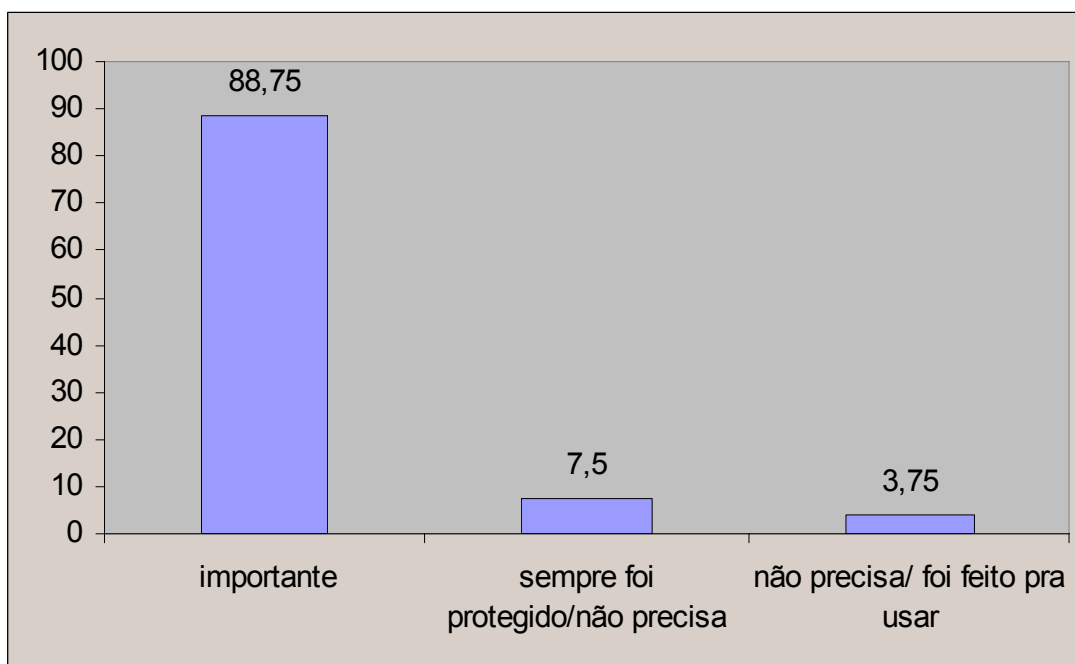
Pequeno agricultor de Batuva.

Ressalta-se que no trecho “o Parque vai ter que ser fiscalizado, vai ter que asfaltar a estrada, vai ter progresso então”, observa-se uma clara noção de progresso e proteção ao meio ambiente conjugadas, ou seja, da percepção de que é viável o desenvolvimento e qualidade de vida, sem o detrimento do ambiente, na visão do morador local.

5.1.8 A Relevância da Questão Ambiental

A questão “O que o senhor acha sobre proteger o meio ambiente?” do questionário procurou evidenciar a relevância que a proteção ambiental possui no cotidiano da população, bem como a percepção sobre o estado de conservação do seu meio (figura 05).

FIGURA 05. PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE



(%)

Fonte: Pesquisa de campo

“Eu concordo que tem que ser preservado. Mas para trabalhar eu tenho que mexer no ambiente. É impossível plantar no mato fechado. Eu sou um ecologista, mas a espécie a ser preservada tem que ser também o homem”.

Pequeno produtor de Batuva.

“Sou a favor de proteger, mas a questão é complicada. Por exemplo, a tendência é a fiscalização ficar mais acirrada nas matas ciliares. Onde a gente vive tem rio pra tudo quanto é lado. O que poderia ser roçado seria muito pequeno. Tem propriedade que nem poderia existir, isso é uma situação que precisa ser repensada”.

Professora de Serra Negra.

Dos entrevistados, 90% não tem dúvida quanto à importância de se proteger o ambiente. No entanto, há um consenso geral, presente em todas as respostas de que o ambiente de Guaraqueçaba sempre foi protegido por seus moradores. A questão da valorização do ambiente pelas populações tradicionais, em particular as comunidades caiçaras, envolve o contexto da etnoconservação, sendo abordada em diversos trabalhos, dentre eles Pedroso Júnior (2003) e Fernandes-Pinto (2001).

Dessa forma, a problemática ambiental configura-se relevante para a população de uma maneira geral, mas há um consenso sobre o papel fundamental da própria população na manutenção do ecossistema da região. Praticamente todos os entrevistados concordaram que a própria população teve papel fundamental na conservação do ecossistema como se apresenta hoje. Por outro lado, com base nesta acertiva local, a população também não reconhece a função de proteção ambiental desempenhada pelos órgãos ambientais atuantes na região.

A visão do IBAMA é contrária: quatro agentes do instituto foram entrevistados durante a pesquisa. Segundo o IBAMA, a real causa da conservação do ecossistema foi o isolamento, dificuldade de acesso por barreiras geográficas e a baixa demografia na região.

“É importante preservar a mata, nós dependemos dela pra viver. Mas tem de ser uma preservação mais branda, mais pacífica. O sitiante foi o maior preservador da mata atlântica”.

Dono de restaurante de Guaraqueçaba.

De acordo com os moradores da região, verifica-se hoje um aumento da conscientização ambiental num sentido amplo, o que também gera diferentes opiniões sobre a atual situação do município frente ao processo. Dessa forma, constata-se uma demanda local por capacitação na área ambiental, na forma de cursos por exemplo, o que pode ser visto como consequência das mudanças das condições e oportunidades de trabalho.

Há quem encare as atuais mudanças como inevitáveis e se esforce para se adaptar a ela, realizando cursos de guarda-parque e monitoria ambiental, por exemplo. Uma entrevista apontou inclusive a inviabilidade da produção de subsistência, devido às restrições ambientais, porém esta opinião não reflete o pensamento dominante da população.

“Meio ambiente é bom, mas tem que pôr comida na boca das pessoas”.
Morador do Morato.

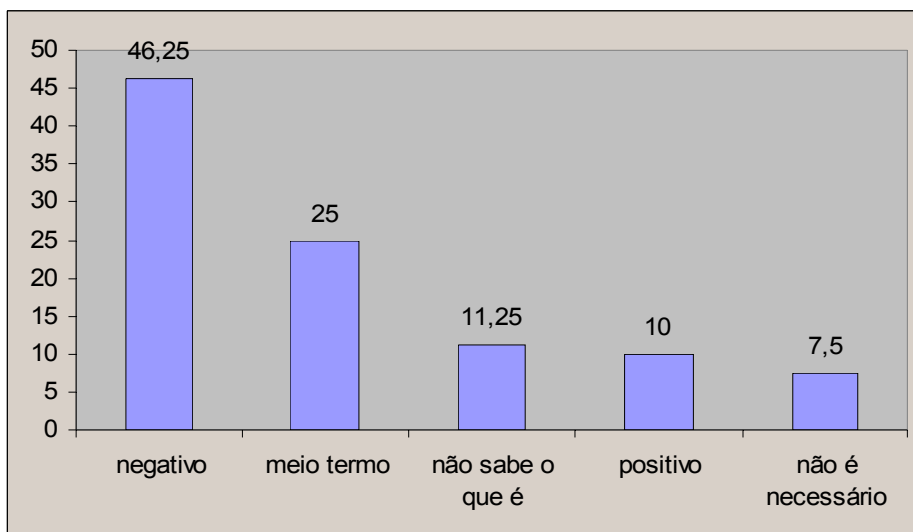
“Como você está vendo aí eu tenho tudo plantado sem destruir, só um pedacinho ou outro que eu preciso derrubar para plantar, mas é mínimo, e se eu precisar de uma árvore, eu aproveito a árvore morta”.

Pequeno produtor de Serra Negra.

5.1.9 Opinião sobre as Unidades de Conservação

Questionou-se a opinião geral dos moradores sobre as UCs presentes na região (figura 06).

FIGURA 06. OPINIÃO DA POPULAÇÃO SOBRE APA/PARQUE (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Para alguns entrevistados, a necessidade de entendimento entre os atores envolvidos é fundamental para que o “mal necessário” – APA – logre em seus objetivos de criação.

Para Teixeira (2005), na APA de Guaraqueçaba, os novos rumos podem modificar a relação entre a conservação e a sociedade local, situando a população como um elemento não só a ser controlado, mas também a ser reconhecido e considerado em sua especificidade e na sua inter-relação com o ambiente, além de ter garantidos seus direitos de decisão sobre o futuro. Contudo, essa mudança ainda está subjugada à “vocação” de Guaraqueçaba, para a qual a população deve ser preparada. O que surgirá com a participação da sociedade local neste processo, está em construção.

“Proteger, sempre foi protegido. Por que proteger só aqui? Tinha é que proteger tudo, não só aqui. Outro dia meu filho precisou de um pau para fazer um remo, entrou no mato e escutou barulho. Escondeu-se e viu que era o pessoal do IBAMA, ficou escondido no chão até o pessoal ir embora”.

Pescador artesanal de Vila das Peças.

“A APA atrapalha muito porque a gente não consegue desenvolver 100% da nossa atividade. Hoje se faz tudo pela metade, tudo limitado. O pouco que se faz é para a nossa sobrevivência, e ainda escondido”.

Pequeno produtor de Batuva.

A população questiona o “tamanho” da APA, já que a mesma abrange todas as comunidades, prejudicando a realização de atividades tradicionais. Através desse tipo de questionamento percebe-se que, exceto o segmento educacional (professores locais), praticamente não há conhecimento por parte da população do que vem a ser uma APA e dos objetivos da mesma. De fato, o segmento educacional tem mais acesso às informações sobre as UCs.

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) promoveu um curso de monitoria ambiental em 2002 na APA, alguns ficaram sabendo da existência da APA nesse evento.

Os que se dizem favoráveis à existência da APA fazem questão de ressaltar que não pensam o mesmo a respeito do modo como a legislação da APA é aplicada, ou seja, sobre a realização do processo em si (expresso em: “acho que tem que ter, mas não como eles fazem”).

As comunidades influenciadas pelo PARNA não percebem a existência da APA, também pelo fato de o PARNA possuir um contexto mais restritivo do que a APA. Dessa forma, a opinião era expressa em relação ao Parque Nacional e não à APA.

“Sou totalmente contra a APA. É um absurdo, só prejudica o agricultor, não traz nenhum benefício pra nós. A APA foi criada há mais de 10 anos, mas desde muito tempo já era protegido porque era mata atlântica. Quando a gente percebeu, já não podia fazer nada”.

Pequeno agricultor de Serra Negra.

“Tem dois lados: o lado ecológico e o lado humano. Os dois devem ser respeitados. A APA devia vir para ajudar e não para atrapalhar. Acho que a APA prejudicou a vida da população, que não foi incluída”.

Professora do Morato.

“Fizeram o Parque Nacional, a gente aqui que não tem nada a ver não pode cortar uma vara. No lado de lá do Parque abriram uma trilha enorme, derrubaram tudo, por que eles se metem com a gente? Pode ver, todo mundo é revoltado contra o IBAMA, se vai proteger, proteja o mato e não o lugar limpo aqui, não pode. Que cuide do mato e não da porta dos outros, você acha que o pescador com o salário que ganha consegue reformar sua casinha caindo aos pedaços?”.

Pescador artesanal de Vila das Peças.

5.1.10 Impacto das UCs e Outros Instrumentos Restritivos sobre a População

Procurou-se analisar a evolução dinâmica apresentada pelo município tendo-se como ponto de comparação a criação de UC em específico, no caso a APA, no ano de 1985, ou seja, procurou-se analisar o histórico e evolução de vida (em diversos aspectos: sociais, econômicos, ambientais, culturais, espaciais) dentro de um período que compreendesse aproximadamente 40 anos – 20 anos anteriores à criação da APA (1965-1985) e 20 anos posteriores à criação da APA (1985-2005), mesmo que os efeitos da UC não fossem imediatamente percebidos após a sua criação (figura 07).

Dentro dessa perspectiva, foi possível observar a estreita relação que a APA possui com as mudanças na qualidade de vida da população.

Entretanto, pelo menos duas visões puderam ser detectadas quanto à evolução da qualidade de vida no município. A primeira visão aponta a melhoria da qualidade de vida relacionada à melhoria do acesso aos serviços públicos, como educação e saúde e à melhoria na infra-estrutura, como o aumento dos serviços como a rede elétrica e água encanada, mesmo que ainda não vivenciada por toda a população nos dias atuais.

Além disso, a melhoria da infra-estrutura, como a abertura da estrada que liga Guaraqueçaba à Antonina, para alguns, também pode ser encarada como aspecto negativo, pois, segundo a população, a própria infra-

estrutura (estrada) teria contribuído para o aparecimento das instituições ambientais como, o IBAMA, IAP, Polícia Florestal, etc.

A segunda visão apresentada vem a ser quanto ao aspecto produtivo: a principal constatação sobre os impactos referentes à APA vem a ser nesse aspecto. Há um consenso geral de que a APA e outras UCs contribuíram para o agravamento das condições de vida, apesar do progresso natural e melhoria de estrutura vivenciada no município, principalmente através das restrições quanto ao trabalho agrícola e pesqueiro.

Além das conseqüências das restrições nas condições de trabalho, outros impactos decorrentes das UCs são observados, como por exemplo as relações de conflito entre a população local e os órgãos e ONGs ambientais; a atuação inadequada do governo local; fragilidade organizacional quanto à entrada de instituições externas, como igrejas e ONGs; a desestabilização social (nível familiar e comunitário), entre outros.

Particularmente sobre o impacto na cultura tradicional local causado pelas UCs e pelos outros mecanismos legais de proteção, tem-se basicamente duas situações, a primeira provocada pela proibição (no Parque) e restrição (na APA) das roças de subsistência, o que impactou negativamente a prática do mutirão; a segunda causada pela proibição e restrição da extração de madeira, o que, por extensão, inviabiliza a fabricação de canoas e instrumentos de fandango, causando impacto nestas práticas tradicionais. Dessa forma, ao interromper a prática do mutirão e do fandango, que ocorrem com forte conexão, a cooperação entre os comunitários é afetada drasticamente.

Também é importante citar que o Parque Nacional impossibilitou a permanência do grupo Guarani que habitava o Morro das Pacas. Atualmente este local passou a ser refúgio de caçadores e exploradores de palmito.

Além disso, como fator complementar de impacto, tem-se a questão das desigualdades sociais estruturais da região. Sabe-se que no passado, lutas e grilagens da terra na região fizeram com que os pequenos produtores fossem aos poucos expulsos de suas áreas de origem, nos vales dos grandes rios, deslocando-se em migrações internas. Em decorrência deste fato, foram abandonando a agricultura, para trabalhar na pesca artesanal, à

beira do estuário. Aos poucos, a cultura tradicional foi diminuindo, devido às influências externas, como os meios de comunicação em massa, religião e vias de acesso.

A fiscalização por parte dos órgãos ambientais sem o oferecimento de alternativas às proibições são motivo de revolta entre toda a população. A ação política também é citada negativamente entre as causas da queda da qualidade de vida.

“Antigamente tinha muita fartura. Produzia-se alimento em quantidade, não se comprava nada fora. Hoje falta coisa, não tem mais fartura. Agora as pessoas estão cada vez mais indo embora”.

Pequeno agricultor de Batuva.

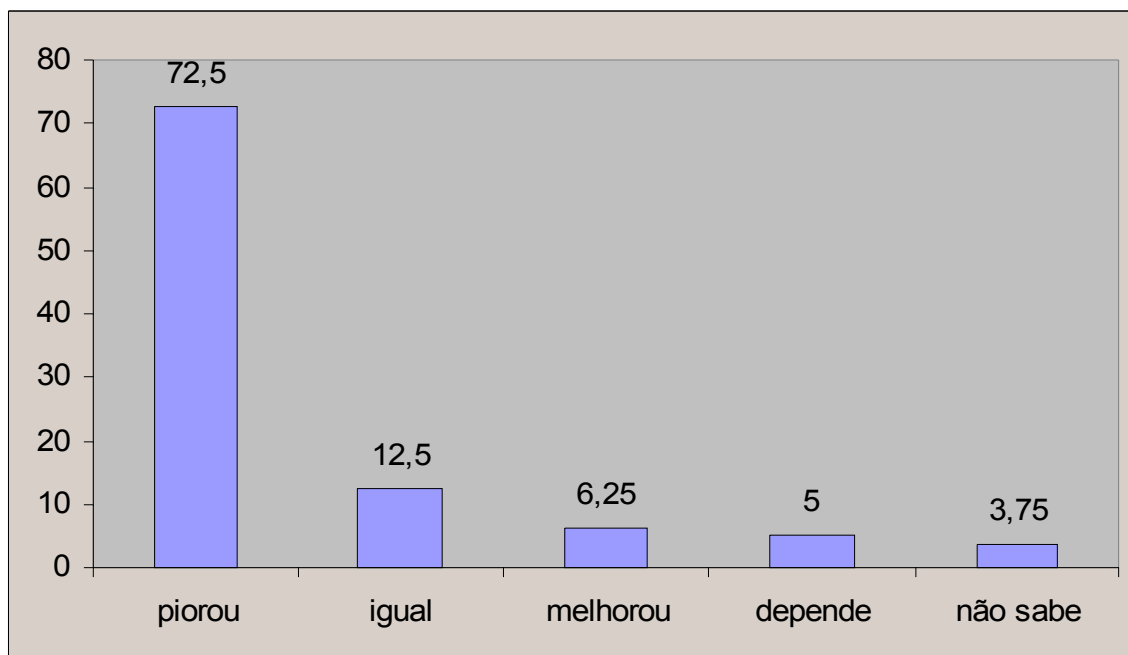
“Da época do meu avô, pro meu pai, pra mim e pro meu filho teve uma mudança medonha. Antigamente, na época do meu pai, se plantava de tudo. Tem duas visões sobre as mudanças que aconteceram aqui. Um exemplo: quando eu era criança, não tinha luz elétrica nem água encanada em Batuva. Porém tinha quatro vendas, muito mais gente e muito mais trabalho do que se tem hoje. A roça nos sustentava, sustentava os nossos bichos e os bichos silvestres. Agora se fechou tudo, o bicho silvestre não vem mais procurar comida aqui. Agora procura comida longe. Os bichos não estão em extinção, só estão longe procurando comida”.

Pequeno agricultor de Batuva.

“Era muito melhor em tudo. Tinha mais gente, mais camarão, todo mundo tinha dinheiro e emprego”.

Dono de restaurante de Guaraqueçaba.

FIGURA 07. O MUNICÍPIO, ANTERIOR E POSTERIORMENTE A APA E O PARQUE (%)



Fonte: pesquisa de campo.

“Não é só APA: Guaraqueçaba está protegida sob várias formas”.

Morador do Morato.

“Guaraqueçaba caiu muito. A gente vê o povo de Guaraqueçaba hoje assustado, querendo ver o que pode fazer”.

Liderança da Ilha das Peças.

Finalmente, questiona-se a viabilidade da categoria APA para a região, uma vez que a mesma apresenta-se através da legislação bastante confusa, pelas particularidades que evidencia. Em relação ao Parque Nacional, questiona-se a viabilidade da incorporação de comunidades tradicionais no interior da UC, uma vez que as mesmas, estando presentes por vários séculos na região, necessitam de utilizar os recursos e manejar o ambiente para sua sobrevivência, o que torna a situação, no mínimo, paradoxal.

5.1.11 Sugestões da População para Melhoria da Qualidade de Vida

Durante as entrevistas, foi solicitado àqueles que responderam estar pior a condição de vida no município que pensassem sobre o que deveria ser feito sob seu ponto de vista para a melhoria das condições de vida e de trabalho. Como os entrevistados possuíam o máximo de liberdade de expressão durante todo o processo da entrevista, um considerável universo de respostas e comentários foi apresentado por eles (tabela 18).

TABELA 18. SUGESTÕES PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Sugestões	Freqüência	%
Criação de condições de trabalho e emprego	43	29,0
Melhoria do acesso (estrada) e infra-estrutura	18	12,0
Mudança, revisão, flexibilização das leis	18	12,0
Organização comunitária	13	8,8
Outros (saúde, divulgação da região, etc)	11	7,5
Educação (escolas)	9	6,1
Orientação do IBAMA (educação ambiental)	8	5,4
Indenização/pagamento para preservação	7	4,8
Capacitação em áreas alternativas	6	4,1
Retirar IBAMA/PF da região	5	3,4
Retorno do sistema de coivara	3	2,0
Demarcação de áreas possíveis de plantio	3	2,0
Não sabe	2	1,4
Retirar ONGs da região	1	0,7
Total de Respostas	147	100,0

Fonte: pesquisa de campo

A resposta mais freqüente da população quanto à melhoria da situação atual refere-se à criação de empregos e trabalho, incluindo indústrias no meio urbano e rural, pelo governo e por aqueles órgãos que coíbem o meio de trabalho tradicional. A oferta de condições de sobrevivência e a responsabilidade do governo e das instituições fiscalizadoras são sem dúvida os pontos mais freqüentes abordados pela população.

“O Governo tem que criar opções para o palmitreiro não ser palmitreiro. A primeira coisa seria a estrada. Consertar a

estrada (e não asfaltar) geraria emprego para o pessoal local. Também a questão de saúde nas ilhas, que piorou muito”.

Dono de pousada em Guaraqueçaba.

A melhoria da rodovia não pavimentada PR-405 é sempre reivindicada pelos moradores das margens da mesma e da sede. A maioria dos entrevistados concorda com a idéia de manutenção sem a necessidade de asfaltamento da estrada, pois essa ação traria também problemas para alguns, além da consciência da preservação dos aspectos naturais para outros. Uns poucos entrevistados chegam a dizer que a população local não estaria “preparada” para receber o asfaltamento, e que as mudanças poderiam ter efeito adverso ao esperado.

“Não precisa asfaltar a estrada, bastava fazer uma boa manutenção e conservação”.

Comerciante de Serra Negra.

“A estrada ta ruim, mas não é pra asfaltar, consertar ela... porque aumentaria o movimento. Eu sou contra asfaltar a estrada. Vai ter muita gente, muita invasão, muito lixo, a gente não está preparado pra isso”.

Dono de pousada em Guaraqueçaba.

“O grande problema da produção é também a estrada, que só piora a cada dia. Como é que o agricultor vai produzir farinha se não tem como haver escoamento da produção? A estrada é muito ruim, ninguém vem pra cá e não tem como mandar pra fora também, sai muito caro por causa dessa estrada. Sem a melhoria da estrada não adianta o governo querer formar cooperativas, casas comunitárias, sendo que ninguém vem aqui. A casa fica sem produzir. O governo vem aqui, faz farinheiras, casas para fazer produtos, mas estes não têm saída, não tem pra quem vender porque não tem ninguém aqui, não tem condução, pra pagar frete não compensa, então não se fabrica o produto e ele deixa de fazer. Aqui se podia vender banana, farinha, mas não vende porque não tem estrada pro freguês buscar ou pro produtor levar para os lugares de venda”.

Morador de Serra Negra.

A questão legislativa também é bastante abordada pela população, quando a mesma pensa em melhorias e mudanças nas condições atuais. No geral, cita-se: mudança, revisão ou flexibilização das leis ambientais e de seus aparatos, conforme o grau de radicalidade sobre o assunto.

“A lei existe para ser obedecida, mas também para ser explicada”.

Pequeno produtor de Serra Negra.

“A lei ambiental não deveria restringir, e sim conviver com o povo”.

Pequeno produtor de Serra Negra.

Uma sugestão interessante foi a “demarcação de áreas”, o que em outras palavras seria uma espécie de plano de manejo com zoneamento da APA. Atualmente a APA segue com gestão participativa, em um processo que se iniciou tardiamente e sem resultados efetivos sobre a população.

A organização comunitária, na forma de união e mobilização dos moradores locais, é uma ação bastante comentada.

A capacitação em áreas alternativas como o ecoturismo, a produção sem impactos configura-se em uma das alternativas sugeridas pela população, tendo o IBAMA e outros órgãos fiscalizadores a responsabilidade pelos incentivos e capacitação.

O retorno do pousio é apontado também como alternativa de uso da terra não impactante.

“A principal ação deveria ser a demarcação de áreas. Áreas onde eu posso e onde eu não posso plantar. Concordo em não plantar em Área de Preservação Permanente. Mas em algum lugar eu tenho de poder plantar pra sobreviver. Ou eles me dão uma outra área para eu trabalhar na minha comunidade ou eles liberam a minha própria área pra eu trabalhar. Por que senão como eu vou viver?”

Pequeno agricultor de Batuva.

“Falta (IBAMA, Polícia Florestal) trazerem alternativa junto com a crítica”.

Pequeno agricultor de Batuva.

Sobre respostas referentes à implantação de indústrias em Guaraqueçaba (já que a agricultura não pode mais ser praticada como antes), estas dizem respeito às indústrias de palmito, de processamento de banana e outros produtos tradicionais da região. Sobre esse tipo de resposta, Milder (2004) comenta que o atual modelo de obtenção de recursos leva a uma mentalidade de gerenciamento público extremamente devastadora. Isto quer dizer que para uma região crescer tem que ter indústria, fábricas, largas e extensas rodovias e que somente isto alavancará a economia local.

Essa não é uma mentalidade somente das mentes dirigentes. É algo que já criou raízes na população em geral. As pessoas acreditam que para o progresso chegar à sua região é necessário que venham indústrias. Como se isso fosse a única maneira de gerar empregos diretos e indiretos e o único meio de assegurar a permanência do homem em sua própria terra.

“Que o governo olhasse isso e cuidasse do agricultor, tem que fazer alguma coisa. Dar uma cesta básica e um salário para o agricultor só ficar cuidando da mata, dos bichos e não plantar mais”.

Pequeno agricultor de Serra Negra.

“Tem que haver ressarcimento pela conservação, pois ela tem um custo”.

Professora de Serra Negra.

5.1.12 O Turismo

As premissas da conservação da natureza na região trouxeram consigo a alternativa do turismo, principalmente o chamado “turismo ecológico”.

Foi questionada a opinião dos moradores sobre o turismo como atividade econômica e também sobre a presença dos turistas na região (tabela 19).

TABELA 19. O TURISMO COMO OPÇÃO PARA GUARAQUEÇABA

Manifestação	Número	%
Positivo	72	90,00
Negativo	3	3,75
Indiferente	3	3,75
Meio termo (com restrições)	2	2,50
Total	80	100,00

Fonte: pesquisa de campo

A alternativa turística na região continental não é vista com entusiasmo pelos moradores locais, devido à dificuldade de acesso pela estrada (PR-405). Porém, há a consciência do potencial que a atividade apresenta para as comunidades locais (turismo de base comunitária), devido às atrações naturais e culturais que a região possui e que ainda permanecem desconhecidas por grande parte dos frequentadores da região. Muitos moradores das vilas nos continentes dizem se sentir excluídos das oportunidades que o turismo proporciona, pela falta de divulgação da região continental em específico (apesar de existir uma pousada e um restaurante na comunidade de Tagaçaba).

Alguns opinam que a atividade no continente chega mesmo a ser inviável, pela dificuldade de acesso por terra e falta de infra-estrutura (além de falta de capital da população para a mesma investir em infra-estrutura para o turismo) e apontam as ilhas como locais potenciais na atividade turística. Nesse caso, a Vila das Peças encontra-se em estágio mais avançado de desenvolvimento com o turismo de base comunitária, com grupo de condutores locais capacitado tecnicamente pela SPVS e auto-organizado.

Apesar das dificuldades, a população enxerga no turismo uma atividade geradora de renda e emprego.

“O turismo é uma boa alternativa pro povo daqui. Assim, a gente não ia ficar tão isolado. Mas com a estrada assim, não tem como vir pra cá. A gente mesmo não tem estrutura pra receber turista. Mas seria uma boa alternativa, as pessoas podiam vender seus produtos pros turistas por exemplo”.

Pequeno agricultor de Serra Negra.

É interessante apontar que um dos entrevistados, que fez curso de monitor ambiental, apontou que o turismo, apesar de ser importante para a região, também possui aspectos negativos, sendo causadora de impacto no meio, e exemplificou com um caso de depredação de sambaquis na Ilha das Peças por turistas.

Alguns entrevistados apontam que somente o Boticário, por meio de sua Reserva particular, se beneficia com a atividade turística na região, e que os moradores locais não recebem nenhum tipo de benefício ou compensação por haverem “preservado a natureza local”.

A mesma opinião vem sendo compartilhada em relação à SPVS, uma vez que a ONG organiza roteiros e passeios turísticos com a população urbana, geralmente de Curitiba, para a Ilha das Peças.

Sabe-se que, uma vez planejado em bases de sustentabilidade, o turismo pode resultar em geração de renda e empregos com baixo impacto ambiental. O ecoturismo mostra-se como a forma mais apropriada a ser desenvolvida na região, devido à sua rica diversidade natural e cultural. Não se pode afirmar, no entanto, que o ecoturismo traga a solução para todos os problemas enfrentados pelas comunidades, mas sim que esta atividade possa contribuir para melhoria na qualidade de vida dos habitantes e para a conservação dos ecossistemas envolvidos.

“O turismo da forma que está sendo, está errado. Mera e pura exploração comercial. Deveria envolver a comunidade, trazer benefício para a comunidade em geral”.

Professor de Guaaraqueçaba.

“Hoje não há turismo em Serra Negra. Em Tagaçaba há duas pousadas e uma não funciona. Mas enquanto não asfaltarem a estrada não vai haver turismo de verdade. Eu sou completamente a favor do turismo, não acredito que o turismo vá depredar a natureza, turismo não prejudica a natureza, o maior exemplo é a Estrada da Graciosa”.

Pequeno agricultor de Serra Negra.

Sobre a atividade turística, Amend (2001) aponta que o setor terciário, apesar de sempre ter tido uma participação reduzida na economia do município, vem crescendo nos últimos anos devido ao aumento da demanda turística e, por conseguinte crescente oferta de serviços turísticos e que a partir de 1991, iniciou-se a estruturação de alguns estabelecimentos para atender essa demanda.

“O turismo está sendo uma grande coisa porque ele vem ajudando muito os pescadores, porque se há um barzinho ou qualquer coisa, eles vêm de lá e compram alguma coisa, é uma grande coisa. São todos educados, a gente não tem o que falar deles. Eles gostam daqui, do Superagüi, e a gente também tem que respeitar eles, porque eles são gente igual a nossa, gostam de passear, moram numa cidade grande e querem conhecer uma ilha. Eles respeitam a gente e a gente tem de respeitar eles”.

Pescador artesanal de Vila das Peças.

Quanto à sustentabilidade do turismo na região, a crescente presença de empreendedores externos (principalmente Superagüi e Peças), que buscam adquirir imóveis para estabelecer negócios turísticos ou casas de veraneio local, pode, por outro lado, criar um grande foco de degradação sociocultural e impactos ao meio ambiente, como pressão na disponibilidade de água potável e geração de lixo e esgoto.

“Se houvesse turismo forte, os produtores poderiam vender os seus produtos na beira da estrada pro turista que passa, uma mercadoria sem química”.

Pequeno agricultor de Serra Negra.

Em Batuva, foi comentada a existência de diversos pontos turísticos potenciais, como cachoeiras e trilhas, tão ou mais exuberantes do que pontos turísticos convencionais na região.

“Enquanto não arrumar a estrada, o turismo não vai evoluir”.
Comerciante de Tagaçaba.

5.1.13 Atuação das ONGs

Scherer-Warren (1995) aponta que o termo ONG vem dos países do Norte (NGOs – Non-Governmental Organizations), referindo-se a entidades ou agências de cooperação financeira a projetos desenvolvimentistas ou assistencialistas, em favor de populações desprivilegiadas do Primeiro e do Terceiro Mundo.

Pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível local ou ao nível global.

A cooperação internacional – por intermédio da ajuda financeira de ONGs do Norte e dos fundos oficiais – tem sido responsável pela manutenção da infra-estrutura mínima de funcionamento de grande parte das ONGs do Sul. Guaraqueçaba fornece exemplos desse fato através de diversas ONGs presentes na região. O governo local estima que as ONGs sejam por volta de setenta em Guaraqueçaba.

A SPVS adquiriu a partir de 1999 três áreas que totalizam 18.500 ha na APA de Guaraqueçaba, com aproximadamente 19 milhões de dólares de um fundo mantido pelas multinacionais American Electric Power, Texaco e General Motors.

O que para as ONGs vem a ser sinônimo de pioneirismo, longevidade e solidez uma vez que “conservar em solo próprio, independente de influências privadas ou governamentais, garante o alcance de melhores resultados no trabalho em defesa do meio ambiente”, para o pequeno agricultor e para o pescador artesanal significa uma ameaça aos mesmos, pelo fato de estas instituições serem de cunho ambientalista e por isso reforçarem o contexto das restrições.

“A SPVS não planta para os animais comerem (eles não plantam o que presta). Tem que plantar de tudo, inclusive pro Homem comer”.

Pequeno agricultor de Tagaçaba.

FIGURA 08. PROTESTO DE MORADOR LOCAL



Fonte: Maristela Marangon

“ONGs só vieram para ganhar dinheiro, só isso. Não têm aceitação aqui. Quando começam um trabalho, não terminam. Sou contra, acho que o governo tinha que controlar isso, porque esse pessoal que vendeu as terras pra eles tinham pouquinho dinheiro e se iludiu, a essa hora o dinheiro já acabou”.

Agente de Saúde de Serra Negra.

Da mesma maneira que as instituições fiscalizadoras atuantes na região, as ONGs também possuem uma imagem predominantemente negativa para a população (Tabela 20).

Em Barra do Superagui, a principal ONG atuante é o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), sendo que a relação entre comunidade e ONG vinha apresentando os mesmos conflitos apresentados em Vila das Peças.

Atualmente pode-se afirmar que devido ao aumento de projetos participativos voltados à geração de renda, melhoria de qualidade vida, resgate de cultura caiçara e educação ambiental em Peças, a imagem das instituições vêm sendo gradativamente revitalizada. Ações bastante isoladas vêm ocorrendo nas comunidades rurais através de parcerias de ONGs com as comunidades locais, como tentativas de certificação e comercialização de banana orgânica, mas ainda sem efeitos traduzidos. Em Barra do Superagui, pouco ou nada vem sendo feito em termos práticos no sentido de se trabalhar a imagens das ONGs e outras instituições presentes.

Por fim, algumas universidades, entre elas a Universidade Federal do Paraná por vezes é citada pelos entrevistados como sendo uma “ONG” ou instituição de caráter semelhante, o que gera desconfiança por parte dos moradores.

TABELA 20. SIGNIFICADO DAS ONGS PARA A POPULAÇÃO

Manifestação	Número	%
Negativo	53	66,25
Neutro/meio-termo	13	16,25
Positivo	10	12,50
Não soube opinar	4	5,00
Total	80	100

Fonte: pesquisa de campo

“Eles vêm aqui e esculhambam. O passarinho (Papagaio da Cara-Roxa) dá no oco do pau. Lá ele tem três ou quatro filhinhos. Eles vão lá, pegam, passam a mão, mexem, fazem sei lá o que, pegam no filhinho do passarinho. Quando ele tá no ninho ele tá sem pena. Eles mesmo matam o passarinho. O meu avô sempre dizia: quando o passarinho tá depenado no ninho, não pegue. Porque senão, ou a cobra come ou senão ele morre. Na maioria morre. Não pode pegar, todo mundo diz isso aí. Eles vêm bastante aqui, até a Federal (Universidade) vêm aqui. É errado eles virem aqui, tá errado”.

Pescador artesanal de Vila das Peças.

“Eu ainda insisto na lavoura, não tenho vocação para o artesanato”.

Morador do Morato.

Alguns veículos de comunicação, como a internet e jornais retrataram nos últimos anos a situação conflituosa entre populações de Guaraqueçaba e ONGs. Algumas reportagens como a da Agência de Notícias “Carta Maior”, divulgou a questão através de uma cobertura especial para a COP8/MOP3, evento das Nações Unidas realizado em março de 2006 em Curitiba, Paraná (AGÊNCIA CARTA MAIOR, 2006). O jornal “Gazeta do Povo” publicou no final de 2005 uma reportagem intitulada “Colonização de Guaraqueçaba”, enfocando a questão da compra de terras e do crédito de carbono ocorrente no município (GAZETA DO POVO, 2005).

5.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS COMUNIDADES VISITADAS

Em termos de influência quanto aos resultados obtidos com a pesquisa, pode-se dizer que as comunidades apresentaram algumas diferenças.

Batuva: foi uma das comunidades que apresentou um elevado grau de desconfiança com os elementos externos ao seu universo. Os batuvenses costumam remeter-se ao seu próprio passado e ao passado de sua comunidade para buscar explicações para fenômenos atuais, associando a isto questões cotidianas e conflituosas.

No geral, a maior parte da produção agrícola da comunidade é de subsistência, sendo a banana o produto de comercialização. O milho é utilizado para ração animal.

Batuva tem como destaque uma fábrica de banana, fruto de projeto da UFPR. A existência dessa fábrica reflete em comentários em outras comunidades e até mesmo objeto de anseio pelas mesmas. No entanto, a fábrica não tem capacidade de processar toda a produção de banana da comunidade.

Em função da existência da fábrica, outras comunidades também expressam o desejo de seguir o caminho trilhado por Batuva, porém esbarram-se em dificuldades técnicas, burocráticas e organizacionais.

“Acho que a situação só melhorou lá por Batuva e Morato, mais nada”.

Pequeno agricultor de Tagaçaba.

Morato: também é vista como uma comunidade modelo pela população local. No entanto, a própria comunidade do Morato diverge quanto aos benefícios proporcionados pelo projeto de artesanato introduzido com a criação da Reserva Salto Morato.

“No comecinho foi bom, as pessoas chegavam a ganhar 600 reais. Vendia bastante. Agora tá caindo a venda, não tem mais pra quem vender”

Artesã do Morato.

“O projeto é bom, deu certo”

Artesão do Morato.

“O artesanato é uma coisa boa para a vila, as pessoas não reconhecem... cabe a nós conseguir abrir mercado”.

Liderança e artesão do Morato.

Segundo FBPN (2002), embora o programa de artesanato conte com muitos avanços, algumas questões ainda precisam ser mais bem atendidas. Em relação à venda de produtos é necessário fazer um estudo de mercado para poder estruturar melhor este item, estabelecendo uma rotina de venda mais efetiva e consistente fora do sistema O Boticário, e com isso uma entrada maior de recursos na comunidade.

Há também a necessidade de capacitar as pessoas para administrarem os recursos e estabelecerem estratégias de mercado, bem como para verticalizar a produção garantindo melhores rendimentos. A comunidade precisa assumir mais responsabilidades e se tornar mais independente (PELLIN e CAIUT, 2003).

A legislação ambiental no Morato não está relacionada ao IBAMA e tampouco a APA, mas sim à RPPN pertencente ao Boticário. Para os moratenses no geral, existe restrição de uso da terra e dos recursos devido à Reserva e não à APA. É como se não existisse APA, como se o instrumento de conservação da natureza fosse a própria Reserva (as restrições estariam sendo impostas devido à existência da Reserva próxima). Para a população não faz diferença qual categoria de manejo pertence à UC.

Desta forma, a presença da Reserva traz controvérsias. Para alguns dos entrevistados, as condições de vida melhoraram com a implantação

da Reserva devido ao aumento na renda proporcionado pela atividade do artesanato.

Na época de pesquisa de campo na comunidade, a cozinha comunitária estava praticamente pronta para inauguração e utilização da comunidade local. O presidente da Associação dos Artesãos do Morato comentou a falta de iniciativa e de visão da comunidade frente a tantas oportunidades.

Na comunidade do Morato, a presença da FBPN é muito mais marcante do que a APA. Esta última então, cede lugar para a primeira. Dessa forma, é impossível comparar o nível de vida nos períodos anterior e posterior à APA. Compara-se em relação a FBPN. IBAMA e Polícia Florestal são vistos como conseqüência da presença do Boticário, sendo este a causa de tudo (leis, proibições).

Ao contrário do que se pensa, a opinião sobre a ONG mais presente na Comunidade do Morato, a FBPN, encontra-se dividida. Alguns entrevistados evidenciam que a presença da ONG e de sua reserva não são bem-vindas, apesar da implantação do programa de artesanato como fonte alternativa de renda. Os que têm essa opinião, afirmam que toda a comunidade pensa o mesmo, e que se não critica, é por medo.

No geral, as famílias das comunidades rurais e pesqueiras apresentaram tendência semelhante em abandonar a região. Um dos principais sinais apresentados por elas, além dos depoimentos durante a pesquisa, é o desejo de se desfazer da propriedade e da casa.

Vila das Peças: pode ser considerada a comunidade litorânea mais bem organizada e consciente sobre os atuais processos de mudança pela qual passa a região.

Um aspecto negativo que pode ser reportado à esta localidade é a existência de mais de setenta casas de veranistas, devido à venda de parte de seus terrenos por alguns pescadores. Estes, por sua vez, perderam seu espaço principal no terreno (frente para o mar, espaço para se atracar a canoa). Com a venda de parte do terreno, os pescadores apesar de adquirirem poder aquisitivo para reformar sua casa ou embarcação, ou mesmo comprar sua embarcação própria, passam a ter uma relação de dependência com os

novos proprietários do terreno (licença para passar pelo terreno, por exemplo, licença para colocar o barco na frente da casa, pois a frente não mais pertence ao pescador).

Esta foi a comunidade que mais demonstrou preocupação quanto ao futuro dos filhos, associado ao desejo de que estes não permaneçam no local e consciência quanto às possíveis conseqüências da combinação êxodo rural e falta de estudos.

Um fato particular às comunidades pesqueiras que foi evidenciada na pesquisa é o impacto da pesca industrial (sardinheiras e barcos de arraste de camarão oriundos do estado de São Paulo e de Santa Catarina, que vêm pescar na costa paranaense) sobre a sustentabilidade e até mesmo viabilidade da atividade artesanal na região, associado à atuação dos órgãos fiscalizadores. Para os entrevistados, há uma diferença no tratamento das questões de proteção ambiental em detrimento da pesca artesanal.

“Pesca diminuiu muito. Antigamente pegava bastante (quando tinha 15 anos), pescava para fora, achava muita caça. Diminuiu porque aumentou muito o número de pescadores e de aparelhos lá fora (navios grandes pescando dia e noite). E o IBAMA não vê isso (sardinheiras grandes) só vê o pequeno”.

Pescador artesanal da Ilha das Peças.

“A sardinha é comida de peixe grande e começaram as sardinheiras a pegar sardinha. Não deu mais peixe grande”.

Pescador artesanal da Ilha das Peças.

5.3 PERCEPÇÃO DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS ENVOLVIDOS

5.3.1 A Pesca

Foram entrevistados 23 pescadores artesanais, que perfizeram 28,75 % dos entrevistados.

A atividade de pesca em Guaraqueçaba é essencialmente artesanal, visando a subsistência familiar, com comercialização de excedente predominantemente nas Vilas das Peças e na Barra do Superagüi. Além disso, há a predominância da parceria como relação básica de trabalho em embarcações.

Em cada barco, a tripulação é composta de um proprietário e dos demais, os parceiros; entretanto como muitos dos proprietários controlam a propriedade de várias unidades produtivas, o número de proprietários é muito inferior ao número de embarcações e assim, em numerosos casos, nenhum dos pescadores que opera numa canoa é seu proprietário. Além disso, até a chegada das leis ambientais, havia a confecção artesanal dos barcos e aparelhos de pesca, inclusive as redes e pelo uso de embarcações de madeira de reduzida capacidade.

Sobre as redes de pesca, é interessante ressaltar a percepção de alguns pescadores mais velhos, ao apontar um dos fatores para o declínio da pesca: o aparecimento da rede de pesca sintética. Anteriormente as redes eram confeccionadas com fibras de tucum, uma palmeira típica da região. Após a chegada dos produtos sintéticos, houve uma facilidade maior para a realização do trabalho da pesca, aumentando a sua escala de exploração.

Os parceiros da pesca, chamados de quinhoeiros em Guaraqueçaba, são trabalhadores despossuídos dos meios de produção e subordinados ao proprietário da embarcação. O proprietário dos meios de produção divide o valor obtido com a venda do produto com os quinhoeiros, ao final de cada etapa de trabalho. Como a atividade pesqueira vem decaindo, a tendência dos proprietários de mais de uma embarcação é vender as embarcações excedentes.

No caso do camarão, qualquer que seja a duração da atividade de trabalho (dia, semana, quinzena ou outra) esta é repartida em quatro partes iguais: duas partes vão para o proprietário dos meios de produção e as outras duas vão para os quinhoeiros.

A partir da década de 70 os recursos pesqueiros de Guaraqueçaba começaram a reduzir o que gerou empobrecimento da população e êxodo de famílias de pescadores.

Atualmente, a atividade da pesca artesanal também se vê comprometida devido principalmente a superexploração da matéria-prima por parte das grandes embarcações. De uma maneira geral, observa-se que a atividade pesqueira da região se encontra em esgotamento com sérias conseqüências sociais devido a problemas como a falta de competitividade com navios pesqueiros de fora da região, falta de tecnologia e incentivos, entre outros.

Culturalmente, há a questão dos cercos fixos para a pesca artesanal da tainha. De acordo com DIEGUES (1991), os cercos fixos são utilizados há muitos anos pelos pescadores de peixes Mugilídeos (Tainha). Apesar de se respeitar a desembocadura dos rios, a construção de cercos para aprisionamento dos peixes apresenta um problema quanto à derrubada de árvores para a retirada de moirões, cuja durabilidade média é de três a quatro meses.

A “palha” do cerco, que é a parte tecida com arame, é feita com varas de taquara (*Philostatis aurea*). Para cada cerco são utilizadas de 120 a 150 dúzias de taquara e de 80 a 100 moirões, renováveis a cada três meses. Apesar de o cerco ser uma atividade proibida na região, ela ainda é praticada, havendo a sustentação da subsistência e comercialização do excedente.

“Mas deixar de pescar, ah, isso eu não vou. Podem proibir totalmente, parar de pescar eu não paro nunca”.

Pescador artesanal de Barra do Superagüi.

Pode-se dizer que a aplicação indistinta da legislação ambiental acirra ainda mais a pobreza e a desigualdade social.

5.3.2 A Agricultura

Os agricultores entrevistados, predominantemente, são de unidade familiar, cultivando principalmente mandioca, banana e arroz para subsistência, com alguma comercialização de excedente. Foram entrevistados 31 agricultores, perfazendo 38,75 % dos entrevistados. O tamanho médio das

propriedades foi de quinze hectares. Toda a região apresenta problemas fundiários, principalmente no que diz respeito à sobreposição de títulos de propriedade. A maior concentração de imóveis está localizada na bacia do Rio Tagaçaba e Serra Negra e do Rio Guaraqueçaba.

A representação da unidade familiar rural divide-se em área nuclear, roçado e floresta. A área nuclear é composta pela residência (compreendendo o jardim e quintal).

Afastado da unidade nuclear encontra-se o roçado, onde são desenvolvidas as atividades econômicas de agricultura de subsistência. A observação dos recursos florestais nas áreas de manejo permite ao agricultor local elaborar experimentos agroflorestais rudimentares. O estímulo ao pequeno produtor no experimento de espécies potenciais para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais deve ser incentivado, valorizando o conhecimento já adquirido para o desenvolvimento e manejo de consórcios florestais (LIMA, 1996).

Sobre a infra-estrutura, há um consenso sobre a situação crítica vivida pela população do continente vive em função das péssimas condições da estrada (PR-405), e uma divergência de opiniões sobre as ações a serem tomadas em relação a essa questão.

Nesse aspecto, a maior parte (cerca de 90%) dos moradores da sede do município e das comunidades marginais à estrada, a maior parte apóia não o asfaltamento da estrada, mas a reparação e manutenção constante da mesma, de forma a criar condições de tráfego, o que traria uma série de benefícios, entre eles a própria conservação da área, pela facilidade de fiscalização e controle da mesma. Para Rodrigues *et al.* (2003), a densidade demográfica não tem justificado maiores investimentos em infra-estrutura.

As práticas agrícolas da população guaraqueçabana foram herdadas dos antigos indígenas que ocupavam a região. Segundo SPVS (1994), estas práticas possuem uma dinâmica que permite o manejo de trechos da floresta. A roça de subsistência, também conhecida como “coivara” é aberta em uma área de floresta, aonde após o processo de corte, derrubada e queima, os nutrientes são suficientes para o plantio de mandioca, banana,

feijão, milho, cará, inhame entre outros. “A área após três anos de uso é abandonada por um período de 10 anos, permitindo sua recuperação”.

O caminho entre a sede da unidade familiar até a roça torna-se área de observações e manejo de espécies por parte dessas comunidades. Os roçados permitem ao agricultor o manejo de espécies frutíferas e de valor econômico. São locais de observação, aprendizado e manejo do aproveitamento de recursos florestais (LIMA, 1996).

Conforme Rodrigues *et al.* (2003), os principais tipos de produtores rurais do município de Guaraqueçaba são: aqueles cuja renda agrícola sustenta a reprodução simples (12%); os semi-proletários, cuja renda agrícola não sustenta a reprodução simples, tendo a família que obter a maior parte da renda fora do trabalho agrícola (52%). Em terceiro viriam os agricultores que vendem força de trabalho, cuja renda agrícola não sustenta a reprodução simples e suas outras rendas são menores que a renda agrícola (6%) e por último os agricultores indigentes: a renda agrícola **não** sustenta a reprodução simples; não possuem outras rendas (23%). Tem-se ainda as fazendas, compondo 7% da distribuição da força de trabalho na região (na grande maioria para criação de búfalos).

A maioria dos agricultores do município de Guaraqueçaba vive em situação inviável ou insustentável economicamente, ao considerar a renda que essa maioria obtém da agricultura. Complementarmente, constata-se a elevada importância das outras rendas (outras ocupações e aposentadorias) para sustentar a reprodução das famílias (RODRIGUES *et al.*, 2003).

Os referidos autores apontam que a situação de indigência dos 23% dos agricultores pode estar encoberta pela condição peculiar gerada pela legislação da APA: a legislação vigente não permite e penaliza a extração de palmito. Esta é uma atividade realizada de modo clandestino por grande parte da população nativa da região. Embora seja contraditório, por outro lado, os recursos derivados do palmito, ainda que contribuam para melhorar o nível econômico da população rural, não têm, em geral, importância decisiva para o conjunto dos habitantes rurais do município, a ponto de proporcionar condições de vida "sustentáveis".

Ainda que seja considerado pelas comunidades rurais um recurso apropriado, atualmente a exploração do palmito é difícil devido a escassez do produto e as condições de comercialização.

Rodrigues *et al.* (2003) afirmam que a situação de crise e insustentabilidade da agricultura e dos agricultores no município de Guaraqueçaba se circunscreve em uma crise generalizada da agricultura de pequena escala, no nível mundial, decorrente de um forte processo de concentração da base agrária, falta de competitividade dos seus produtos-chave (banana e mandioca) e conseqüentes mudanças na distribuição espacial da população rural/urbana.

Embora esse aspecto também seja relevante, o que predomina no município entre os segmentos estudados é o clima de instabilidade social causado pela presença de instituições ambientais, ONGs ambientalistas e aplicação de leis não compreendidas pela população como foco central da crise presente na região. A junção desses dois aspectos conjunturais teve assim um efeito devastador para a estrutura produtiva tradicionalmente praticada na região.

Analisando a série histórica de dados de produção e produtividade da mandioca e da banana, detectou-se o estancamento desses indicadores entre o período 1983–1999 (PARANÁ, 1999).

As condições do mercado de farinha de mandioca e de banana são, em geral, desfavoráveis. Há uma tendência de diminuição do consumo desses produtos.

Também não tem havido políticas permanentes e bem planejadas de pesquisa agrícola, de assistência técnica, de apoio à produção local.

A legislação interfere no uso das terras às margens dos cursos d'água e das terras em encostas acentuadas, fazendo com que os agricultores de menores recursos econômicos, que ocupam as terras marginais, sejam mais prejudicados. Esta situação determina a impossibilidade de utilizar terras de melhores condições localizadas nas várzeas dos rios, nos baixios aproveitáveis e nas encostas. O processo de autorização do IBAMA para o “desmate” vem a ser lento, muitas vezes concluído fora dos prazos dos

calendários técnicos correspondentes às diversas culturas, situação que configura um desestímulo à realização das atividades agrícolas.

Rodrigues *et al.* (2003) argumentam que o que torna inviável economicamente os sistemas de produção atuais não seriam os instrumentos legais de proteção ambiental, e sim as condições de mercado, o baixo preço de venda dos produtos, as condições de transporte, além da qualidade, da escala de produção, da escassa diversificação da oferta de produtos mercantis.

Um aspecto relevante foi observado por um entrevistado sobre o desmatamento na região. Enquanto o local encontrava-se sob o domínio do machado e dos pequenos roçados de queimada, a região estava protegida. Após a introdução da moto-serra, houve ameaça real para as florestas de Guaraqueçaba - “ninguém segura o homem” (João Amadeu, nativo e morador de Guaraqueçaba). Ou seja, enquanto a cultura encontrava-se sob o domínio caiçara, havia sustentabilidade nos sistemas. Após a entrada dos modelos convencionais de consumo intensivo dos recursos naturais, houve uma quebra nas regras tradicionais culturais.

FIGURA 09: AGRICULTOR FAMILIAR DE TAGAÇABA



Fonte: A autora.

5.3.3 Demais Segmentos

O comércio em Guaraqueçaba, representado por restaurantes, pousadas e pequenos mercados, apresentou dois diferentes tipos de impacto em relação às UCs. O primeiro impacto seria uma diminuição no comércio local das vilas rurais, é o relacionado às dificuldades em se obter produtos devido à queda de renda dos moradores em função das dificuldades impostas nas atividades produtivas. O outro tipo de impacto estaria relacionado ao aumento da atividade turística na região, beneficiando os proprietários de pousadas, lanchonetes, barcos de passeio e os próprios pequenos mercados. Na medida em que atividades como o turismo crescem, setores relacionados a elas são estimulados.

Por isso, a divulgação da região para o estímulo do turismo vem a ser uma das premissas para os moradores, no sentido de se atrair investimentos e público diferenciados para a promoção do desenvolvimento sustentável.

De uma maneira geral, os comerciantes entrevistados concordam com a opinião dos demais entrevistados sobre os impactos causados pelas Ucs sobre as principais atividades produtivas da região: a pesca e a agricultura.

“O grande problema de Guaraqueçaba foi ter apostado em um produto só: o palmito. Em 1950 chegaram as fábricas de palmito, o pessoal ganhava dinheiro nas fábricas e por isso passou a trabalhar menos na agricultura. A produção agrícola já havia diminuído antes da criação da APA. Com as indústrias de palmito concentrou-se numa atividade só, as outras atividades perderam a força. Desde o início, podiam ter sido trabalhados vários produtos e serviços. Guaraqueçaba tem condições pra isso. É só querer: o povo se unir e conseguir apoio”.

Dono de pousada em Guaraqueçaba.

“A APA interferiu na divulgação, começou-se a falar de Guaraqueçaba, PARNA de Superagüi... a APA até ajudou”.

Dono de pousada em Guaraqueçaba.

O segmento da educação também foi investigado através de entrevistas com professores locais e visitas às escolas municipais e estaduais do município. Há de modo geral pessimismo em relação ao setor da educação no município, devido essencialmente à falhas na política local. Além disso, todo o contexto da pesquisa foi questionado aos professores, tendo estes apresentado uma visão bastante ampla e crítica sobre o tema.

De modo geral, o segmento da educação em Guaraqueçaba defende a coexistência harmoniosa do homem com o ambiente; admite que a fiscalização e a legislação ambiental aplicada em Guaraqueçaba são necessárias, porém muito rigorosa e sem a orientação adequada, ou seja, há consciência do processo pelo qual a região passa. O segmento defende ainda a adoção de práticas sustentáveis com os devidos incentivos econômicos para a sua viabilização aliado à educação ambiental de acordo com a realidade da região.

“Viver em Guaraqueçaba (cidade) é ruim, não tem emprego. Quem vem da cidade acha lindo”.

Professora de Tagaçaba.

“Aqui nós nascemos e vivemos e não destruímos. Quem trouxe búfalo pra cá foi o pessoal de fora e não nós daqui. As pessoas daqui têm medo desse bicho. O povo daqui também não cortou pra acabar com tudo, quem veio comprar o palmito é que acabou. Eu conheci corte de palmito aqui de ficar corte de montanhas de fileiras de palmito de 20, 30m”.

Professora de Tagaçaba.

“Lei não significa justiça, mas deve ser cumprida. Se não estiver beneficiando é porque deve ser modificada. IBAMA, IAP, Florestal são julgados por um todo de injustiça. Podem não ter resultado positivo, mas sempre estarão buscando”.

Professor de Guaraqueçaba.

“Precisa de ajustes no desenvolvimento da APA. Há degradação social e ambiental. Mas APA é fundamental, foi a melhor coisa que podia ter acontecido, pois preservará este remanescente de Floresta Atlântica. Protege da especulação imobiliária e combate assoreamento, desmatamento”.

Professor de Guaraqueçaba.

“Houve melhoria na conservação, envolvimento maior das comunidades. Até agora há impacto de rejeição, ainda é sinônimo de restrição, sem conseguir ver alternativas para mudança. Conselho participativo está começando a mudar”.

Professor de Guaraqueçaba.

As instituições oficiais locais e as relacionadas com o município também foram investigadas, com o intuito de se captar a percepção das mesmas quanto ao contexto restritivo apresentado pela APA e outras Ucs. Foram visitadas secretarias municipais, EMATER e foram entrevistados alguns servidores do IBAMA, principal instituição relacionada à conservação da natureza na região.

Quanto ao IBAMA, os entrevistados reconhecem a má reputação referente ao órgão, mas afirmam que as UCs apenas fazem parte de um cenário mais complexo dentro da história da região. O órgão aposta na gestão participativa da APA por meio do conselho deliberativo criado em 2002, e que conta com trinta e dois membros, sendo dez das comunidades locais.

“Há uma mágoa sobre a APA, mas só se acelerou o processo, a APA não é a causa da piora de vida. A pobreza vem de antes, é histórico, o processo e o contexto. Talvez a APA tenha trazido subsídios para trazer uma série de melhorias”.

Servidor do IBAMA de Guaraqueçaba.

“A APA é boa, o IDH melhorou... Mas tem que criar indicadores para a área. Talvez a percepção de qualidade de vida tenha piorado. Tem que se criar sistemas de avaliação que cruzem dados econômicos, sociais e ambientais. Não tem como dizer se melhorou ou piorou, algumas coisas melhoraram, outras pioraram”.

Servidor do IBAMA de Guaraqueçaba.

Para o IBAMA, a questão do acesso geográfico representado pela estrada não estaria diretamente ligada às restrições ambientais. O asfaltamento da PR-405 estaria mais relacionado à vontade política ou ao incentivo institucional.

As instituições ligadas à proteção ambiental, inclusive as ONGs, apontam a herança do pescador e do agricultor tradicional como uma das dificuldades em se trabalhar com a população: o pescador e o agricultor trabalham junto com a família, o que os unia era o fandango. À medida que o fandango morre, a união morre junto. Além disso, cada comunidade tem uma origem diferente, com costumes particulares, não se criando um espírito de cooperação.

Para a própria instituição, a atuação do IBAMA seguiu equivocada a partir do Decreto 750, que não conseguiu ser mais detalhista em relação às populações tradicionais. Teria se criado dessa forma certa dependência entre populações e órgãos. A própria categoria APA, bastante confusa para um dos servidores do IBAMA, não seria a correta para a região. A categoria sugerida foi a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que prevê a presença de populações tradicionais habitando a UC e que dentre outros objetivos, procura assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida das populações, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido pelas mesmas.

Sobre a Polícia Florestal, foram apontados problemas como falta de qualificação, capacitação e de recursos para o desenvolvimento das atividades de fiscalização no município.

Dessa forma, torna-se evidente que para as instituições oficiais a APA nos aspectos ambiental e social não estaria sendo efetiva na plenitude, ou seja, os problemas ambientais como a exploração ilegal de palmito e a exclusão social persistem dentro de um processo construído equivocadamente, sem a participação das pessoas.

Se houvesse participação popular, o cenário possivelmente poderia ser outro, com as pessoas sentindo-se parte efetiva do processo, ou seja, sujeito em detrimento da condição de objeto. Num cenário participativo como este, poderia se pensar em ações entre parceiros, colaboradores para um objetivo comum.

Na verdade, a APA não é o problema, ela é só um decreto. O problema é a forma como ela se aplica. A APA significa presença do IBAMA. Em nenhum momento o IBAMA veio entender a realidade: veio com um pacote de leis para aplicar”.
Servidor do IBAMA de Guaraqueçaba.

“Com a chegada do IBAMA não mudou nada, foi um processo histórico que abandonou as comunidades”.
Servidor do IBAMA de Guaraqueçaba.

“A APA até melhorou, trouxe o ICMS ecológico para a prefeitura, ela é que não soube usar. Na verdade o que a APA fez foi congelar o processo, do que poderia ter havido”.
Servidor do IBAMA de Guaraqueçaba.

De acordo com Milder (2004), no Paraná, a Lei nº 9.491 de 21 de dezembro de 1990, que instituiu o ICMS ecológico, objetiva dar uma resposta aos municípios que não podem ser caracterizados como urbanos e que também não são essencialmente agrícolas, devido às grandes áreas cobertas por vegetação protegida por lei ou em cujo subsolo abrigam mananciais que abastecem outros municípios. Essa lei regulamenta a compensação dos municípios cujos territórios apresentavam restrições de uso e ocupação devido

à existência de Unidades de Conservação ou mananciais de abastecimento, aplicando aos municípios beneficiados por ela, 5% da arrecadação do ICMS.

A Lei complementar nº 59, de 01 de outubro de 1991, dispõe sobre a repartição desse benefício definido, em seu artigo 2º, quais as unidades contempladas pela lei, sendo que a continuidade do benefício e até a ampliação do seu valor depende da manutenção dessas unidades e sua melhoria de um ano para outro.

Foi obtido por meio da Diretoria de Unidades de Conservação (DUC) do IAP o repasse anual de ICMS Ecológico por biodiversidade para o município de Guaraqueçaba, do ano de 1997 ao ano de 2005, segundo as UCs existentes no município (tabela 21).

TABELA 21. REPASSE ANUAL DE ICMS ECOLÓGICO PARA O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA (VALOR EM R\$)

ANO	ESEC de Guaraqueçaba	PARNA do Superagui	ARIE de P. e Pinheirinho	RPPN Salto do Morato	APA de Guaraqueçaba	RPPN Quatro Quedas do Sebui	RPPN(ex) Quatro Quedas do Sebui	Total Anual
1997	187.523,61	285.421,64	1.039,44	23.721,36	236.093,48	Não consta	Não consta	733.799,52
1998	201.303,17	327.134,59	1.252,81	21.329,97	256.011,65	Não consta	Não consta	807.032,19
1999	205.523,75	333.993,37	1.279,07	21.777,18	261.379,25	Não consta	Não consta	823.952,62
2000	267.423,85	645.385,93	1.664,31	29.930,15	327.670,06	Não consta	Não consta	1.272.074,29
2001	320.628,37	773.786,78	Não consta	32.467,21	392.860,68	Não consta	Não consta	1.519.743,03
2002	334.890,93	870.463,49	Não consta	38.053,77	430.766,33	1.791,38	9.371,19	1.685.337,09
2003	404.984,08	1.056.913,89	Não consta	45.453,04	519.150,59	2.296,50	12.013,57	2.040.811,67
2004	484.280,01	1.246.717,33	Não consta	53.852,67	644.050,48	2.747,02	14.370,39	2.446.017,91
2005 até mês 10	364.804,94	905.430,31	Não consta	39.074,23	474.774,07	1.990,22	10.496,41	1.796.570,18
Total por UCs	2.771.362,71	6.445.247,33	5.235,63	305.659,58	3.542.756,59	8.825,12	46.251,56	13.125.338,50

Fonte: IAP - ICMS por Biodiversidade; DIBAP; DUC (adaptado)

Rocha (2004) afirma que, ainda que o município tenha recebido o ICMS ecológico, isto não se reverteu em melhorias econômicas e sociais significativas, ou por incapacidade gerencial dos administradores municipais, ou por serem destinados a estratégias “desfocadas” das reais necessidades da sociedade local. Manteve-se a desigualdade estrutural da sociedade rural local.

Por fim, é importante ressaltar que para o IBAMA local, uma das soluções para os conflitos existentes seria a conversão das comunidades que são agrícolas para florestais. Para isso, o manejo do palmito seria uma alternativa inicial, com a vantagem do conhecimento empírico e prática tradicional das populações. O manejo comunitário permitiria dessa forma um melhor ordenamento do recurso.

“A população local acha que foi tudo preservado por eles, mas não é verdade. A verdadeira causa da preservação foi o isolamento geográfico, dificuldade de acesso pela topografia e o baixo nível populacional. Isso nas poucas áreas primárias, porque aqui quase tudo é alterado”.

Servidor do IBAMA de Guaraqueçaba, Parque do
Superagüi

A Lei Federal nº 9.985/2000 do SNUC determina que exista um conselho específico para cada unidade de conservação como forma de administrar as suas peculiaridades e otimizar a sua gestão, o que se aplica às Áreas de Proteção Ambiental. A mesma Lei também prevê que as populações locais tenham assegurada sua participação efetiva na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.

A partir da consolidação desta lei, estabeleceram-se novos conceitos de gestão para as unidades, entre as quais, a forma integrada de gestão: um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais ou de outras populações residentes na unidade. A função desses conselhos é construir um

espaço de discussão e negociação dos problemas ambientais das Unidades de Conservação, garantindo a participação social na sua gestão (IBAMA, 2003).

Em Guaraqueçaba, o IBAMA, visando cumprir as determinações do SNUC, no que se refere à participação social na gestão das UCs, iniciou em 2001 o processo de implantação do Conselho Deliberativo da APA que “tem como objetivo permitir a definição e implementação de ações que busquem a manutenção da qualidade ambiental e a melhoria de vida dos habitantes que residem na sua área de influência”. Além do IBAMA, fazem parte deste Conselho: ONGs, universidades e representantes dos poderes públicos municipais e estaduais e representantes da população local (IBAMA, 2003).

Os entrevistados no geral desconhecem a existência de um conselho gestor e de representantes das comunidades locais. Aqueles que conhecem essa realidade têm suas opiniões divididas entre o apoio ao conselho e a rejeição ao mesmo.

Aqueles que apóiam o conselho é porque têm expectativas de melhora das condições pela participação comunitária no processo de gestão; os que rejeitam o conselho são os que o pensam como mais uma forma de coibição disponível para ser aplicada. Para estes, a participação dos representantes locais passa a se configurar como traição (“passou a jogar no time deles”; “virou casaca”) criando a partir daí conflitos de ordem pessoal entre os comunitários.

5.4 EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL NA APA

Guaraqueçaba possui um histórico de utilização de madeira que se inicia com a colonização portuguesa do litoral paranaense, em meados do século XVI (SPVS, 1994), esta extração seletiva de algumas espécies continuou até o século XVIII. No século XIX, existiam dentro dos limites atuais da APA vários pontos de extração de madeira para a construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá (SPVS, 1992).

Devido à dificuldade de escoamento da madeira do litoral, a exploração manteve-se seletiva até o início dos anos 1970. Com a abertura da estrada PR-405 e a compra de grandes fazendas adjacentes à estrada, a

floresta da planície costeira foi muito alterada nos vales dos rios Cachoeira, Tagaçaba, Açungui, Serra Negra, Morato e Guaraqueçaba (SPVS, 1992). A floresta explorada por via terrestre foi substituída pela atividade pastoril. Com a implantação da APA e leis que proíbem a extração madeireira, a utilização deste recurso pelos pequenos produtores passou a ser seletiva e pontual.

Quando se analisa o impacto ambiental da agricultura sobre a vegetação, observa-se que em 1999 essa atividade ocupava 7,9 % do território do município. Existem outras formas (várzeas, brejos, areia, comunidades, aquíicultura, mineração), mas todas são insignificantes em termos de área ocupada (apenas 0,7 %). Ou seja, 91,4 % da área de Guaraqueçaba estão sob cobertura florestal, sendo esta a maior porcentagem entre os municípios do Estado (RODRIGUES *et al.*, 2003).

Domingues (2004) fornece dados sobre a evolução da cobertura vegetal da Bacia do Rio Tagaçaba, que por sua vez, expressa a realidade da área continental do município como um todo (Tabela 22).

TABELA 22. COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO EM 1952, 1963, 1980, 1996 NA BACIA DO RIO TAGAÇABA (ESTENDE-SE PARA TODA APA)

Classes	1952		1963		1980		1996	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Água	70,00	0,24	70,00	0,24	70,00	0,24	70,00	0,24
Agropecuária	1.263,69	4,35	1.566,62	5,39	2.116,59	7,29	2.722,15	9,37
Capoeira herbáceo-arbustiva	1.440,90	4,96	1.546,28	5,32	977,43	3,36	337,86	1,16
C. arbórea menos desenvolvida	2.748,17	9,46	3.201,24	11,03	3.340,26	11,50	1.783,26	6,14
C. arbórea mais desenvolvida c/ expl.	24,4	0,08	1.311,82	4,51	4.413,51	15,19	1.620,61	5,58
C. arbórea mais desenvolvida	23.503,60	80,91	21.354,44	73,51	18.132,61	62,42	22.516,52	77,5
Total	29.050,40	100,00	29.050,40	100,00	29.050,40	100,00	29.050,40	100,00

Fonte: DOMINGUES (2004) adaptado

Domingues (2004) ressalta que os resultados encontrados apontam para uma paisagem tipicamente florestal em 1952, quando 80,91% do território abrigava comunidades arbóreas mais desenvolvidas. O restante do território apresentava algum sinal de uso humano, de maior ou menor intensidade, sendo identificados 4,35%, equivalente a 1.263,69 hectares, de áreas em uso agropecuário; 4,96%, equivalente a 1.440,90 hectares, de comunidades herbáceo-arbustivas e 9,46%, equivalente a 2.748,17 hectares, de comunidades arbóreas menos desenvolvidas. Estes dados foram interpretados como compatíveis com a prática agrícola comum na época no município: o pousio.

Já em 1963 observa-se uma penetração maior das manchas de perturbação na matriz, através dos corredores formados pelos vales dos rios e planícies aluviais, sendo que essas manchas começaram a se expandir também pelas encostas, onde avança a frente madeireira. Esta atividade que, segundo o histórico, vai se tornar muito forte nos anos seguintes, já começava a apresentar sinais marcantes de crescimento no município, abrindo, inclusive, um novo corredor de penetração junto à recém construída BR-116.

Os resultados obtidos demonstram também que grandes mudanças ocorreram na bacia do rio Tagaçaba durante as décadas de 1970 e 1980. Pela primeira vez pôde-se observar a ocupação total das planícies aluviais, apesar de os rios não serem mais os únicos corredores de penetração na matriz. Vê-se claramente que as estradas, novos elementos nesta bacia, assumiram este papel. As manchas de perturbação aparecem agregadas ao longo dos rios e das estradas (PR-404 e BR-116).

O tamanho e a quantidade das manchas de perturbação, assim como o formato de suas bordas e distribuição espacial, também se alteraram. Estas manchas são agora maiores, mais geométricas e em menor quantidade. São observadas grandes manchas caracterizadas como de exploração florestal seletiva, evidenciando a intensidade da atividade madeireira que, em termos de área ocupada, parece ser a mais importante na bacia neste período. No alto da Serra, nas encostas mais elevadas e no divisor de águas leste da bacia próximo à foz do rio Tagaçaba, também predomina esta classe de mancha.

Esse fato é facilmente explicado, pois neste período os neolatifundiários chegaram ao município, promoveram desmatamentos para implantação de projetos agrícolas, criação de búfalos e exploração florestal (madeira e palmito), deixando na paisagem manchas de formato mais angulares e mais homogêneas.

O período retratado pelas fotos de 1980, segundo estudos de Domingues (2004), demonstra a diminuição da prática agrícola tradicional do pousio, mesmo com o aumento da área agrícola, ligadas, agora, às frentes madeireiras e às atividades das grandes fazendas. Além disso, mudanças das práticas agrícolas por parte dos agricultores locais, induzidos por extensionistas que trabalharam na região e que foram difusores da chamada “revolução verde”, acabaram contribuindo para a diminuição da prática do pousio.

Para o ano de 1996, dentro do estudo de Domingues (2004), há uma inversão na tendência de aumento das manchas de perturbação observada até 1980, já se aproximando da maior cobertura encontrada, a de 1952. As áreas em uso agropecuário também aumentaram chegando ao maior resultado encontrado nesta categoria.

O que se conclui é que o pousio praticamente deixou de ser praticado na bacia estudada em 1996, seguindo a tendência já observada em 1980, e que se tornou mais forte com a proibição do uso do fogo para limpeza de terreno a partir da criação da APA em 1985.

Pode-se concluir também que o padrão de ocupação antrópica da bacia era praticamente o mesmo em 1952 e 1963, sendo que neste último levantamento apresentava maior intensidade. Em 1980 ficou claro que ocorreu uma mudança no padrão e na intensidade de ocupação, período que registrou a menor área da matriz e o maior crescimento do processo de antropização. Em 1996 ocorreu uma inversão na tendência de diminuição da área da matriz, que voltou a crescer atingindo a segunda maior cobertura no período estudado, próxima à de 1952.

A ocupação no compartimento montano, realizada por grupos ligados às atividades de exploração de recursos florestais e grandes empreendimentos agropecuários, se deu a partir da BR 116, totalmente descolada da ocupação dos demais compartimentos, e permanece até os dias

de hoje, levando a concluir este compartimento também se encontra ameaçado na Bacia do Rio Taçaçaba.

Os grupos sociais que se estabeleceram na bacia durante o período estudado demonstraram interesses diferenciados em relação ao uso e apropriação dos recursos naturais. Os pequenos agricultores privilegiam a produção agrícola e o extrativismo de recursos florestais necessários a sua subsistência e, por isso, sempre preferiram as áreas mais favoráveis à produção agrícola, ou seja, a planície aluvial.

Os agricultores médios, mais capitalizados, empregam mais tecnologia, mas mantêm o interesse direto pela produção agrícola preferindo, portanto, também as planícies aluviais e áreas mais próximas aos meios de transporte, para escoamento da produção comercial.

Já os neolatifundiários não distinguem as áreas a serem ocupadas, pois o interesse maior deste grupo é a acumulação de capital. Evidentemente preferem também as áreas mais valorizadas das planícies aluviais, mas estão presentes em todos os compartimentos e, em todos provocam ou provocaram grandes perturbações (DOMINGUES, 2004).

Por fim, tem-se a percepção geral dos entrevistados sobre a cobertura florestal atual do município de Guaraqueçaba: para os moradores não há dúvida de que a cobertura vegetal no município aumentou. No entanto, o aumento da cobertura dissociada de utilização econômica da floresta, principalmente o uso tradicional que se fazia dela constitui-se em falta de sentido ou até mesmo ameaça para os mesmos, o que teria como consequência o aumento do êxodo rural e a inviabilização da pequena propriedade agrícola no município.

Para os moradores, se o processo continuar sendo conduzido da forma atual, no futuro haverá apenas “mato fechado” em um local onde anteriormente havia floresta, produção agrícola e cultura agindo favoravelmente sobre o ambiente.

6 CONCLUSÕES

- Foram confirmadas todas as hipóteses do trabalho: as UCs de Guaraqueçaba, principalmente a APA e o Parque Nacional, juntamente com outros instrumentos restritivos da legislação, criaram instabilidade entre os munícipes e forjaram conflitos ambientais; tendo sido desfavoráveis à melhoria da qualidade de vida da população local entrevistada, na região continental e nas ilhas.
- As UCs têm contribuído na expansão da cobertura florestal da região, apesar de algumas evidências sobre atividades ilegalmente praticadas, como a caça, por exemplo. A aplicação da legislação ambiental e a gestão das Ucs vêm ocorrendo em detrimento da qualidade de vida e bem-estar das comunidades humanas locais como um todo.
- Foram identificados impactos sociais, culturais e econômicos sobre a população de Guaraqueçaba, decorrentes dos instrumentos legais existentes, principalmente a APA e o Parque Nacional do Superagüi.
- Enquanto a cultura local encontrava-se sob o domínio da cultura caiçara, havia sustentabilidade nos sistemas. Após a entrada dos modelos convencionais (exógenos) de consumo intensivo dos recursos naturais, houve uma quebra nas regras tradicionais culturais, desestabilizando relativamente algumas relações com o ambiente, ao mesmo tempo em que a própria população prosseguia com certa resistência ao processo.
- A implantação das Ucs na região de domínio caiçara contribuiu e vem contribuindo fortemente para a continuidade no processo de sua degradação cultural.
- A descon sideração do contexto local, na forma de saberes, condições sociais e econômicas, cultura, tradições e perspectivas contribuiu para o agravamento dos conflitos gerados pelas políticas ambientais aplicadas no município.
- A inexistência de alternativas econômicas viáveis frente à nova situação contribuiu com o agravamento das condições de vida e com a perda gradativa da cultura local.

- Para o ator social local, principalmente o pequeno agricultor familiar e o pescador artesanal, não há diferenciação nominal entre as categorias de Unidades de Conservação presentes em Guaraqueçaba, da mesma forma como não há diferenciação entre leis, decretos e organizações (instituições públicas, organizações não-governamentais): todos estes estão inseridos no mesmo contexto de restrição, dissolvendo os propósitos iniciais de cada regra e instituição. Estariam todos no mesmo “pacote”, independentemente dos objetivos diferenciados de cada instituição.
- A organização comunitária revelou-se uma das principais alternativas apontadas pela própria população local. Esse fato evidencia uma mudança de paradigma no contexto histórico da região: a mobilização local passa a ser instrumento de ação para a transformação da realidade.
- A participação comunitária é fundamental no planejamento, na criação, na implantação e na aplicação bem-sucedida de programas e projetos, não apenas sociais como também ambientais. Dessa forma, as comunidades locais de Guaraqueçaba, através de seus sistemas tradicionais de vida e de seu conhecimento local, podem prover condições iniciais para o sucesso de programa e projetos que venham a ser implantados na região.
- Apesar do êxodo rural, constata-se a resistência da população que permanece na região, o que também pode ser relacionado ao fato de as cidades não ofertarem condições de emprego. Esse fenômeno também é evidenciado através de diferentes estratégias, como roças clandestinas; o consórcio de espécies para otimização do espaço; fábricas de farinha remanescentes; persistência na fabricação de canoas e instrumentos de fandango, revitalização do fandango por meio de algumas ações governamentais e de ONGs; o crescimento do artesanato, entre outros.
- As igrejas evangélicas, aproveitando-se da fragilidade social local provocada pelos conflitos socioambientais, crise e decadência da agricultura familiar e da pesca, apresentam forte influência nos costumes

e valores da região como um todo, até mesmo nas comunidades mais isoladas geográfica e culturalmente. O aumento do número de igrejas evangélicas passou a regular comportamentos, modificando valores e costumes que interferem no cotidiano das famílias, e até mesmo extinguindo alguns costumes regionais como festas religiosas (tradicional máscaras no carnaval), o fandango e a prática de mutirões.

- A criação da APA apresentou um efeito contrário aos seus objetivos, no que tange à questão cultural. Acentuou-se a desarticulação das práticas culturais tradicionais que já vinham sofrendo um desgaste pela incorporação de elementos exógenos as mesmas. As Ucs falharam na consideração dos saberes dos agricultores e pescadores do município.
- As principais restrições legais que atingiram as pequenas propriedades rurais da APA Guaraqueçaba, independentemente da ordem de importância, foram: a obrigatoriedade de autorização para desmatamento e roçada; proibição de desmatamento e de plantio e fiscalização nas Áreas de Preservação Permanente; proibições e restrições quanto à extração do palmito, madeira, retirada de arbustos e cipós; restrição a qualquer atividade de caça. Nas comunidades de entorno e no interior do Parque as restrições foram mais drásticas, por se tratar de uma UC de proteção integral. Esse fato provocou mudanças determinantes nos sistemas de vida das populações.
- A legislação vem sendo aplicada sem um adequado processo de conscientização e orientação, sem oferecer alternativas viáveis diante da nova condição de ambiente protegido instalado a partir da década de 1980, aliado à desconsideração do saber tradicional.
- Dentre as potencialidades da região, destaca-se o bom potencial ecoturístico de todas as comunidades, a reestruturação de associações comunitárias, a mobilização da população em busca de novas atividades, inclusive relacionadas à questão ambiental, gradativo acesso aos serviços como energia elétrica, água tratada e outros.
- Apesar do potencial turístico da região, o turismo não é necessariamente desejável ou viável em todas as localidades. O potencial para o

desenvolvimento do turismo deve ser examinado pontualmente para cada comunidade.

- O descontentamento geral verificado entre os moradores de Guaraqueçaba a respeito de sua atual condição decorre principalmente da contradição percebida em relação à importância despertada pela natureza da região, enquanto nada ou quase nada é feito a favor da população humana em termos de suas necessidades básicas.
- As práticas tradicionais das comunidades de Guaraqueçaba, com vários séculos de história, demonstram a possibilidade de coexistência equilibrada entre ambiente e populações humanas, o que pode ser confirmado pelo fato da faixa de Floresta Atlântica que habitam encontra-se em estado de preservação superior em relação ao restante do litoral brasileiro, devendo ser adequadamente consideradas quando do planejamento e implementação de políticas públicas.
- A concretização dos objetivos de criação de uma APA estará mais garantida e de maneira mais eficaz dentro de procedimentos de planejamento participativo. Engajando-se a comunidade no processo, é possível buscar respostas concretas à sociedade que vive e produz na região.
- As estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos moradores em um ambiente conflituoso, e a aparente persistência de práticas de atividades proibidas como a caça, parecem ser de pequena escala, e necessitam de estudos mais aprofundados para a adequada avaliação da sua importância para a subsistência das populações locais, levando em consideração não só os impactos ambientais das ações, mas também os sociais, diante do contexto humano na região.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base a vivência obtida durante as frequentes visitas às comunidades de Guaraqueçaba, assim como as percepções daí decorrentes sobre o contexto socioambiental da região, e tendo ainda a premissa de que os principais problemas locais são de ordem política e administrativa, sugere-se, a quem de direito, as seguintes ações:

- Países que apresentam graves cenários de desigualdades sociais como o Brasil, não podem tratar proteção ambiental e inclusão social separadamente. O desenvolvimento sustentável em Guaraqueçaba depende de uma visão que inclua em caráter efetivo a preocupação com o bem-estar das populações locais em suas vertentes culturais e socioeconômicas. Uma estratégia de desenvolvimento eficaz seria atuar politicamente a partir do conhecimento da percepção das populações locais, não só sobre seus interesses diretos, mas também sobre situações vivenciadas pelos mesmos em seus locais de trabalho e moradia (roça, mar, comunidade, igreja, escola, etc).
- Assegurar uma condição digna de vida às comunidades é uma condição essencial para tê-las como parceiras na conservação e preservação dos recursos ambientais.
- Os atributos e recursos ambientais, econômicos e sociais da APA e do Parque têm relação direta com as potencialidades e possibilidades de desenvolvimento da região. Assim, Guaraqueçaba pode oferecer diversas opções de trabalho baseadas no ecoturismo, na oferta de produtos agroecológicos e de serviços ambientais.
- Estimular na APA a prática de agrossilvicultura, centrada na obtenção de diferentes produtos, com assistência técnica adequada, ampliando estudos sobre o manejo comunitário em sintonia com a legislação vigente na região.
- Estimular a criação e o fortalecimento de organizações comunitárias de natureza associativista junto aos produtores rurais.
- Viabilizar o tráfego e o escoamento de produtos na rodovia PR-405, através da reparação, manutenção e conservação sistemática da

mesma, utilizando mão-de-obra local, que pode ser capacitada para este fim, ao longo de todo o trecho da estrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CARTA MAIOR. Compra de área ambiental por ONG gera protestos no Paraná. Disponível em < http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10401> Acesso em: 25 mar. 2006.

AMEND, M. R. **Avaliação da Oferta e Demanda Turística na Comunidade da Barra do Superagüi/Paraná: Subsídios para o Desenvolvimento de um Ecoturismo de Base Comunitária**. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

ÂNGULO, R. J. Variações na Configuração da Linha de Costa no Paraná nas Últimas Décadas. **Boletim Paranaense de Geociências**. Curitiba, 42, p. 185-202. 1992.

ANTUNES, A. F. B. **Análise do uso do Processamento Digital de Imagens na Segmentação de Tipologias Vegetais da APA de Guaraqueçaba – PR**. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

ANTUNES, P. B. **Política Nacional do Meio Ambiente: comentários da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2005. 229 p.

ARRUDA, R. S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: IAP : UNILIVRE : Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. v. 2, p. 351-367.

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 9529, 16 set. 1965.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 16509, 02 set. 1981a

_____. Lei n. 6.902, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 7557, 28 abr. 1981b

_____. Decreto n. 90.883, de 31 de janeiro de 1985. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 31 jan 1985.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 191a, 05 out. 1988a.

_____. Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente n° 10, de 14 de dezembro de 1988. Regulamenta as Áreas de Proteção Ambiental. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 out. 1988b.

_____. Decreto n. 750, de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica. **Diário da República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 fev. 1993.

_____. Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente n. 02, de 18 de março de 1994. Define formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Paraná. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 mar. 1994.

_____. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 fev. 1998

_____. Decreto n. 3.059, de 14 de maio de 1999. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 mai. 1999.

_____. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, parágrafo 1 incisos i, ii, iii e vii da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 jul. 2000.

BRÜSEKE, F. O problema do desenvolvimento sustentável. In: Clóvis Cavalcanti (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil, 1994. p. 14-20.

CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação. Recife, 1994. 262 p.

CIFOR. International Center for Forestry Research (Centro Internacional de Pesquisa Florestal). GBA. **Guia Básico de Avaliação do Bem-estar Humano**. Série Manuais de Critérios & Indicadores, volume 5. 1999. 79 p.

DAVEY, S. M. *et al.* La Ordenación forestal sostenible y el enfoque por ecosistemas: una perspectiva australiana. **Revista Unasyuva**, Roma, v. 54, n. 214/215, p. 03-12. 2003.

DIEGUES, A. C. Comunidades humanas e os manguezais do Brasil.. *In*: CPRH, 1991. Alternativas de uso e proteção dos manguezais do Nordeste. Recife, Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração do Recursos Hídricos. **Série Publicações Técnicas**, Nº 003, 1991. p. 38-45.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 1996. 163 p.

DOMINGUES, Z. H. **História da cobertura florestal de Guaraqueçaba, PR: estudo de caso da bacia do rio Tagaçaba**. 2004. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

FERNANDES, M. L. B. Unidades de Conservação do domínio da Mata Atlântica. **Documentos do ISA**, v. 4, 1997. p. 19-54.

FERNANDES-PINTO, E. **Etnoictiologia dos pescadores da Barra do Superagüi, Guaraqueçaba/PR**: Aspectos etnotaxonômicos, etnoecológicos e utilitários. São Carlos, 2001. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais), Universidade Federal de São Carlos.

FERREIRA, L. C. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablumme, 2006. 110 p.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA (FUNATURA). **Sistema nacional de áreas protegidas – SISNANP (4o relatório parcial)**. Brasília, FUNATURA, 1989. 24 p.

GASPARETTO, A. *et al.* Estratificação de produtores. **Revista Fespi** n. 8 Ilhéus, julho-dezembro, 1986.

JESS, J. Colonização de Guaraqueçaba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 2005. p. 12.

GOUVEIA, Y. M. G. Unidades de Conservação. *In*: BENJAMIN, A. H. V. (Coord.). **Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

IBAMA. **Roteiro Metodológico para a Gestão de Área de Proteção Ambiental**. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Brasília : Ed. IBAMA, 2001.

_____. Estação Ecológica de Guaraqueçaba. 2004. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=71>> Acesso em 15 jun 2006

_____. Parque Nacional do Superagüi. 2005. Disponível em <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/reuc/69.htm>> Acesso em 22 jun 2006.

_____. RPPN. Sem data. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/rppn/>> Acesso em 10 jun 2006.

IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. SÉRIE MANUAIS TÉCNICOS EM GEOCIÊNCIAS, n. 1. 1992. 91 p.

_____. Censo Demográfico, 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/censo2000/sinopse.php>> Acesso em 24 ago 2005.

_____. IBGE Cidades. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 20 dez 2006.

IPARDES. **Diagnóstico Ambiental de Guaraqueçaba**. Curitiba: Versão revista do trabalho de macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba. 1995.

_____. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000. Anotações sobre o desempenho do Paraná. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/idhm.2000.pdf>> Acesso em 13 out. 2005

IPARDES. **Zoneamento da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba : Ed. IPARDES/IBAMA, 2001.

JUNQUEIRA, M. A. Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções. **Revista brasileira de História.**, 2001, v. 21, n. 42, p.323-342.

KENGEN, S. A política florestal brasileira: uma perspectiva histórica. **Série Técnica IPEF, SIAGEF**, Porto Seguro, julho 2001, n. 34. p. 18-34.

LAI, Q. Participación comunitaria e la gestión de reservas naturales: experiencias y lecciones de China. **Revista Unasyva**, Roma, v. 54, n. 214/215, p. 51-57. 2003.

LEANDRO, J. A. Devastação e tráfico de madeira no litoral do Paraná Provincial. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 93-105, 1999.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável**: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevidéo, CLAES - Centro Latino Americano de Ecología Social, 2004.

LIMA, D. F. *et al.* Roça Caiçara. Um sistema “primitivo” auto-sustentável. In: **Ciência Hoje**. São Paulo, v. 18, n. 104, p. 44-51, 1994.

LIMA, R. X. **Estudos Etnobotânicos em Comunidades Continentais da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba – Paraná – Brasil**. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

LUCAS, P. H. C. **Protected Landscapes**. A Guide for policy-makers and planners. IVth World Congress on National Parks and Protected Areas, IUCN. Caracas, Venezuela, 1992. 283 p.

MARANGON, M. A. **Relatório de Pesquisa de Campo na comunidade de Serra Negra – APA de Guaraqueçaba**. Relatório (Mestrado em Tecnologia) – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2003.

MILDER, L. I. D. **Análise do processo de participação popular para a elaboração do macrozoneamento ecológico-econômico da Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Verde – Paraná**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Curitiba, 2004. 95 p.

PARANÁ – Governo do Estado do Paraná; SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Plano de gestão ambiental de Guaraqueçaba: Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**. Curitiba: IAP, 1999.

PEDROSO JUNIOR, N. N. **Etnoecologia e Conservação em Áreas Naturais Protegidas**: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagüi. São Carlos, 2003. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais), Universidade Federal de São Carlos.

PELLIN, A.; CAIUT, J. A. Artesanato como alternativa de ecodesenvolvimento do entorno da Reserva Natural Salto Morato, Guaraqueçaba-PR. In: Colóquio internacional de desenvolvimento local: O desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano, 2003 Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande Disponível em < www.ucdb.br/coloquio/arquivos/angelapellin.pdf > Acesso em <27 abr 2006>.

PRIMACK, R. B. **Essentials of conservation biology**. Massachusetts: Sinauer Associates Inc., 1993.

QUEIROZ, H. L. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 183-203, 2005.

RACHWAL, M. F. G.; CURCIO, G. R. Atributos pedológicos e ocorrência de caixeta no litoral paranaense, Brasil. **Scientia Forestalis**, n. 59, p. 153-163, jun 2001.

ROCHA, J. M. **A sustentabilidade desfocada: as lógicas de políticas de desenvolvimento rural para áreas de proteção ambiental (APAs) – o caso de Guaraqueçaba, PR.** Curitiba, 2004. Tese (Doutorado) – Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

RODRIGUES, A. S. *et al.* É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, 2003.

SCHERER-WARREN, I. ONGs na América Latina: Trajetória e Perfil. In: **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafio para as Ciências Sociais.** São Paulo : Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1995. Vários autores. 161-180.

SILVA, J. C. C. B. **E Batuva resiste:** Memórias da “comunidade” dos Dias, Pontes, Barreto, Pires... Curitiba, 2001, 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná.

SOS MATA ATLÂNTICA/INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Atlas da evolução dos remanescentes florestais da Mata Atlântica no período de 1995 - 2000.** São Paulo, 2002.

SPVS. 1992. **Plano Integrado de Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil.** vol.I. Curitiba, Paraná. 83 p.

SPVS. **Guaraqueçaba – Nada acontece de repente.** SPVS – Convênio: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Fundo Nacional de Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Curitiba, 1994. 17 p.

SWIOKLO, M. T. Legislação Florestal: Evolução e Adaptação. In: VI CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 6, 1990, v. 1, trabalhos convidados, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão, 1990. p. 53-58.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade **de conservação: a “naturalização” do social.** **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 20, nº 59, São Paulo, 2005. p. 51-66.

THELEN, K. D. “Políticas de Areas Protegidas en America Latina”. In: 1º SIMPÓSIO SOBRE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO CONE SUL. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1990. p. 135-143.

UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/CNRS - UPRES Université de Bordeaux II-França. **Relatório parcial do Programa de Pesquisa Interdisciplinar no litoral do Paraná - Guaraqueçaba.** Projeto Preservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável. Documento:

Resultados da pesquisa realizada em comunidades rurais de Guaraqueçaba em 2000. Curitiba, abril de 2003.

UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Pesquisa socioeconômica em áreas rurais de Guaraqueçaba. UFPR-MADE/CNRS – Université de Bordeaux II, França. Curitiba, 2000. Não publicado.

VASCONCELLOS, S. A. Reflexão sobre questões ambientais no processo constituinte municipal. **Brasil florestal**, Brasília, vol. 67, p. 5-7, 1º Sem/1989.

UNCED. United Nations Commission for Environment and Development. **Our Common Future**. 1987.

VIEIRA, P. F. Meio Ambiente, desenvolvimento e Planejamento. In: **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafio para as Ciências Sociais**. São Paulo : Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1995. Vários autores. 45-98.

VIERTLER, R. B. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos de etnobiologia e etnoecologia. 2002, p. 11-29. In: AMOROZO, M. C.; MING, L. C.; **Encontro Regional de Etnologia e Etnoecologia**. Rio Claro: UNESP/CNPQ, 2002.

ANEXOS

A1- QUESTIONÁRIO DE CAMPO

Data: _____ Código de setor: ____ Comunidade: _____ Quest. N° ____

Nome: _____ Idade: _____

Endereço: _____

Estrutura Familiar: _____

Participação familiar na renda: _____

1. O senhor nasceu em Guaraqueçaba? Se não, como chegou em Guaraqueçaba? Qual é a sua origem?

2. O que, na sua história de vida, levou a fazer o que o senhor faz hoje, na sua profissão?

3. O senhor gostaria de continuar fazendo o que faz hoje, está satisfeito?

4. O senhor gosta da cidade de Guaraqueçaba, como cidade para morar?

5. O senhor gosta da sua comunidade, o que acha dela?

6. O senhor quer ficar aqui ou tem vontade de ir embora?

7. O que o senhor quer para os seus filhos?

8. O que o senhor acha da ação dos órgãos fiscalizadores que atuam em Guaraqueçaba, fiscalizando as atividades na região?

9. O senhor sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental (ou Parque), da sua função e o por quê de sua existência? O que o senhor acha sobre proteger o meio ambiente?

10. Qual a opinião do senhor sobre a APA de Guaraqueçaba(Parque)?

11. Como o senhor tomou conhecimento da existência da APA (Parque) pela primeira vez (como foi o processo)?

12. Como está Guaraqueçaba antes e depois da APA (Parque)?

13. Se piorou, qual a causa disso?

13. O que deveria ser feito para essa situação ser melhorada (se piorou)?

14. O senhor acha o turismo importante para Guaraqueçaba? O que o senhor acha do turismo que é praticado aqui?

15. O que o senhor acha das ONGs que atuam na região de Guaraqueçaba?

16. Pergunta específica para cada setor de atividade:
ANTES E DEPOIS DA CRIAÇÃO DA APA/PARQUE

- PESCA: quantidade de peixe □ ou □?

- AGRICULTURA: produção □ ou □?

- COMÉRCIO: vendas □ ou □?
